

RENATA DE OLIVEIRA FRANÇO SO FERREIRA

**O EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS: A
TRAJETÓRIA DE UMA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL
FILANTRÓPICA EM CAMPO GRANDE/MS (1943-1992)**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Campo Grande/ MS
2010**

FICHA CATALOGRÁFICA

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenadoria de Biblioteca Central – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil).**

Ferreira, Renata de Oliveira Françaço.

O Educandário Getúlio Vargas: a trajetória de uma Instituição Educacional
filantrópica em Campo Grande/MS (1943-1992) / Renata de Oliveira Françaço
Ferreira. - Campo Grande, MS, 2010.
105f. ; 30 cm.

Orientadora: Silvia Helena Andrade de Brito.
Dissertação (mestrado)- Universidade Federal do Mato Grosso do Sul,
CME.
Centro de Ciências Humanas e Sociais

1. Educandário Getulio Vargas. 2. Instituição Educacional. 3. Internato. I.
Brito, Silvia Helena Andrade de. II. Título.

RENATA DE OLIVEIRA FRANÇO SO FERREIRA

**O EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS: A
TRAJETÓRIA DE UMA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL
FILANTRÓPICA EM CAMPO GRANDE/MS (1943-1992)**

Dissertação apresentada como exigência final para a obtenção do grau de Mestre em Educação à Comissão Julgadora do Programa de Pós-Graduação em Educação – Curso de Mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Silvia Helena Andrade de Brito.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Campo Grande/MS
2010**

*A todas as crianças, adolescentes e demais
pessoas, que fizeram e ainda fazem parte da
história do Educandário Getúlio Vargas.*

*Aos meus familiares, que tornaram possível a
concretização deste sonho.*

AGRADECIMENTOS

Certa vez me disseram que não podemos mudar o mundo com nossas pesquisas. Isto é certo; porém, aprendi que podemos fazer e reconstruir histórias e isso só é possível com a colaboração de várias pessoas. Por isso, agradeço carinhosamente a cada uma delas.

A minha orientadora, Prof^a Dr^a Sílvia Helena Andrade de Brito, pelos ricos ensinamentos, atenção, confiança e paciência durante toda esta nossa trajetória.

A minha querida Prof^a Dr^a Mariete Felix Rosa, primeira a me incentivar e a colaborar com seus ensinamentos para a minha caminhada na realização deste sonho.

Aos meus queridos e amados pais, Wanderley e Márcia, aos meus irmãos, Mirella e Neto, que estiveram sempre presentes, trazendo alegria e força nos momentos de cansaço, me incentivando e apoiando na continuidade dessa caminhada.

Ao meu querido e amado, Thiago, pelo companheirismo, pelo incentivo, pela confiança, e pela paciência nos vários momentos em que me ausentei para me dedicar a pesquisa, e pelo conforto e encorajamento em todos os momentos em que o desgaste chegava.

A todas as pessoas, funcionários e membros da diretoria do Educandário Getúlio Vargas, que autorizaram e colaboraram com esta pesquisa, tornando-a possível.

Às professoras, Mônica Kassar e Regina Cestari, pelas contribuições de grande relevância para o enriquecimento desta dissertação.

A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta caminhada.

E finalmente, como sempre agradeço, a Deus pela força e pela certeza de que continuarei na busca por novos conhecimentos.

RESUMO

O objeto de estudo desta pesquisa é o Educandário Getúlio Vargas, instituição filantrópica que visava atender, em regime de internato, os filhos sadios dos portadores de hanseníase, e que se localizava em Campo Grande, no então estado de Mato Grosso. O objetivo da pesquisa é analisar como foi produzido historicamente o atendimento oferecido pela instituição, no período de 1943, ano de sua criação, até 1992. Para tal, foi levantado, além da bibliografia referente ao tema, o acervo documental da instituição. Complementarmente, também foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com um membro da diretoria, um funcionário e um ex-interno do Educandário. Traçando os caminhos desse atendimento e suas transformações ao longo da história, e buscando entender como as mudanças ocorridas no Educandário Getúlio Vargas foram determinadas pelas próprias transformações ocorridas na sociedade capitalista, verificou-se que a construção do Educandário esteve relacionada com a implementação da Política Nacional de Combate à Lepra, no final dos anos 1930. Nesse contexto, era recomendado o isolamento do hanseniano e o afastamento de sua família, sendo que o Estado assumiu a assistência aos doentes e a filantropia assumiu a assistência às crianças e adolescentes das famílias atingidas. Quando esse tratamento já não era recomendado, o Educandário estendeu seu atendimento a crianças procedentes de outros grupos sociais. Da mesma forma, o fim do atendimento em regime de internato foi determinado por outro momento da ação pública, quando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determinou novos padrões de atendimento para essa população.

Palavras-chave: Educandário Getúlio Vargas; internato; filantropia.

ABSTRACT

The object of the research is Educandário Getúlio Vargas, a philanthropic institution founded in 1943 to act as a boarding institution for the healthy children of parents with Hansen's disease, in the city of Campo Grande, state of Mato Grosso. The objective of the research is to analyze how the assistance provided by the Educandário as was historically produced during the period 1943-1992. Besides considering the bibliography regarding the theme, the documents of the institution were analyzed. Semi-structured interviews were conducted with a member of the Board, an employee and an ex-resident of the Educandário. By tracing the paths taken by the assistance and the changes that occurred along the history, by searching to understand how the changes in Educandário Getúlio Vargas were determined by the changes in capitalist society, the study concluded that the building of the Educandário was related to the implementation of the National Policy of Fight Against Hansen's Disease, at the end of the 1930s. People with Hansen's disease were isolated and taken away from their family; the State was in charge of them and philanthropic institutions were responsible to provide assistance to children and adolescents of the families. When this treatment was no longer recommended, the Educandário extended the assistance to children from other social groups. Likewise, the end of the assistance as a boarding institution was determined by another moment of public action, when the Child and Adolescent Statute (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) established new assistance standards.

Keywords: Educandário Getúlio Vargas; boarding institution; philanthropy

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Preventórios criados entre 1936 a 1948.....	33
TABELA 2- Procedência e quantidade de internos atendidos no Educandário Getúlio Vargas- 1943 a 1972.....	36
TABELA 3- Saída dos internos no Educandário Getúlio Vargas- 1943 a 1972.....	38
TABELA 4- Procedência e quantidade de internos atendidos no Educandário Getúlio Vargas- 1973 a 1992.....	57
TABELA 5- Saída dos internos no Educandário Getúlio Vargas- 1943 a 1972.....	59

LISTA DE SIGLAS

Bird- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

Febem- Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

Funabem- Fundação Nacional do Bem Estar do Menor

Ipai- Instituto de Proteção e Assistência a Infância do Brasil

LBA- Legião Brasileira de Assistência

Mesp- Ministério da Educação e Saúde Pública

PNBEM- Política de Bem-Estar do Menor

PPGEdu- Programa de Pós-Graduação em Educação

SAM- Serviço de Assistência ao Menor

Senai- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

UFMS- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I: O EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS (1943-1972).....	23
1.1 O combate à lepra no Brasil e a assistência aos leprosos e suas famílias.....	23
1.1.1 A Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra.....	29
1.2 A criação e instalação do Educandário Getúlio Vargas.....	34
1.2.1 Perfil dos internos atendidos no Educandário Getúlio Vargas.....	36
1.2.2 Perfil do atendimento oferecido pelo Educandário Getúlio Vargas.....	40
1.2.3 Organização interna do Educandário Getúlio Vargas.....	45
1.2.4 Relação do Educandário Getúlio Vargas com a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra.....	49
1.2.5 Relação do Educandário Getúlio Vargas com o Estado.....	52
CAPÍTULO II: O EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS (1973-1992).....	54
2.1 Os avanços no tratamento da lepra e a nova fase de atendimento no Educandário Getúlio Vargas.....	54
2.1.1 Perfil dos internos atendidos no Educandário Getúlio Vargas.....	56
2.1.2 Perfil do atendimento oferecido pelo Educandário Getúlio Vargas.....	59
2.1.3 A organização interna do Educandário Getúlio Vargas.....	64
2.1.4 A relação do Educandário Getúlio Vargas com a Federação das Sociedades Eunice Weaver.....	67
2.1.5 A relação do Educandário Getúlio Vargas com o Estado.....	70
CAPÍTULO III: O EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA.....	77
3.1 O internato para crianças e adolescentes e as propostas do Educandário Getúlio Vargas.....	77

3.2 A relação entre as políticas públicas para a infância e o Educandário Getúlio Vargas.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
ANEXOS.....	96
REFERÊNCIAS.....	100

INTRODUÇÃO

O objeto da nossa pesquisa, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul¹, é o Educandário Getúlio Vargas, situado em Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul². O Educandário Getúlio Vargas foi fundado em 1943 para atender, em regime de internato, os filhos sadios dos leprosos, sendo esse atendimento estendido a outras crianças na década de 1970.

No entanto, a internação de crianças e adolescentes em instituições especiais³ é uma questão histórica que passou e passa por transformações em sua forma de atendimento. De acordo com Rizzini (2004), o Brasil possui uma longa tradição de internação de crianças e adolescentes. Desde o período colonial foram sendo construídos, de acordo com as tendências assistenciais e educacionais de cada época, colégios internos, seminários, orfanatos, internatos, asilos, educandários e reformatórios. Muitas crianças foram educadas longe de suas famílias e de outros grupos sociais.

No Brasil colonial (1500-1822) e durante o Império (1822- 1889), poucas crianças foram atendidas por instituições especiais: a maioria delas dependia da caridade de famílias que as criavam; ou então circulavam de casa em casa, fazendo aumentar o número de crianças perambulando pelas ruas das cidades. Apesar do número reduzido de instituições, segundo Marcílio (2006), o internato para crianças começou já com a colonização. Quando uma família não assumia a responsabilidade por um filho, essa responsabilidade era transferida à Câmara Municipal que devia encontrar um meio para criar essa criança sem família. Na legislação portuguesa, essas Câmaras eram as únicas oficialmente responsáveis pela assistência a essas crianças. Por meio de convênios, estas podiam delegar os serviços de proteção a

¹ No PPGEduc da UFMS a presente dissertação é parte da produção da linha de pesquisa “Estado e políticas públicas de educação”.

² Antes de 1977, Campo Grande pertencia ao Estado de Mato Grosso, situando-se na porção Sul deste Estado. Somente pela Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977, foi criado o Estado de Mato Grosso do Sul, tendo como capital o município de Campo Grande.

³ Essas instituições receberam várias denominações ao longo da história como internato, orfanato, asilo e abrigo. Nesta pesquisa optou-se pela denominação internato em razão de tal terminologia ter sido utilizada nos documentos do Educandário Getúlio Vargas. No acervo em questão, a palavra ganhou os sentidos citados em Houaiss e Villar (2009, p.1998): “1. estabelecimento escolar em que os alunos residem na própria escola; 2 **p.ext.** instituição que provê asilo e educação aos necessitados (...)”.

outras instituições, como as Santas Casas de Misericórdia. A Câmara Municipal tinha um livro com o registro das crianças expostas sob sua responsabilidade, com informações sobre a situação em que foi encontrada, seu nome, o nome da sua amade-leite e a data de seu batismo. Somente eram atendidas pelas Câmaras as crianças que não eram aceitas por nenhuma família.

Qualquer pessoa que recolhesse em sua casa uma criança deveria, primeiramente, levá-la à Igreja para ser batizada e só depois, então, poderia recorrer à Câmara para solicitar o auxílio financeiro para sua criação. Visando esse auxílio financeiro muitas famílias estabeleceram grandes sistemas de criação. Os gastos das Câmaras com os expostos eram muito grandes, por isso a Câmara sempre que podia se omitia da responsabilidade por esse atendimento (MARCÍLIO, 2006).

Em 1828 foi sancionada a Lei dos Municípios que trazia uma redação, segundo Marcílio (2006), bastante ambígua referente às obrigações das Câmaras para com as crianças abandonadas, já que não deixava claras as obrigações das mesmas. Sendo assim, algumas províncias passaram a responsabilidade do atendimento dessas crianças para as Misericórdias locais, onde foram criadas as Rodas dos Expostos⁴.

As Rodas dos Expostos foram instaladas no Brasil com o intuito de impedir o infanticídio e o aborto. Funcionavam da seguinte forma: os bebês abandonados eram recolhidos na roda e no período da vida que era chamado de criação (até os três anos de idade) eram mantidos nas casas das amas-de-leite. Posteriormente, no período chamado de educação (até os sete anos de idade), as crianças voltavam para a Casa dos Expostos e permaneciam por lá até serem colocados em uma família.

As casas das criadeiras, ou amas-de-leite, eram fiscalizadas, e no caso das crianças estarem sofrendo maus tratos, eram reconduzidas à Casa da Roda. Segundo Rizzini (2004), frequentemente médicos higienistas⁵ e as misericórdias acusavam as amas-de-leite de maltratar as crianças. No entanto, contrariando essas acusações, as estatísticas que começaram a ser realizadas nessa época demonstravam que a criação externa das crianças diminuía o índice de mortalidade. Nas casas de rodas habitavam crianças doentes e sadias em más condições de vida, portanto as chances de sobreviverem eram menores.

⁴ Consistia em uma porta giratória com uma gaveta acoplada, onde as crianças eram deixadas (MOTTI, 2001).

⁵ Os médicos higienistas passaram a se preocupar com a criança abandonada no século XIX, discutindo várias questões como: a mortalidade infantil, estudos e campanhas para o combate as doenças infantis, além de campanhas de higiene e de saúde pública, entre outras questões (RIZZINI, 2004).

As Rodas atendiam as crianças até os sete anos de idade. Posteriormente, se elas não conseguissem uma família, eram encaminhadas para outras instituições especiais de acordo com seu sexo. As meninas eram encaminhadas para as Casas de Recolhimento, onde recebiam uma educação voltada para a religião, para o casamento e para a manutenção da virtude. Segundo Marcílio (2006), no Estatuto do Recolhimento das Órfãs da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, 1739, constava que deveria ser evitada a ociosidade e todo o tempo das internas deveria ser preenchido com atividades espirituais e atividades domésticas.

Recebendo esse tipo de educação, as meninas permaneciam nessas casas a espera de uma colocação familiar ou um casamento. No caso do casamento, as meninas recebiam um dote para se casar. O modo de vida dentro dessas instituições era o conventual, sendo assim, o contato com o mundo exterior era extremamente controlado. Os moços que se interessavam em casar com alguma interna deveriam ser aceitos pela direção da instituição para depois escolher uma moça. Ainda segundo Marcílio (2006), a preocupação com a educação elementar e profissional das meninas só aconteceu em meados do século XIX, quando as meninas passaram a ser preparadas para o trabalho, para assim serem úteis à sociedade, como boas donas de casa, criadas bem treinadas, dóceis e disciplinadas para o trabalho doméstico.

O caso dos meninos era mais complexo, já que não havia a preocupação com a honra e a virtude dos mesmos, como no caso das meninas. Pouquíssimas instituições foram criadas para protegê-los antes de meados do século XIX. Com isso, depois dos sete anos de idade, pouquíssimos meninos voltavam para sua família biológica. Alguns conseguiam cativar suas amas-de-leite e ficavam morando com elas. A grande maioria dos meninos virava escravo ou ficava vagando pelas ruas (MARCÍLIO, 2006).

As instituições do século XVIII eram mantidas por religiosos, sendo assim, o seu funcionamento seguia o modelo religioso dos conventos. Os internos eram educados de acordo com as ordens religiosas. Já no século seguinte, esse modelo de educação começa a ser questionado, conforme aponta Rizzini (2004):

No século XIX - o chamando “século das luzes”, que, por influência do ideário da Revolução Francesa, progresso e civilização vão nortear os programas educacionais do mundo ocidental - os asilos para crianças pobres sofrem mudanças gradativas rumo à secularização da educação. Questiona-se o domínio do ensino religioso em detrimento do ensino “útil a si e a Pátria”, embora o primeiro nunca tenha deixado de fazer parte dos programas das instituições públicas. Percebido como garantia da transmissão dos preceitos morais, dos bons hábitos e das noções de ordem

e hierarquia, nunca se cogitou seriamente em excluí-lo dos asilos e das escolas oficiais (p. 24).

Sendo assim, os internatos coloniais para crianças não respondiam mais as exigências da sociedade. O ensino religioso não atendia mais a realidade da época, fazia-se necessário educar para o trabalho, pois na lógica capitalista tudo deveria gerar lucro e essa população precisava ser útil à sociedade.

Marcílio (2006) relata que com a extinção do tráfico de escravos (1850) surge a preocupação, na classe dominante, com a falta de empregados domésticos. Essa preocupação aumentara com a Lei do Ventre Livre (1871). Assim, como já se relatou anteriormente, as instituições para meninas começaram a se preocupar com a educação profissional, as internas substituiriam os escravos domésticos. Também foram criados os seminários para os meninos, para que eles se tornassem produtivos para a sociedade.

Esses seminários eram organizados em companhia militar, conforme aponta Moraes (2000):

[...] anexa ao corpo policial, de rígido caráter disciplinar, essa instituição dispunha-se a “facilitar ao menino pobre e desvalido a sua educação industrial, impedindo assim que por falta dela se desviem do amor ao trabalho e se tornem maus e prejudiciais cidadãos (p. 74).

Como essa população era considerada uma ameaça à sociedade, a educação dos meninos seguia o regime militar. Não eram todos os meninos, contudo, que eram aceitos nessas instituições, havia uma série de critérios para a seleção, um deles era que os internos deveriam permanecer na instituição até completarem vinte anos de idade. Se saíssem antes, o estabelecimento deveria ser indenizado com dinheiro. O diretor podia aplicar penas aos meninos que não obedeciam alguma ordem. Moraes (2000) aponta que esses meninos, entre outros, compuseram os quadros das companhias militares das forças armadas brasileiras que lutaram na Guerra do Paraguai (1864-1870).

Tanto nas instituições femininas como nas masculinas, o regime disciplinar era extremamente rígido e o trabalho era um importante recurso pedagógico. Essas crianças sem famílias eram vistas como ameaça à ordem social, e consideradas “caso

de polícia”⁶, então precisavam ser isoladas, educadas para obedecerem a ordens e depois, se possível, serem inseridas na sociedade.

A idéia de proteger a criança, visando sua educação para o trabalho, começou lentamente a ser despertada e já em 1899, no período republicano, foi criado o Instituto de Proteção e Assistência a Infância do Brasil (Ipai) que tinha como objetivos principais atender as crianças menores de oito anos e também atender as crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e abandonadas. Segundo Kramer (1992), o intuito do Ipai era preservar a infância, pois essas crianças seriam a base e o progresso do Brasil.

Isso nos mostra que a preocupação com essas crianças só surgiu porque a questão do abandono interferia no desenvolvimento e na ordem da sociedade, portanto era preciso educá-las para garantir o sucesso do futuro do país. Ainda sobre isso, Londoño (1991) afirma que a criança só ganhou importância porque passou a ser enxergada como força de trabalho que o capital precisava para se reproduzir.

Nesse sentido, apenas no século XX a questão da criança abandonada deixou de ser um “caso de polícia” e passou a ser uma questão de assistência e proteção, garantida pelo Estado por meio de instituições:

[...] A atenção à criança passou a ser proposta como um serviço especializado, diferenciado, com objetivos específicos. Isso significava a participação de saberes como os do higienista, que devia cuidar da sua saúde, nutrição e higiene; os do educador, que devia cuidar da disciplina, instruir, tornando o menor apto para se reintegrar à sociedade; e os do jurista, que devia conseguir que a lei garantisse essa proteção e assistência (LONDOÑO, 1991, p.142).

Sendo assim, meios legais começaram a ser criados para solucionar o problema dessas crianças. Com o aumento demográfico, a urbanização crescente e a construção de indústrias, houve um aumento da pobreza, as habitações precárias e as favelas das grandes cidades multiplicaram-se e favoreceram a exploração da força de trabalho barata, trabalho feminino, trabalho infantil e a disseminação de doenças contagiosas. O grande número de crianças desamparadas nas ruas exigia políticas públicas renovadas que dessem conta dessa situação. Então, para atender esse público, começaram a surgir as entidades privadas, chamadas de entidades

⁶ Segundo Londoño (1991), durante o século XIX, os menores eram tratados como casos de polícia, sendo assim, eram presos como se fossem adultos, por vários motivos como: vagabundagem, embriaguez, desordem e entre outros motivos.

filantrópicas⁷, dirigidas por médicos higienistas, além de outros membros das camadas médias (funcionários públicos e profissionais liberais) e por parcelas da burguesia, principalmente as mulheres.

Segundo Marcílio (2006), entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, a filantropia atraía a emergente burguesia industrial, além dos proprietários rurais, pois almejava uma sociedade harmônica, estável e feliz, sem conflitos sociais; e por isso os meios para alcançá-la passavam pela ética e pela educação, principalmente a religiosa. Visavam com isso preparar a criança atendida para o trabalho, com o intuito de prevenir a ociosidade, a prostituição, o crime, o abandono e a permanência das mesmas nas ruas. Para a filantropia, o Estado deveria participar da assistência e proteção à criança, porém a ação maior deveria ser privada. O Estado ficaria responsável pela função fiscalizadora e provedora de auxílios complementares aos dessas instituições.

A partir dos anos de 1930, visando a ordem social e o desenvolvimento do país no período pós-revolucionário, várias medidas passaram a ser tomadas com o intuito de solucionar os problemas sociais que impediam tais intenções políticas (NASCIMENTO, 2001). Sendo assim, foi intensificada a criação de instituições especiais para atender os vários públicos que iam se formando e que eram considerados ameaças à ordem social e ao desenvolvimento do Brasil, entre elas, as instituições para o internamento dos portadores de doenças contagiosas e de seus filhos, bem como o internamento de órfãos e abandonados, entre outras instituições.

No início da década de 1940, houve um aumento progressivo da ação do Estado com a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), pela então primeira dama Darcy Vargas. A LBA tinha como objetivo inicial prover as necessidades básicas das famílias cujos chefes haviam sido enviados para a segunda guerra mundial (1939-1945). Seu programa era fruto da articulação entre o poder público e a iniciativa privada. Constava no artigo 2º de seu estatuto que trabalharia em favor do processo de serviço social no Brasil. Após o final da segunda guerra mundial, ela estendeu sua assistência às famílias necessitadas em geral e ampliou sua atuação

⁷ No Brasil desde o século XVIII, a filantropia e a assistência social estavam ligadas às práticas de caridade das instituições religiosas que ofereciam cuidados, abrigos, roupas e alimentos, em especial às crianças abandonadas, aos velhos e aos doentes. No século XX, tendo em vista a separação entre o estado e a igreja, começaram a surgir as formas laicas no campo da assistência social (ESCORSIM, 2008).

junto às entidades assistenciais de todo o país, entre elas os internatos para crianças (FALEIROS, 2009).

A partir da década de 1960 o Estado se tornou o principal responsável pela assistência à infância no Brasil. Com a criação, em 1964, da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) o Estado brasileiro se introduziu como interventor na assistência a infância. A Funabem tinha como finalidade o planejamento e a coordenação da ação assistencial, os estudos e pesquisas sobre o problema do menor e as formas de atendimento aos mesmos, executando a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), bem como, orientando, coordenando e fiscalizando as entidades executoras dessa política (RIZZINI, 2004).

Durante todo o período da ditadura militar (1964 – 1984), a política de segurança nacional colocou a política da internação como medida para combater todos que ameaçassem a ordem do país, inclusive as crianças e adolescentes. Com a redemocratização do país nos anos 1980, a internação de crianças passou a ser fortemente criticada⁸, sendo o direito a assistência social reconhecido na Constituição Brasileira de 1988, passando, portanto a ser um dever do Estado.

Como se pode observar, o atendimento de crianças em instituições do tipo internato é um processo histórico que foi, e é determinado pelas necessidades sociais que vão sendo produzidas. Analisar esse processo a partir do caso do Educandário Getúlio Vargas é o foco desta pesquisa. Portanto, o objetivo geral aqui presente, é analisar como foi produzido historicamente o atendimento no Educandário Getúlio Vargas na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, no período de 1943 a 1992. E, nossos objetivos específicos são conhecer a trajetória do atendimento a crianças e adolescentes no Educandário Getúlio Vargas; identificar as necessidades da sociedade atendidas pelo Educandário ao longo dessa história; e, por fim, analisar as relações entre as políticas públicas para a assistência a infância e o atendimento na instituição.

Para melhor se evidenciar as transformações ocorridas no Educandário Getúlio Vargas, dividiu-se a sua história em dois momentos. Sendo assim, coloca-se como primeiro momento o período de 1943 a 1972, onde o atendimento na instituição era específico para os filhos dos leprosos. E, como segundo momento de funcionamento o período de 1973 a 1992, onde o Educandário estendeu seu atendimento a outras crianças e adolescentes.

⁸ Esse assunto será abordado no capítulo 3.

Para a definição do objeto, fez-se um levantamento prévio das instituições que ofereciam atendimento nos moldes de internatos para crianças e adolescentes da cidade de Campo Grande/MS. Optou-se pelo Educandário Getúlio Vargas por ser a instituição mais antiga da cidade, com uma história singular, visto sua característica de ter sido criada para atender os filhos dos leprosos. O recorte temporal foi definido considerando o ano da criação da instituição, 1943, e as mudanças ocorridas na instituição, principalmente após a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990. Dentre os vários direitos estabelecidos nessa legislação, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) veio regulamentar e fiscalizar todas as instituições que oferecem atendimento à criança e ao adolescente.

Para realizar nossa pesquisa optamos por uma abordagem histórica, pois acreditando-se que a reconstituição histórica do objeto é necessária para a análise das relações entre esse objeto e a sociedade capitalista. Nessa perspectiva, a história do homem é a história das lutas de classes, cujo fundamento é o trabalho e as relações sociais de produção. Por isso, o ponto de partida da pesquisa para Marx é a base real, é a totalidade das relações de produção da sociedade:

[...] o resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário é o seu ser social que determina sua consciência[...] (MARX, 2003, p.5.).

Portanto, pesquisou-se como foi produzido historicamente o Educandário Getúlio Vargas, utilizando a categoria totalidade, pois como vimos na afirmação acima é na sociedade capitalista, repleta de contradições, que são encontradas as informações necessárias para a compreensão do objeto de investigação.

Escolheu-se realizar esta pesquisa no Educandário Getúlio Vargas por ser a instituição mais antiga da cidade, como já foi dito, e pelo fato de que tal instituição permaneceu mais tempo com esse tipo de atendimento. Sendo assim, discutiram-se seus caminhos e suas transformações ao longo da história, buscando ir do singular ao

universal, do Educandário para a sociedade capitalista, buscando se entender como as transformações ocorridas nessa instituição foram determinadas pelo universal.

Com esse intuito, realizou-se um levantamento bibliográfico e documental sobre o tema, a fim de mapear o “Estado da Arte” sobre a temática “internato”, bem como verificar sobre a produção existente nessas instituições em Campo Grande e em Mato Grosso do Sul.

Assim, ao realizar-se o levantamento bibliográfico sobre o tema internato para criança e adolescentes, verificou-se que uma parte da produção sobre o tema (MONTES, 2006; RAMOS, 2004; SOUSA, 2006; SILVA, 1998; MARTINEZ, 2006) é voltada aos aspectos psicológicos e os impactos do internato sobre o desenvolvimento emocional e cognitivo das crianças. O foco dessas pesquisas são os internos. Nota-se que nelas os autores não contemplam os aspectos históricos e também não questionam como a sociedade capitalista produziu a necessidade que originou os internatos.

Outras pesquisas (SILVA e AQUINO, 2005; VICENTE, 2005) direcionam-se ao internato em si, com o cotidiano e regras do funcionamento da instituição. Nessas pesquisas encontra-se o histórico sobre esse atendimento, mas sem relações com a sociedade capitalista e suas necessidades; apenas descrevem como ocorreu o processo de internamento de crianças, como se a instituição em si sempre tivesse existido.

Outro grupo de pesquisadores (RIZZINI 2004, RIZZINI, NAIFF e BAPTISTA, 2006; NEGRÃO, 2002; OLIVA, 2004; SANTOS, 2006) se preocupou em pesquisar o contexto social e político da internação de crianças em instituições especiais. A questão das relações familiares e os direitos dos internos também foram pesquisados nesses trabalhos. Esses autores demonstram profunda indignação com a situação das crianças e adolescentes internados e reivindicam políticas governamentais capazes de garantir seus direitos, porém os mesmos tratam as questões do internato como se fosse algo desvinculado da sociedade capitalista, capazes de explicar e serem resolvidas atentando-se e analisando-se apenas as próprias instituições.

A partir desse levantamento percebe-se que a questão das relações entre o internato e a sociedade capitalista carece de pesquisas, principalmente no que se refere às instituições especiais, como o caso do Educandário Getúlio Vargas. Quanto à cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, existe outra lacuna, pois não foram

encontradas pesquisas científicas sobre a produção histórica desse atendimento. O que se encontra é material de caráter jornalístico, com poucas informações, falando apenas sobre algumas instituições. Para a realização deste levantamento, na cidade de Campo Grande/MS, recorreu-se às bibliotecas das Universidades da cidade, ao Arquivo Histórico de Campo Grande/ ARCA; valeu-se também de consultas *online* em outras Universidades Brasileiras. Com relação aos pesquisadores acima citados, utilizou-se, ao longo desta pesquisa, apenas a obra de Rizzini (2004), *A Institucionalização de Crianças no Brasil*, por trazer o percurso histórico deste atendimento, os demais pesquisadores não foram aqui utilizados.

Acredita-se que esta pesquisa possa ajudar a preencher essa lacuna, uma vez que a realização dessa pesquisa científica sobre a história do Educandário Getúlio Vargas, que foi uma das instituições de Campo Grande que ofereceu internato para crianças e adolescentes, deu-se justamente com tal propósito.

Com esse intuito, portanto, levantaram-se informações no acervo interno do Educandário Getúlio Vargas, composto por livros de atas que contém informações históricas sobre os acontecimentos da instituição e o livro de registro geral de todas as crianças que foram atendidas pela instituição desde a sua fundação. É importante ressaltar que ao início desta pesquisa pretendia-se analisar todo o período em que o Educandário Getúlio Vargas ofereceu atendimento na modalidade de internato, que foi de 1943 a 2006. A princípio foi dada autorização pela Presidente da diretoria do Educandário para pesquisa no acervo interno do mesmo. Mas, passado certo tempo, devido a fatos divulgados sobre a instituição pela mídia local, a diretoria do Educandário proibiu o acesso a esse acervo, sendo permitida apenas a consulta com a presença de um funcionário do Educandário. Isso dificultou bastante a continuidade da pesquisa, então o levantamento de dados foi até o ano de 1992. Apesar das informações documentais irem até 1992, a instituição permaneceu oferecendo o internato até o ano de 2006, quando então esse atendimento se inviabilizou por completo e o Educandário deixou de oferecer o internamento.

Para complementar algumas questões que não ficaram esclarecidas com as informações coletadas no acervo interno do Educandário, realizaram-se entrevistas semi-estruturadas, com a atual Presidente da instituição (ENTREVISTA A), que está à frente da diretoria do Educandário desde 1973; uma funcionária (ENTREVISTA B) que trabalha na secretaria do educandário desde 2004, e que conhece toda a história da instituição; e uma ex-interna (ENTREVISTA C), que morou no educandário de

1995 a 2006. As entrevistas trazem informações significativas para compor a trajetória do educandário, sendo assim, apesar das duas últimas pessoas entrevistadas terem iniciado seu contato com a instituição após o ano de 1992, forneceram dados fundamentais para a pesquisa, pois o tipo de atendimento oferecido foi o mesmo dos anos de 1990 a 2006. Estas foram as pessoas que aceitaram participar das entrevistas, outras pessoas foram convidadas, mas se negaram a participar por motivos pessoais. Optou-se por realizar uma entrevista semi-estruturada, pois a mesma nos permitiu elaborar questões mais específicas para cada entrevistado, contando, também, com a possibilidade de introduzir outras questões que surgiram no decorrer da entrevista⁹.

As entrevistas aconteceram em uma das salas do educandário, em um curto período de tempo, já que todos estavam trabalhando e só tinham aquele momento para responder as questões. Não foi permitida a utilização do gravador, pois os entrevistados alegaram não se sentirem à vontade com a gravação; sendo assim, no decorrer das entrevistas as respostas foram anotadas.

Nossa pesquisa foi estruturada em três capítulos. No capítulo 1, intitulado “O Educandário Getúlio Vargas (1943 a 1972)” procurou-se analisar como foi produzido historicamente o atendimento prestado pelo Educandário Getúlio Vargas. Para isso resgataram-se aspectos do processo de combate à lepra e a assistência às famílias dos doentes, a criação e instalação do Educandário, o perfil do público atendido no primeiro momento de funcionamento (1943 a 1972), o perfil do atendimento, a organização interna para oferecer esse atendimento, as relações dessa instituição com a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa¹⁰ à qual é filiada, além da relação do educandário com o Estado.

No capítulo 2, denominado “O Educandário Getúlio Vargas (1973 a 1992)”, abordaram-se as mudanças ocorridas no Educandário nessa nova fase de funcionamento e os fatores que geraram essa necessidade. Apresentou-se, assim como no capítulo anterior, o perfil do público atendido nesse período de funcionamento (1973 a 1992), o perfil do atendimento, a organização interna para oferecer esse atendimento, as relações dessa instituição com a Federação das Sociedades Eunice Weaver, e a relação do Educandário com o Estado.

⁹ São apresentados, em anexo, os roteiros das entrevistas.

¹⁰ No ano de 1970 o nome da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepre mudou para Federação das Sociedades Eunice Weaver, ver capítulo I.

No capítulo 3, intitulado “O Educandário Getúlio Vargas e as políticas públicas para a infância”, buscou-se analisar as relações entre as políticas públicas para assistência à infância e o atendimento oferecido pelo Educandário. E, finalmente, terminando o trabalho, aparecem as considerações finais.

CAPÍTULO I

O Educandário Getúlio Vargas (1943-1972)

Neste primeiro capítulo, intitulado “O Educandário Getúlio Vargas (1943-1972)” trata-se, num primeiro momento, sobre o combate à lepra no Brasil ao longo da história, enfatizando a assistência aos leprosos e suas famílias. Para tal, relata-se como o governo federal e a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra se organizaram para combater a doença no Brasil, culminando na criação dos preventórios para atender, em regime de internato, os filhos sadios dos doentes, observando-se que o Educandário Getúlio Vargas foi criado nesse processo.

Já, a segunda parte do capítulo traz informações históricas sobre a criação e instalação do Educandário Getúlio Vargas na cidade de Campo Grande, então localizada no Sul do Estado de Mato Grosso, e sobre o primeiro período de funcionamento da instituição, entre os anos de 1943 e 1972. Para melhor esclarecimento, sobre esse funcionamento apresentou-se o perfil dos internos, o perfil do atendimento, a organização interna da instituição para oferecer o atendimento, a relação entre o Educandário e a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, além da relação do Educandário com o Estado.

1.1 O combate à lepra no Brasil e a assistência aos leprosos e suas famílias

A lepra¹¹ é uma doença milenar, conhecida mundialmente que recebeu inúmeras denominações ao longo da história da humanidade. Atualmente é chamada de Hanseníase, em homenagem ao médico botânico norueguês Gerhard Henrik Armauer Hansen, que descobriu no ano de 1874 que a doença era causada pelo bacilo *Mycobacterium leprae*, provando assim que tal doença não era hereditária como se acreditava (CUNHA, 2005).

¹¹ A lepra (também conhecida como hanseníase ou mal de Hansen) é uma doença infectocontagiosa, que afeta os nervos e a pele provocando feridas, mutilações e forte odor nos doentes quando não devidamente tratada (NASCIMENTO, 2001).

As primeiras notificações dos casos de lepra no Brasil foram feitas no século XVI, no Rio de Janeiro; posteriormente, mais casos foram registrados em outras regiões brasileiras. Como pouco se conhecia sobre a doença, que era considerada incurável, a medida utilizada para combatê-la e evitar sua disseminação era o isolamento dos doentes em colônias, conhecidas como leprosários. Seguindo o exemplo de outros países, no século XVIII no Brasil foram criados os primeiros leprosários. Estes eram casas de caridade e, portanto, eram mantidos por doações feitas pela Igreja e pela sociedade em geral. Aos poucos, outros leprosários foram sendo construídos, mas eram insuficientes e ineficazes, devido à falta de tratamento adequado aos doentes. A lepra se espalhava rapidamente e no século XIX as autoridades notificaram a epidemia da doença em várias regiões brasileiras, entre elas, no estado de Mato Grosso.

O primeiro leprosário de Mato Grosso foi inaugurado em 1816, o Hospital de São João dos Lázaros de Cuiabá, localizado ao norte do Estado, construído e mantido com doações de particulares. Até o ano de 1941, esse foi o único leprosário da região. Sendo assim, os doentes do interior do Estado, principalmente da região sul, não tinham acesso a qualquer tipo de tratamento. Além da distância, o Hospital de São João dos Lázaros de Cuiabá não tinha capacidade para atender a grande número de doentes, oferecendo apenas 50 vagas (NASCIMENTO, 2001).

Como toda a população temia ser contaminada por tal doença, que era considerada incurável, acreditava-se que a doação feita aos leprosários garantia a manutenção do local onde seriam isolados os doentes, protegendo assim a população sadia. Além disso, como a lepra era tida como hereditária, toda a família do doente era isolada nos leprosários, onde permaneceriam até a sua morte. Durante o século XIX e até as primeiras décadas do século XX os poucos leprosários e o tratamento existente não foram suficientes para evitar a contaminação, sendo assim, os casos continuaram aumentando. No caso do sul do Estado de Mato Grosso, o Delegado de Saúde da cidade de Campo Grande, em 1937, alertava os representantes do Estado que a lepra estava se espalhando rapidamente na região (NASCIMENTO, 2001).

Após a vitória da Revolução de 1930 e diante da crise econômica e política em que vivia o Brasil, iniciou-se uma nova fase da sociedade brasileira, caracterizada pela centralização do poder. Getúlio Vargas tomou posse como chefe do Governo Provisório, em 3 de novembro de 1930, e no ano de 1937 instaurou no Brasil o Estado Novo, que visava o desenvolvimento e a modernização do país. Para isso o

governo federal ampliou sua atuação e controle em todas as áreas, até mesmo na área da saúde; sendo assim, o tratamento e o enfrentamento às doenças ganharam maior importância. A partir de então, todo o setor público começou a passar por uma série de reformas visando concretizar a formação de um Estado forte e centralizado e, para tanto, seria necessário construir um “aparato governamental que atuasse em todo o território nacional de forma a unificar as ações nas três esferas do poder: União, Estado e Município” (CUNHA. 2005. p. 80).

Como a falta de instrução, de educação e de saneamento eram considerados os grandes entraves do desenvolvimento do país, as questões sociais, entre elas a de saúde, ganharam destaque nesse período e, em novembro de 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesp). Segundo Cunha (2005), o Mesp tinha como incumbência “*educar e curar o Brasil*, livrando-o de seus males e propiciando-lhe um *futuro promissor*” (p. 80).

Gustavo Capanema assumiu o Mesp no ano de 1934, e visando a centralização na administração pública, neste período foram reorganizados os serviços de educação e saúde. Como o objetivo do Mesp era o de *educar e curar o Brasil*, as doenças precisavam ser controladas para se alcançar o desenvolvimento. Nesse momento histórico, a lepra era tida como um dos grandes problemas de saúde pública, um entrave ao desenvolvimento, pois o aumento dos casos era corrente e pouco se sabia sobre seu tratamento. Então o Mesp, por meio de estudos técnicos, detectou que tal doença necessitava de maior atenção. Era preciso elaborar um plano nacional para se obter uma uniformidade e continuidade de ação no enfrentamento e combate à lepra. Para tal, em 1935 foi formulado o Plano Nacional de Combate à Lepra.

O plano nacional de combate à lepra foi iniciado ainda em 1935, e apesar da orientação ser federal, deveria ser implementado em cooperação com os estados, através de acordos com a União. Esse plano visava, inicialmente, a construção de leprosários em quase todos os estados. Do ponto de vista profilático, o problema da lepra só poderia ser solucionado ao enquadrá-lo na órbita de ação dos estabelecimentos conhecidos por leprosários [...] Além disso, a sua contagiosidade exigia a separação dos doentes do convívio com as pessoas sãs. Essa convicção – de que o isolamento era a melhor medida sanitária para solucionar o problema da lepra – era reforçada pelo exemplo da Noruega, freqüentemente invocado pelos políticos e especialistas. Lá, a epidemia fora vencida com o isolamento dos doentes (CUNHA, 2005, p. 91).

A implementação do Plano permitiu a construção de vários leprosários em todo o país. E, apesar da prioridade ser a construção dos leprosários para o

isolamento dos doentes, esse plano era constituído pelo tripé: leprosário, dispensário e preventório. Além disso, abrangia outros itens como a pesquisa, o censo, a legislação e a administração.

Cada um desses itens, previstos no plano, era responsável por determinada função, visando o combate à lepra. A pesquisa visava realizar estudos referentes à lepra, às modalidades da doença, às formas de transmissão e ao processo de seu tratamento, a fim de se chegar à sua cura. O censo referia-se ao levantamento estatístico da quantidade de leprosos nas regiões brasileiras. A legislação era um dos pontos fundamentais do plano, já que, para combater a lepra, era necessário criar normas para uniformizar a ação em todo o país e isso só seria possível por meio da lei. A administração referia-se aos serviços administrativos de caráter total, que tratavam da doença, de seu tratamento, sua prevenção e sua cura; atuando sobre os doentes (leprosários), os comunicantes suspeitos de terem a doença (dispensário), os filhos dos leprosos (preventório), e a população em geral, por meio de propaganda e educação sanitária, para esclarecer sobre as formas de contágio da doença.

Devido à necessidade de estabelecimentos especiais voltados para o controle da endemia, o chamado plano de construção – única parte do plano geral que havia sido publicado – tornou-se o elemento mais importante para o projeto de controle da lepra. Referente às obras de construção e manutenção de leprosários, esse plano pretendia dotar todo o país com instituições deste tipo, tidas como fundamentais ao controle da doença e, com isso, permitir que o isolamento dos doentes pudesse ser praticado. Os Estados que recebessem o auxílio federal para a construção de leprosários deveriam ceder o terreno para a construção dos mesmos, além de contribuir com a metade das despesas calculadas para a manutenção dos doentes internos. Além disso, era primordial que esses Estados adotassem a legislação federal sobre a lepra em seus territórios, através dos acordos com a União (CUNHA, 2005, p.93).

Pode-se observar na citação acima, que não foi publicado todo o texto do Plano Nacional de Combate a Lepra, mas sim a parte que se referia à construção dos leprosários, que naquele momento eram considerados mais importantes para o combate à lepra, já que somente assim seria possível isolar os doentes e proteger a sociedade. Também podemos observar que era feito um acordo entre o Estado escolhido para a construção do leprosário e o governo federal, onde era acordado que o governo estatal deveria doar as terras para a construção, e, posteriormente, arcar com a metade das despesas da manutenção da instituição. Toda a verba para a construção do leprosário era responsabilidade do governo federal, bem como a outra metade das despesas futuras para a manutenção da instituição.

Os leprosários foram construídos, portanto, nos estados que aceitaram esse acordo; e as cidades foram escolhidas de acordo com o número de casos da doença. Eram realizados pelo Departamento de Saúde de cada Estado pesquisas e censos para verificar a quantidade de leproso nas regiões brasileiras e suas formas de atendimento; sendo assim, o plano de construção foi organizado de acordo com esses dados que apontavam para a necessidade de se construírem os leprosários em determinadas regiões do país. No caso do Estado de Mato Grosso, o governo municipal de Campo Grande cedeu o terreno para a construção do leprosário e aceitou o acordo proposto pelo Plano.

Com a construção dos leprosários, foi possível colocar em prática o isolamento dos doentes, previsto na legislação sanitária federal de 1920. Essas instituições deveriam oferecer uma estrutura eficiente para a separação social dos doentes e dar condições de sobrevivência para aqueles que, provavelmente, ficariam isolados pelo resto de suas vidas. Como a lepra se disseminava pelo contato pessoal e por mordida de insetos, essas instituições eram construídas longe das cidades, sendo assim, sua construção e manutenção exigiam bastante investimento.

Cada uma das instituições do tripé, previstas no plano, tinha uma função diferente, visando alcançar o objetivo maior que era o de combater a lepra. Os leprosários, como já dito anteriormente, tinham como objetivo isolar os doentes, “protegendo” a sociedade dos mesmos, para conter a evolução da doença. Os internos eram proibidos de saírem, e os que tentavam fugir eram presos em celas dentro da instituição. Como o tratamento nesse momento era muito precário, os doentes iam se decompondo até a morte. Muitas pessoas chegavam ainda jovens na instituição e acabavam por constituir família na mesma, porém seus filhos, assim que nasciam, eram rapidamente retiradas do convívio com os pais e encaminhadas para os preventórios, caso não tivessem contraído a doença (CUNHA, 2005).

No caso do sul do Estado de Mato Grosso, foi construído o leprosário São Julião no município de Campo Grande, em 1937, iniciando suas atividades de atendimento aos doentes em 1941. Esse foi o único leprosário construído pelo plano no Estado de Mato Grosso. Como já mencionado anteriormente, o leprosário localizado no norte do Estado de Mato Grosso, o Hospital de São João dos Lázaros de Cuiabá, foi construído com doações, em 1816. Segundo Nascimento (2001), a construção do leprosário São Julião significava um grande avanço e modernização nas formas de tratamento e prevenção da doença, para as autoridades governamentais

do Estado de Mato Grosso. Atendia-se aos interesses da população, já que os doentes seriam isolados na instituição. Além de atender aos doentes do sul do Estado, que não tinham acesso a nenhuma forma de tratamento à doença, também seriam transferidos para o leprosário São Julião os doentes que estavam internados no Hospital de São João dos Lázaros de Cuiabá.

Os dispensários, instituições que também faziam parte do tripé, tinham como função vigiar e controlar as famílias e outras pessoas que tinham contato direto com os doentes isolados nos leprosários. Estas pessoas, denominadas de comunicantes, eram suspeitas de terem contraído a doença, devido ao contato direto com os leprosos, por isso ficavam sujeitas a exames freqüentes realizados nos dispensários. Essa era considerada uma importante arma de defesa contra a lepra, já que possibilitava o diagnóstico precoce da doença. No início do tratamento o doente não precisava ser internado no leprosário, já que ao iniciá-lo a doença era controlada, impedindo assim o contágio. Nos casos do diagnóstico da doença já em fases avançadas, estes doentes infectados eram internados nos leprosários para não oferecerem risco à sociedade.

Por fim, os preventórios, última instituição do tripé, tinham como objetivo abrigar os filhos sadios dos portadores da lepra. Todos os preventórios tinham um pavilhão de observação, onde as crianças ficavam por alguns dias e eram examinadas por médicos. Após terem a certeza de que a criança não havia contraído nenhuma doença, eram aceitas para a convivência com as demais crianças. Os filhos sadios dos leprosos eram criados e educados nesses preventórios até retornarem para suas famílias ou alcançarem a maioridade. Essa assistência ficou a cargo de sociedades filantrópicas, congregadas na Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, que ficaram responsáveis pela construção e manutenção dos preventórios criados desde o início do plano contra a lepra. O governo federal contribuía com a construção dos preventórios, mas a participação maior era das sociedades filantrópicas (CUNHA, 2005).

Por ficarem responsáveis pelos preventórios, as Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra tornaram-se fundamentais no combate à doença. Portanto, será vista no próximo item a atuação dessas sociedades. Como já vimos em momentos anteriores, as entidades filantrópicas tiveram importante atuação no combate à lepra. De acordo com Santos (2006), as entidades filantrópicas laicas iniciaram suas atividades no início do século XX, e se tornaram um importante

caminho para a participação política e social das mulheres. Também militavam nessas entidades, médicos, funcionários públicos e profissionais liberais, mas a participação das mulheres era preponderante. Elas ocupavam os cargos da diretoria das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra espalhadas pelo país. E eram as responsáveis pela arrecadação de verbas e manutenção dos preventórios, que começaram a ser inaugurados nas regiões mais afetadas pela lepra. No caso da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, destacaram-se Alice Toledo Ribas Tibiriçá e Eunice Sousa Gabbi Weaver nesse sentido, julga-se ser importante trazer alguns dados sobre a trajetória das mesmas no combate á lepra no Brasil, assunto do próximo item.

1.1.1 Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra

Alice Tibiriçá, filha do General José Florêncio de Toledo Ribas e de Maria Augusta Rangel Ribas, nasceu no dia 9 de janeiro de 1886, em Ouro Preto, posteriormente passou a morar em São Paulo com seus pais. Em 1912, casou-se com o engenheiro João Tibiriçá Neto. Logo após seu casamento, João Tibiriçá foi encarregado da construção de uma estrada de ferro no Maranhão, onde residiram por dois anos. Durante esses dois anos Alice teve contato com as vítimas da doença lepra e pode observar as péssimas condições em que viviam. Sendo assim, em meados da década de 1920 se engajou na luta contra a doença lepra e, em 1926 fundou a Sociedade de Assistência às Crianças Lázaros em São Paulo, e posteriormente alterou o nome da instituição para Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra:

Os objetivos iniciais eram a propaganda da luta contra a lepra para conseguir não apenas adeptos, como recursos e doações para a assistência social aos doentes e suas famílias. Esta Sociedade inspirou a criação de congêneres em diversas regiões do país (SANTOS, 2006, p. 57).

A princípio, as Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra tinham como objetivo dar assistência aos leprosos e suas famílias. Uma das formas de angariar fundos para a campanha eram os eventos sociais realizados pela Sociedade. Esta entidade filantrópica deu origem à criação de outras, com os mesmos objetivos, em várias regiões do país, lideradas sempre por mulheres.

Inicialmente Alice Tibiriçá tinha apoio político e conseguiu uma coluna no jornal *Correio Paulistano*, onde divulgava informações sobre a lepra. Em 1927, com a mudança no quadro político, o candidato vitorioso à presidência do Brasil, Júlio Prestes, começou a restringir as atividades da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, e isso levou Alice Tibiriçá a proclamar: “Com o governo, se preciso; sem o governo, se possível; e até mesmo, contra o governo, se assim for necessário” (SANTOS, 2006, p.59). Sem o apoio político que tinha antes, a Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra intensificou as campanhas acerca da lepra e estimulou a criação de outras Sociedades visando ampliar e expandir a campanha em todo o território nacional. Então, em 1932, Alice Tibiriçá reuniu os representantes das Sociedades já existentes para fundar a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra, tendo como objetivo orientar as atividades de todas as sociedades filiadas para a execução de uma ação em âmbito nacional. Alice Tibiriçá foi eleita a presidente da Federação e como vice-presidente foi eleita Eunice Weaver.

Em 1933, aconteceu a “Conferência para a Uniformização da Campanha contra a lepra”, no Rio de Janeiro, organizado pela Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra. Dentre os assuntos discutidos, pedia-se um maior envolvimento do governo federal e das administrações estaduais na campanha de combate à lepra, bem como a padronização dos leprosários, censos de lepra, legislação específica sobre a doença e a separação compulsória dos filhos sadios dos doentes, entre outras. Os participantes da Conferência criticavam a ação do governo em relação à doença até aquele momento, o que se buscava e se pretendia era a centralização dessas campanhas. Sendo assim, após a posse de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde (1934), foi organizado o plano nacional de combate à lepra, conforme já mencionamos em momento anterior (SANTOS, 2006).

No ano de 1935, Eunice Weaver assumiu a presidência da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, dando início a uma nova fase de relações com o governo federal, conforme será visto adiante. Eunice Sousa Gabbi Weaver se tornou conhecida por sua atuação nas campanhas de assistência aos leproso nos anos 1930. Filha de Henrique Gabbi e de Leopoldina Gabbi, nasceu no dia 19 de setembro de 1904, na cidade de São Manoel (interior de São Paulo). cursou a Escola Normal em Piracicaba, posteriormente foi morar em

São Paulo, onde reencontrou Charles Anderson Weaver, que havia sido seu professor de latim, e com ele se casou naquele mesmo ano. Logo após o casamento, Charles Weaver foi convidado pela Universidade de Nova Iorque para percorrer 42 países com um grupo de alunos, visando incrementar a formação acadêmica dos mesmos. Eunice viajou com esse grupo de estudantes, quando pôde visitar vários leprosários nas ilhas Sandwich, no Egito, na China, no Japão e na Índia. Ao retornar ao Brasil Eunice Weaver fundou a Sociedade de Assistência aos Lázaros de Juiz de Fora (SANTOS, 2006). Ela permaneceu na presidência da Federação até o ano de 1969, quando veio a falecer. Então, no ano de 1970 o nome da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra mudou para Federação das Sociedades Eunice Weaver, em homenagem à mesma.

Após assumir a presidência da Federação, em 1935, Eunice Weaver foi se afastando dos ideais de ação autônomos preconizados por Alice Tibiriçá e se adequando ao modelo de saúde imposto pelo governo de Getúlio Vargas. Conforme aponta Santos (2006), logo após a Revolução de 1930 a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra passou por várias mudanças para se adequar ao modelo de saúde imposto pelo governo. Eunice Weaver, diferentemente de Alice Tibiriçá, buscou o apoio estatal para continuar as obras da entidade. Os objetivos iniciais das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, que eram a propaganda da luta contra a lepra para conseguir recursos e doações para a assistência social aos doentes e suas famílias, focaram-se, mais especificamente, na assistência aos filhos sadios dos leprosos que seriam internados nos preventórios a serem construídos. Os doentes e as suas famílias passaram a ser atendidos pelo governo federal. Com o apoio político, a Federação começou uma intensa campanha social, educativa e financeira por todo o país, com o objetivo de arrecadar fundos para a construção dos preventórios (SANTOS, 2006).

O trabalho da Federação foi considerado, a partir de então, como um componente fundamental no combate à lepra, uma vez que na gestão de Eunice Weaver a Federação passou a ser responsável pela criação e manutenção dos preventórios. A importância dessa atuação da Federação foi registrada no Tratado de Leprologia (1950).

O Tratado de Leprologia foi organizado pelo Serviço Nacional de Lepra, em 1950. Esse documento contém as informações disponíveis sobre a doença até aquele

momento, bem como as informações de como os governantes estavam tratando a lepra. Nas palavras de Gustavo Capanema:

O armamento antileproso está constituído e oferece, na sua já extensa rede de dispensários, leprosários e preventórios, os instrumentos que tornam possível o levantamento de um censo geral e seguro, uma vigilância sanitária satisfatória, o tratamento dos casos de doença verificados, com internamento dos doentes contagiantes, o resguardo das crianças sãs surpreendidas em convívio com leproso, a assistência material e moral às famílias de doentes internados.

Os governos estaduais por um lado, e, por outro lado, as instituições particulares, reunidas na Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra, prestam ao Governo Federal uma cooperação tão constante, tão vigorosa, tão cheia de boa vontade, tão fértil em resultados animadores, que a campanha antileprosa se tornou verdadeiramente nacional (BRASIL, 1950, p 8).

Os preventórios faziam parte do “armamento antileproso”, conforme aponta Capanema no trecho acima. Sendo assim, a partir do momento em que a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra começou a se preocupar com a construção e manutenção dos preventórios, dedicando sua atuação aos filhos sadios dos leproso, a Federação passou a ser considerada uma importante aliada do governo federal na luta nacional contra a lepra. Por meio do Decreto nº 1.473, de 8 de março de 1937, a Federação passou a ser considerada de utilidade pública, tendo como função coordenar as atividades das Sociedades filiadas, bem como fazer a distribuição das verbas arrecadadas para a campanha. Com isso, a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, centralizou as atividades filantrópicas de combate à doença. Até mesmo a verba do governo federal destinada à construção dos preventórios era enviada para a Federação, que ficava responsável por fazer a distribuição entre as sociedades filiadas, espalhadas por todo o país. As entidades filantrópicas que não eram filiadas à Federação não receberiam verba do governo federal. A Federação tinha total autonomia para distribuir as verbas entre suas filiadas, conforme julgasse ser melhor (SANTOS, 2006).

Com o apoio do Ministério da Educação e Saúde, Eunice Weaver passou a viajar por todo o Brasil, lançando a campanha da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, a fim de se criar, em várias cidades, preventórios, para abrigar os filhos sadios dos leproso. Segundo Santos (2006), a presidente da Federação apresentava algumas palestras e encontros nas cidades escolhidas, pedindo o auxílio para a campanha de combate a lepra. Eram procuradas

algumas pessoas, como por exemplo: a primeira dama municipal, médicos, autoridades municipais, advogados, jornalistas, políticos, entre outras, consideradas importantes para ajudar na obra. As propagandas das atividades da Federação eram feitas por meio de boletins solicitando a contribuição de todos.

A Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra enviava relatórios ao governo federal com informações sobre os preventórios já construídos e se havia necessidade de se construir outras instituições. Em 1941, foi elaborado pelo Departamento Nacional de Saúde o regulamento dos preventórios para os filhos sadios dos leprosos. A presidente da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra fazia parte da comissão organizadora desse regulamento. Esse documento estabelecia as normas de funcionamento dos preventórios.

Os preventórios construídos no Brasil, a partir de acordo entre Ministério da Educação e Saúde e a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, mais especificamente na gestão de Eunice Weaver, foram os seguintes:

Tabela 1- Preventórios criados entre 1936 e 1948.

PREVENTÓRIO	INÍCIO DA CONSTRUÇÃO	INAUGURAÇÃO
Amparo Santa Cruz- Rio Grande do Sul	-----	1942
Educandário Afrânio Azevedo- Goiás	1941	1943
Educandário Alzira Bley- Espírito Santo	1937	1940
Educandário Carlos Chagas - Minas Gerais	1941	1943
Educandário Curitiba- Paraná	-----	1943
Educandário Eunice Weaver-Pará	1939	1942
Educandário Eunice Weaver- Alagoas	1942	1943
Educandário Eunice Weaver- Bahia	1939	1943
Educandário Eunice Weaver- Ceará	1939	1942
Educandário Eunice Weaver- Paraíba	1936	1941
Educandário Getulio Vargas- Mato Grosso	1941	1943
Educandário Gustavo Capanema- Amazonas	1940	1942
Educandário Olegário Maciel- Minas Gerais	1938	1942
Educandário Oswaldo Cruz- Rio Grande do Norte	1940	1942
Educandário Padre Damião- Piauí	1941	1944
Educandário Santa Catarina- Santa Catarina	1938	1941
Educandário Santa Cruz- Porto Alegre	1939	1940
Educandário Santa Margarida- Acre	-----	1948
Educandário Santa Maria- Rio de Janeiro	1939	1942
Educandário Santa Tereza- São Paulo	-----	1931
Educandário Santo Antonio- Maranhão	1939	1941
Educandário São José- Sergipe	1942	1945
Educandário Vista Alegre- Rio de Janeiro	1939	1940
Instituto Guararapes- Pernambuco	1939	1941

Fonte: Brasil, 1950.

Como se pode observar na tabela acima, do ano de 1936 ao ano de 1948 foram construídos e inaugurados 24 preventórios por todo o país. Dentre eles, foi construído o Educandário Getúlio Vargas na cidade de Campo Grande, sul do Estado do Mato Grosso. O início da construção do preventório deu-se no ano de 1941, e sua inauguração ocorreu no ano de 1943. Este foi o único preventório construído no Estado de Mato Grosso pelo Plano Nacional de Combate a Lepra (BRASIL, 1950). Sendo o Educandário Getúlio Vargas o objeto desta pesquisa, este será tratado especificamente quanto à construção e instalação, no item seguinte.

1.2 A criação e instalação do Educandário Getúlio Vargas

Aos trinta e um dias do mês de outubro de 1943, numa das salas do Educandário Getúlio Vargas, reuniram-se os sócios da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra de Campo Grande e convidados, que ali vieram assistir a cerimônia de inauguração do preventório:

Depois da missa que foi rezada no edifício, foi deslaçada a fita áurea-verde da entrada pelo Dr. Pessoa de Melo, representante do Ministro da Educação, a que se seguiram orações pronunciadas pela presidente da Sociedade de Defesa contra a Lepra, local; pelo Dr. Pessoa de Melo como representante do Ministro Capanema, pelo Dr. Fragelli, presidente do Conselho Deliberativo da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, e por Dona Eunice Weaver, que inaugurou os retratos do Presidente Getúlio Vargas, do Ministro Capanema e do Interventor Julio Müller. Foram os discursos muito aplaudidos. Logo depois o sacerdote passou as dependências principais do estabelecimento, lançando-lhes bênção. E em grupos percorreram todo o prédio, verificando-se verdadeiro entusiasmo entre os mesmos por tudo que viram. (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1943, p.2)

Como referido anteriormente, a construção do Educandário Getúlio Vargas fazia parte do Plano Nacional de Combate à Lepra. Era a última instituição prevista no tripé do plano, para atendimento dos filhos sadios dos portadores da lepra. Assim como a cidade de Campo Grande cedeu o terreno para a construção do leprosário São Julião em 1937, para o isolamento dos leprosos, a cidade também cedeu o terreno para a construção do preventório Educandário Getúlio Vargas, que atenderia em regime de internato os filhos sadios desses doentes internados no leprosário.

Nesse ponto, observa-se que a cidade de Campo Grande foi fundada no fim do século XIX e teve um rápido crescimento devido a sua localização geográfica. No início do século XX a cidade tornou-se um centro de comercialização de gado, pois

era ponto de encontro entre os boiadeiros que iam para o Triângulo Mineiro e para o Paraguai, e mais tarde, com a construção da estrada boiadeira, abriram-se novos mercados para o Paraná e para São Paulo. Outro fato que propiciou o crescimento da cidade foi a chegada dos trilhos da Noroeste do Brasil, em 1914, que ligou a cidade às demais regiões do país e abriu novos caminhos para a imigração e oportunidade de negócios. A ferrovia favoreceu a transferência do eixo econômico Cuiabá - Corumbá, por meio do rio Paraguai, para Campo Grande - São Paulo.

Outro fato importante que contribuiu para o desenvolvimento da cidade foi a transferência da Circunscrição Militar de Corumbá para Campo Grande, em 1921. Com isso, a cidade passou a ser a capital militar do Estado de Mato Grosso. Segundo Weingartner (1995), com a instalação da Circunscrição Militar em Campo Grande, os militares vindos de outras regiões do país trouxeram novas idéias e experiências políticas.

O intenso movimento na estação ferroviária, causado principalmente pela exportação de gado, madeira e outros produtos, e a importação de produtos industrializados, contribuiu para o crescimento da arrecadação tributária de Campo Grande, que em 1930 era de 28% em relação à arrecadação do Estado de Mato Grosso. Com isso, Campo Grande passou a ser a capital econômica do Estado. Com todo esse desenvolvimento e crescimento e com a chegada de novos imigrantes, a população não parava de crescer, aumentando assim as carências e as doenças, principalmente as contagiosas, como a lepra (CORRÊA, 1999). E, para que a cidade continuasse a crescer, era de interesse dos governantes do Estado criar meios para proteger a população sadia dessas doenças. Por esse motivo, as autoridades da cidade de Campo Grande aderiram ao Plano Nacional de Combate a Lepra, de 1935, cedendo o terreno para a construção de um leprosário, no ano de 1937, para isolar os doentes, e mais tarde, em 1941, cedeu terreno para a construção de um educandário, para atender os filhos sadios dos leprosos.

O Educandário Getúlio Vargas ficou sob a responsabilidade da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra de Campo Grande, que era subordinada a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra. Sendo assim, o Educandário ficava sujeito às normas de funcionamento previstas no regulamento dos preventórios para os filhos sadios dos leprosos, formulado em 1941.

Nos tópicos seguintes será realizada investigação histórica sobre como o Educandário Getúlio Vargas foi organizado a partir desse regulamento, para atender os internos no seu primeiro período de funcionamento, que foi de 1943 a 1972.

1.2.1 Perfil dos internos atendidos no Educandário Getúlio Vargas

Neste item será apresentando o perfil das crianças e adolescentes atendidos na instituição, nesse primeiro período de funcionamento (1943 a 1972). Como já se relatou, a construção do Educandário Getúlio Vargas fazia parte do Plano Nacional de Combate à Lepra iniciado em 1935, e tinha como objetivo acolher, manter, educar e instruir os filhos sadios dos leprosos, desde que não tivessem parentes que dispusessem de recursos para educá-los e mantê-los sob a vigilância sanitária (MONTEIRO, 1998).

O regulamento dos preventórios, de 1941, determinava os critérios para a admissão nessas instituições: seriam, primeiramente, atendidas as crianças nascidas nos leprosários e que eram imediatamente retiradas de seus pais e colocadas nos berçários dos preventórios. Em segundo lugar, seriam admitidas as crianças que se encontravam em locais onde havia maior perigo de contágio da lepra e, por fim, os mais necessitados de assistência e que tinham menor idade (SANTOS, 2006).

Tendo em vista esses critérios, o Educandário Getúlio Vargas iniciou suas atividades em 1943 com apenas 18 crianças, mas esse número foi aumentando rapidamente, conforme se pode observar na tabela 2.

Tabela 2 - Procedência e quantidade de internos atendidos no Educandário Getúlio Vargas -1943 a 1972

Período	São Julião ¹²		Campo Grande		Interior (MT)		Outros		N.D. ¹		Quantidade de atendidos	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
1943-1952	54	34,0	16	10,0	83	52,0	3	2,0	1	0,5	157	100
1953-1962	54	37,0	20	14,0	58	40,0	5	3,5	8	5,5	145	100
1963-1972	23	25,0	18	19,5	46	49,5	4	4,0	0	0	91	100

¹ N.D.- procedência não determinada.

Fonte: Educandário Getúlio Vargas. 1943.

¹² Leprosário localizado na cidade de Campo Grande, onde eram isolados os doentes contaminados pela lepra.

Antes de se partir para a análise dos dados da tabela será realizada uma explicação sobre os itens contidos na mesma. Na coluna São Julião estão os casos de internos que eram encaminhados pelo leprosário São Julião, entre eles, os recém-nascidos. O número de internos apontados na coluna Campo Grande eram os encaminhados pela Secretaria de Saúde de Campo Grande. Como esse era o único preventório do Estado de Mato Grosso, no item “interior” constam o número de internos vindos do interior do Estado, encaminhados pelos órgãos de controle da lepra. Na coluna seguinte (“outros”) estão os casos de internos que foram encaminhados por outros Estados. Por último estão os casos cujas informações não estavam disponíveis no livro de registros do Educandário.

No período de 1943 a 1952 foram atendidos, em regime de internato, 157 crianças e adolescentes, sendo 54 (34,0%) vindos do leprosário São Julião, 16 (10,0%) vindos da cidade de Campo Grande, 83 (52,0%) oriundos do interior de Mato Grosso e 3 (2,0%) internos vindos de outros Estados. No período de 1953 a 1962, o Educandário atendeu 145 internos, sendo 54 (37,0%) encaminhados pelo leprosário São Julião, 20 (14,0%) internos vindos da cidade de Campo Grande, 58 (40,0%) do interior do Estado de Mato Grosso e 5 (3,5%) internos vindos de outros Estados. No período de 1963 a 1972, 91 internos foram atendidos, sendo 23 (25,0%) encaminhados pelo leprosário São Julião, 18 (19,5%) vindos da cidade de Campo Grande, 46 (49,0%) do interior do Estado de Mato Grosso e 4 (4,0%) internos vindos de outros Estados.

Como o isolamento em leprosário foi proibido pelo Decreto nº 968, de 7 de maio de 1962, o número de internos atendidos no Educandário diminuiu nos anos de 1963 a 1972, mas o fim do isolamento foi acontecendo aos poucos. Com os avanços dos medicamentos, o paciente que começava a ser medicado não era mais considerado um doente contagioso, portanto, não precisava mais ser isolado em instituições especiais para se tratar. Sendo assim, as crianças não precisavam mais serem retiradas do convívio com seus pais, e esse fato gerou a diminuição no número de crianças internadas nos educandários (CUNHA, 2005).

Durante todo o período de sua inauguração até aqui, o Educandário atendeu meninos e meninas, ao mesmo tempo, oferecendo algumas atividades diferenciadas. Os dormitórios eram separados, um pavilhão para os meninos e outro para as meninas, essas últimas juntamente com as crianças menores de 5 anos de idade. De acordo com o regulamento dos preventórios de 1941, a idade máxima para dar

entrada na instituição seria de 15 anos de idade para os meninos e 18 anos de idade para as meninas.

Os critérios para a saída do preventório também estavam previstos no regulamento e seriam: o falecimento, a retirada por pessoa da família, ou pessoa autorizada, o contágio da lepra, a maioridade (que seria 18 anos de idade para os meninos e 21 anos de idade para as meninas), a colocação em um trabalho, o casamento e a indisciplina do interno. Neste último caso, o interno seria expulso da instituição se tivesse mais de 15 anos de idade, desde que tivesse parentes ou outras pessoas que tivessem condições para cuidar do mesmo, mas este ainda ficaria sob a vigilância das autoridades sanitárias. Segundo Santos (2006, p. 74), o conteúdo do regulamento dos preventórios “tinha forte caráter pedagógico autoritário”. As normas eram bastante rigorosas para os internos, principalmente para os que se comportassem mal, os mesmos seriam repreendidos e impedidos de participarem de passeios, festas, jogos e brincadeiras. A rotina dos internos era bem definida e devia ser seguida por todos. Em relação à saída dos internos do Educandário Getúlio Vargas, pode ser observada a tabela 3:

Tabela 3 - Saída dos internos do Educandário Getúlio Vargas - 1943 a 1972

Período	Retirado por familiares		Retirado por pessoa autorizada		Transferido		Maioridade		Falecimento		Fuga		N.D ¹	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
1943-1952	64	41,0	37	23,5	10	6,0	18	11,5	25	16,0	1	0,5	2	1,0
1953-1962	74	51,0	20	14,0	6	4,0	14	9,5	29	20,0	2	1,0	0	0,0
1963-1972	51	56,0	6	6,5	5	5,5	21	23,0	3	3,0	0	0,0	5	5,5

¹ N.D- causa da saída não determinada.

Fonte: Educandário Getúlio Vargas. 1943.

No período de 1943 a 1952, retornaram para suas famílias 64 (41,0%) internos; 37 (23,5%) internos foram retirados por pessoa autorizada, 10 (6,0%) foram transferidos para outras instituições; 18 (11,5%) saíram ao completarem a maioridade; 25 (16,0%) faleceram e apenas uma fuga (0,5%) foi registrada. No período de 1953 a 1962, 74 (51,0%) internos foram retirados por seus familiares; 20 (14,0%) foram retirados por pessoa autorizada; 6 (4,0%) internos foram transferidos para outras instituições; 14 (9,5%) saíram ao completarem a maioridade; 29 (20,0%) faleceram e 2 (1,0%) internos fugiram. No período de 1963 a 1972, 51 (56,0%)

internos foram retirados por seus familiares; 6 (6,5%) foram retirados por pessoa autorizada; 5 (5,5%) foram transferidos; 21 (23,0%) saíram ao completarem a maioridade e 3 (3,0%) internos faleceram.

Como pode ser observado, durante os anos de 1943 a 1972, foram registrados 189 casos de internos que retornaram para sua família de origem. As crianças internadas na instituição, como já dito anteriormente, eram afastadas de seus pais por motivo de doença, no entanto, assim que os familiares podiam, retornavam ao Educandário para buscar suas crianças.

O alto número de casos de falecimentos, 57 casos, estava relacionado ao período em que o leprosário São Julião encaminhava os filhos recém-nascidos dos doentes ao preventório, principalmente entre os anos de 1943 a 1962, período que antecedeu a proibição do isolamento dos leprosos e o afastamento dos filhos sadios. Os recém-nascidos encaminhados pelo leprosário São Julião tinham pouca chance de sobreviverem, devido à precária situação daquele momento¹³. Muitos deles morriam antes mesmo de completarem um ano de vida, e os que não eram retirados por outros membros da família que não portavam a doença, acabavam perdendo o contato com seus familiares, permanecendo no Educandário até conseguirem uma colocação em outra família, ou até alcançarem a maioridade.

Os casos de transferência de internos estavam relacionados à transferência para outras instituições para fazerem tratamento de saúde, ou a transferência para as Forças Armadas da cidade, no caso dos meninos.

Segundo Monteiro (1998), sair dos preventórios não era uma tarefa fácil, mesmo para os internos que já tinham alcançado a maioridade, que em muitos casos, não tinham para onde ir. O distanciamento da família e de outros agrupamentos sociais fazia com que os internos tivessem grandes dificuldades para viver fora dos preventórios. Havia uma série de exigências para o interno conseguir sair do preventório, mesmo quando eram os familiares que solicitavam o pedido de retirada, pois estes deveriam provar que tinham condições para manter a criança, e, mesmo assim, o Departamento de Profilaxia da Lepra, que era o responsável por dar a autorização, poderia negar o pedido se assim julgasse melhor. A questão da saída dos internos era bastante discutida devido à preocupação com o contágio da lepra.

¹³ Os recém-nascidos eram enviados ao preventório assim que nasciam, independente do horário. Então, muitas vezes chegavam no meio da noite, sem serem alimentados e sem terem tido os primeiros cuidados básicos necessários para sobreviverem.

1.2.2 Perfil do atendimento oferecido pelo Educandário Getúlio Vargas

Em meados da década de 1930 começaram a ser construídos os preventórios para o internamento dos filhos sadios dos leprosos em todo o país. Acreditava-se que a criança que já tinha tido contato com um leproso teria maior chance de desenvolver a doença, sendo assim, deveria ficar em uma instituição especial onde seriam examinadas periodicamente. Essas crianças não poderiam ser atendidas em outros internatos existentes, mas sim, receberiam atendimento nos preventórios, onde só seriam internados os filhos de leprosos. No próprio regulamento interno dos preventórios era previsto que a criança não poderia sair do mesmo durante os seis primeiros anos de internamento (MONTEIRO, 1998).

Como essas instituições tinham caráter preventivo, localizavam-se longe dos centros das cidades, isolados, como era de se esperar em instituições dessa natureza. Sendo assim, o atendimento às crianças era realizado no próprio local. Constava no regulamento dos preventórios, de 1941, como deveria ser o atendimento nos preventórios e quais profissionais atuariam no mesmo. Essas instituições contariam com: um médico clínico pediatra, que seria o responsável por examinar semanalmente os internos, orientando o seu desenvolvimento físico; um médico dermatoleprólogo, que seria o responsável pela vigilância dos internos em relação ao possível contágio da lepra, sendo que este médico deveria examinar mensalmente o interno durante os três primeiros anos de internamento; um dentista; um enfermeiro; um educador que seria o responsável pelo ensino dos internos e um agrônomo para orientar o trabalho com o cultivo das terras (SANTOS, 2006).

Sobre o ensino dos internos estava previsto no regulamento que seria constituído de jardim de infância, primário, escola doméstica em todas as atividades, uma pequena lavoura, trabalho de campo, artes e ofícios. O trabalho era visto como um importante instrumento disciplinador. Segundo Monteiro (1998), acreditava-se que trabalhando os internos se tornavam mais dóceis e, conseqüentemente, mais fáceis de serem administrados. O regulamento dos preventórios indicava que os internos do sexo feminino se ocupariam com os trabalhos domésticos e os internos do sexo masculino se ocupariam com os trabalhos de campo, jardinagem, horta e pomar. Sobre a remuneração, era previsto que somente os internos maiores de 16 anos de idade receberiam em torno de 30% do salário de um empregado. Sendo assim, a intenção era que o trabalho dos internos contribuiria para a manutenção do

Educandário, visto que a maior parte dos trabalhos seriam realizados pelos próprios internos, diminuindo assim as despesas com a contratação de funcionários.

Fundamentado nesse regulamento que estabelecia como tripé para a assistência a ser oferecida pelo preventório, a questão sanitária, a escolarização e a educação para o trabalho, o Educandário Getúlio Vargas iniciou seu atendimento em 1943, contando com um diretor interno e uma assistente geral que moravam na instituição.

Para o atendimento sanitário, nos primeiros anos, alguns médicos faziam os exames mensalmente¹⁴. No início da década de 1950 os internos passaram a ser atendidos diariamente por uma enfermeira e o médico pediatra passou a atendê-las duas vezes por semana. Posteriormente, passaram a receber atendimento odontológico, sendo instalada no início dos anos 1960 uma sala para esses procedimentos.

Eventualmente, no ano de 1962, devido a uma forte epidemia de sarampo, foram realizadas visitas aos médicos pediatras da cidade, pedindo-lhes uma maior assistência às crianças do Educandário. Com isso, o preventório passou a contar com três médicos pediatras. Em consequência desse aumento no número de médicos, foi organizado novo fichário clínico, e instalação de uma sala apropriada para o atendimento. O mesmo se deu com a Associação dos Dentistas de Campo Grande, que enviou três dentistas para fazerem um levantamento do serviço dentário das crianças do Educandário, no ano de 1968. Conforme o resultado dessas medidas passou a ser necessário mais um dentista para atender as crianças.

Além disso, seguindo o protocolo de 1941, todas as crianças que chegavam ao Educandário eram sujeitas a exames médicos e educacionais, e se apresentassem algum problema de saúde eram tratadas em instituições especializadas. O protocolo, apesar das mudanças no tratamento da lepra, ainda era seguido no final dos anos de 1960. Mesmo com a proibição do isolamento dos doentes pelo Decreto nº 968, de 1962, muitos deles continuaram a morar nos leprosários, pois não tinham condições de conseguir moradia em outro local. Sendo assim, os doentes viviam em regime semi-aberto nos leprosários, podendo visitar seus filhos nos preventórios. Não eram todas as crianças que recebiam a visita de seus pais, algumas delas nem conheceram suas famílias, ou tiveram seus laços encerrados com a internação no Educandário.

¹⁴ Não existem informações mais precisas sobre a origem desses profissionais, mas, dado o caráter filantrópico da instituição, tudo indica que se tratava de serviço voluntário.

Ainda em 1971, contudo, era fortemente debatida a questão das visitas dos pais leprosos aos seus filhos internados no preventório e, também, da visita dos filhos aos seus pais no leprosário São Julião¹⁵. Temia-se que essas visitas contribuíssem para a disseminação da doença, mas as visitas não eram proibidas, e, apesar das discussões, estas continuaram acontecendo. (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1965 a 1971).

No que diz respeito à escolarização, apenas em 1956, o Educandário Getúlio Vargas conseguiu autorização da Federação para reformar um compartimento isolado da instituição para ser utilizada como sala de aula para os internos. A instrução primária era realizada no próprio Educandário, como estava previsto no regulamento dos preventórios de 1941. Nos anos anteriores a essa reforma os internos recebiam a instrução primária dentro do próprio pavilhão em que moravam, não tendo uma sala própria para tal atividade. Alguns meninos maiores, contudo, eram matriculados em cursos profissionalizantes no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Nesse mesmo período uma menina foi matriculada no Curso de Auxiliar de Enfermagem, em Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, vaga esta conseguida pela Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra; as demais meninas realizavam os serviços domésticos e ajudavam a cuidar das crianças menores.

No dia 10 de outubro de 1957, na sede do Educandário, realizou-se a inauguração do Jardim de Infância “Adelina Ponce de Arruda”. Neste dia a professora Maria Constança de Barros Machado saudou em nome da diretoria as senhoras Eunice Weaver e Adelina Ponce de Arruda, lembrando suas obras na profilaxia da lepra no Brasil e no Estado de Mato Grosso. A creche era atendida por duas professoras e pelas internas mais velhas (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1941 a 1963).

Quanto ao lazer, em 1961 foi inaugurada a Praça dos Esportes do Educandário Getúlio Vargas, para incentivo aos internos. O campo de esportes foi construído com verbas angariadas em campanhas especiais para tal fim. Segundo

¹⁵ Desde o início da construção dos preventórios a questão das visitas era fortemente discutida. O regulamento dos preventórios estabelecia que qualquer comunicação com os internos só seria realizada mediante autorização da Sociedade mantenedora do preventório, devendo ser evitadas ao máximo o contato do interno com o leproso, para se evitar a contaminação, e todas as pessoas que realizassem visitas aos internos seriam enquadradas na categoria de comunicantes tendo que se submeter a exames periódicos realizadas pelos dispensários. As visitas tinham dias e horas previamente fixados e os visitantes eram obrigados a apresentar a carteira, provando estar em dia com os exames feitos nos dispensários (MONTEIRO. 1998).

Santos (2006), nos preventórios os internos poderiam ter acesso aos esportes, áreas de lazer e podiam formar grupo de escoteiros, além do ensino formal. Além disso, os alunos que se destacavam nos esportes ganhavam bolsas de estudos dos colégios da cidade.

O grande campo educativo, contudo, como frisado anteriormente, seria o trabalho, por isso, a maior parte das iniciativas da administração do Educandário relacionava-se a isso. Complementarmente era sempre enfatizado o auxílio financeiro dessas atividades para a manutenção da instituição. Nesse sentido, ainda na década de 1950 foi instalada uma oficina de carpintaria, cujas máquinas e acessórios já haviam sido adquiridos para ensinar tal ofício aos meninos maiores. Visando a ocupação do tempo dos internos, e, também para contribuir com a despesa interna da instituição, foi mandado arar o terreno do preventório para o plantio de feijão e mandioca.

Outros adolescentes eram encaminhados para o aprendizado de sapataria, colchoaria e corte e costura. Algumas empresas de Campo Grande ofereciam vagas aos internos para aprendizado de ofícios. Os professores especializados para ensinar atividades industriais e agrícolas eram encaminhados pelas administrações públicas (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1941 a 1963).

No mesmo sentido, em 1962, duas moças internas no Educandário foram matriculadas no curso de enfermagem, patrocinado pela Clínica Campo Grande. Igualmente, em 1963, uma moça interna, já maior de idade, pediu permissão para deixar o Educandário e se empregar. A diretoria aceitou o pedido de permissão, arranjado-lhe um emprego no corpo de enfermagem da Clínica Campo Grande e uma residência para morar temporariamente até conseguir se estabilizar. Visando o encaminhamento para a vida fora da instituição, a diretoria do Educandário buscava conseguir vagas para os adolescentes internos aprenderem alguma profissão, e para isso contavam com a colaboração dos empresários da cidade, como visto acima.

Sempre que algum interno maior de idade manifestasse sua vontade de sair do educandário, a diretoria discutia a possibilidade e organizava essa saída. Se julgassem que o interno não tinha capacidade para sair naquele momento, não permitiam que o mesmo deixasse a instituição. O mesmo acontecia com as crianças quando alguém da família, ou outra pessoa, pedia para retirá-las do Educandário. Essa permissão só era dada quando a diretoria considerasse que tal criança ou

adolescente estaria bem acomodada fora do preventório (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1941 a 1963).

Atuando ainda no mesmo sentido da formação para o trabalho, a horta do preventório, em 1967, estava obtendo resultados, produzindo de 20 a 25 quilos de tomate por mês, usados para o consumo das crianças, bem como alface, cenoura, chuchu e beterraba. O aviário também produzia uma média de 2 ovos semanais para cada criança interna. A carpintaria estava funcionando graças ao trabalho de um interno do Educandário que havia feito curso no Senai, fazendo reformas de móveis. No ano seguinte, esse mesmo interno saiu do Educandário e foi morar em Cuiabá, onde já havia encontrado um emprego. A diretoria do Educandário procurava colocação em emprego para mais três internos formados em técnico de manutenção, torneiro mecânico e mecânico de motor, cursos esses oferecidos pelo Senai.

Na perspectiva do regulamento dos preventórios de 1941, que pressupunha a assistência integral à criança e ao adolescente no internato, a direção do Educandário Getúlio Vargas também dava especial atenção à formação moral, por meio do atendimento religioso. Desde a fundação do Educandário Getúlio Vargas, contudo, até meados dos anos de 1950, havia uma disparidade de cultos religiosos permitidos na instituição e isso afetou alguns membros da diretoria que se viam contrários a tal situação, pedindo para que apenas a religião católica fosse permitida dentro do Educandário. A orientação religiosa sempre existiu, mas intensificou-se na década de 1970 com o curso de preparação religiosa para os internos. Exemplo disso é que sempre que uma moça se casava a diretoria do Educandário preparava seu enxoval e realizava a cerimônia religiosa na instituição. No decorrer da história da instituição ficou clara a escolha pela religião católica, pelos membros da diretoria, para ser ministrada para os internos. A questão religiosa era muito forte entre as mulheres que faziam parte da diretoria do Educandário, pois acreditavam que era através da fé que conseguiriam educar as crianças internas e continuar desenvolvendo suas obras de caridade.

Da mesma forma, a modalidade de atendimento prestado nesse primeiro momento, de 1943 a 1972, redundou no isolamento efetivo dos internos. Seu contato com a sociedade campo-grandense dava-se quando os adolescentes saíam para estudar ou para aprender alguma atividade lucrativa. No caso das crianças era mais complicado, pois estudavam no próprio Educandário e todos os demais atendimentos

eram realizados dentro do mesmo, então o contato com a sociedade era quase inexistente (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1941 a 1963).

1.2.3 A organização interna do Educandário Getúlio Vargas

O Educandário Getúlio Vargas, fruto das campanhas desenvolvidas pela Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra para o atendimento aos filhos sadios dos portadores da doença, tinha caráter filantrópico e sua diretoria prestava serviço voluntário. A presidência das Sociedades de Assistência aos Lázaros das cidades era responsável por orientar o trabalho nos preventórios de sua responsabilidade. A diretoria dessas Sociedades firmava acordos com os Serviços Estaduais de Profilaxia da Lepra para obter os médicos leprólogos-dermatologistas, que ficariam responsáveis pela vigilância sanitária dos internos. As recomendações dos médicos deveriam ser seguidas rigorosamente pelos administradores dos preventórios. Também era de responsabilidade da diretoria das Sociedades solicitar aos poderes públicos os funcionários necessários para atuarem nos educandários. A manutenção da instituição provinha de contribuições particulares e dos governos federal, estadual e municipal (SANTOS, 2006).

A diretoria da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra de Campo Grande era composta pela Presidência, vice-presidência, secretaria e tesouraria; e todos os cargos eram ocupados por voluntárias. Ocupavam os cargos da diretoria: mulheres da sociedade campo-grandense, em sua maioria, ligadas aos representantes políticos da cidade, sobretudo à burguesia agrária e comercial, além daquelas relacionadas às camadas médias (funcionalismo público, profissionais liberais etc). De acordo com Bittar (1999), enquanto essas entidades filantrópicas eram dirigidas por essas mulheres, o Estado se sentia desobrigado de intervir nessa área da assistência, pois essas atividades representavam maiores encargos financeiros para o poder público.

No Estado do Mato Grosso, assim como em outras regiões brasileiras, até os primeiros anos do século XX o Estado não assumia a questão social, em todas as suas facetas, como uma política que precisava ser definida e elaborada, como assumiu em outras áreas da educação e da saúde. Sendo assim, os governantes viam aspectos da questão social como o combate à lepra como um mal que a própria sociedade civil precisava atender. Apenas a partir dos anos de 1930, visando o

progresso e o desenvolvimento do país, o Estado começou a intervir paulatinamente nas questões sociais como, por exemplo, regulamentando as leis trabalhistas (BITTAR, 1999). No caso do combate à lepra, contudo, parte da assistência tornou-se pública – os leprosários e dispensários – e parte dela continuou a depender da filantropia – os preventórios.

Por isso, a diretoria da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra tinha como função arrecadar fundos para a manutenção do Educandário Getúlio Vargas, bem como encaminhar o trabalho no mesmo. Inicialmente a diretoria tinha pouco contato com os internos no Educandário, já que as reuniões eram realizadas nos clubes da cidade ou nas casas dos membros da mesma. A eleição para a diretoria da Sociedade da Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra de Campo Grande acontecia de dois em dois anos e era comum que as mesmas integrantes permanecessem por vários anos na diretoria.

Exemplificando o tipo de trabalho organizado pela direção da entidade, em 1950 a diretoria dividiu-se em pequenos grupos para realizarem visitas ao preventório com o intuito de organizarem o cardápio dos internos para cada dia da semana, bem como para estabelecer as regras de convívio. Para solucionar os problemas mais urgentes do Educandário foram organizadas três comissões: uma para orientação da alimentação e cozinha; outra para a fiscalização dos serviços de rouparia; e a última para a direção e fiscalização da horta (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1941 a 1963).

Para melhorar essa organização, foram realizadas algumas reformas e instalações no prédio, tais como: instalação de luz no pavilhão dos internos maiores; instalação de auto-falante para entretenimento das crianças; calçamento da entrada do edifício e do pátio interno; conserto da geladeira, que não estava funcionando. Também foram angariados doativos para as crianças, como brinquedos usados, velocípedes e bicicletas para os adolescentes que faziam curso no Senai. Diariamente um membro da diretoria, em companhia da Presidente, fazia uma visita ao Educandário para verificar o andamento dos trabalhos e providenciar o que fosse necessário.

Ainda nos anos de 1950, o rigor do frio que se abateu na cidade fez com que a diretoria do Educandário promovesse uma campanha imediata para arrecadar agasalhos para os internos. Todas as campanhas realizadas eram discutidas entre os membros da diretoria e, posteriormente ao evento, era realizada uma reunião para

apresentação dos resultados e discussão da melhor forma de se empregar o que havia sido arrecadado. Nesse período, era muito comum a realização de promoções como festas, bingos e rifas, para angariar fundos para a manutenção do preventório. Também era comum a doação em dinheiro feita por pessoas da sociedade campo-grandense, bem como heranças deixadas para a instituição. Outra fonte de arrecadação do Educandário Getúlio Vargas era os selos de São Damião que eram vendidos junto ao comércio, às escolas e aos quartéis da cidade (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1941 a 1963).

Todas as festividades, tais como dia das crianças, Natal, entre outras, realizadas no Educandário para as crianças internas, eram feitas com donativos arrecadados junto à sociedade. A verba enviada pela Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra não era suficiente para realizar todas as atividades do Educandário, portanto, as promoções e doações eram necessárias para compor essas atividades. Muitas pessoas físicas e jurídicas da sociedade campo-grandense faziam doações em dinheiro ou em objetos para o preventório. Por várias vezes, a diretoria do Educandário fez registros agradecendo as contribuições:

[...] queremos deixar fixado nesta página (para que no futuro seja sempre lembrado com reconhecimento) o nome do Snr. Tarcísio Dal Farra que, com essa valiosa oferta, propiciou as crianças do Educandário, uma série de benefícios. Que Deus o abençoe! Que toda sua bondade em favor dos meninos do preventório, se reverta em graças para a felicidade dos seus. E, que seu nome aqui deixado seja uma homenagem que perpetuará para os vindouros, a lembrança do seu ato humanitário (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1941 a 1963. p.50).

A citação acima é um exemplo de agradecimento que era registrado. Sempre que recebia uma grande doação fazia-se um ofício de agradecimento. As doações, como já dito anteriormente, eram de fundamental importância para a manutenção do Educandário, visto que as verbas públicas e da Federação não eram suficientes para manter a instituição.

Como exemplo da importância dos donativos, no fim do ano de 1962 foi realizada uma campanha entre estabelecimentos bancários, comerciais e de outros setores em Campo Grande, visando obter materiais como colchões e lençóis para a creche; agasalhos para os internos mais velhos e pijamas para as crianças da creche; além de roupas brancas para as meninas internas maiores e saias de mescla com blusas, para todas as meninas. Também foi formada uma comissão que percorreu os açougues e padarias da cidade solicitando auxílio na alimentação dos internos no

Educandário. Com os resultados das doações, em 1963 o Educandário teve seus pavilhões reformados. Ainda no ano de 1963, a diretoria do Educandário Getúlio Vargas passou a ser composta por membros do Rotary Club de Campo Grande¹⁶. No ano de 1965, o gabinete dentário do Educandário foi reformado e ampliado com compressor, estante esterilizada, motor de alta rotação, para melhorar o atendimento no setor, o que foi possível graças a donativos recebidos.

A presidência da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra de Campo Grande fiscalizava o trabalho dos funcionários internos do preventório, e sempre que algum deles não desempenhava suas funções de acordo com o encaminhamento da diretoria, tal funcionário era substituído, após ser enviado um comunicado a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra. As Sociedades locais escolhiam os funcionários para realizarem os trabalhos internos nos preventórios, mas deviam informar a situação para a Federação.

Com o intuito de aumentar a comunicação da diretoria com os funcionários foi instalada uma linha telefônica no prédio do Educandário no ano de 1960. Como já nos referimos em momentos anteriores, o contato da diretoria com os funcionários e com os internos era escasso. Ainda nessa década, para melhorar a disciplina dos internos no Educandário, foi elaborado um regulamento para reger as normas de procedimentos de todos os funcionários e internos. Reforçando a postura da instituição, a Presidente da Federação, em visita ao Educandário, recomenda a prática de esportes entre os internos, o exercício da boa leitura, o aprendizado de artes e ofícios, principalmente o incentivo à lavoura e horticultura, bem como o aprendizado dos trabalhos manuais por parte das mulheres. Após os anos de 1970 esse contato aumentou, pois as reuniões da diretoria passaram a ser, salvo algumas exceções, no prédio do Educandário (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1941 a 1963).

Em 1970, visando melhorar o atendimento no Educandário, foram formadas comissões para sua administração, tais como comissão de estudos, comissão de trabalhos manuais, comissão de palestras e ensino religioso, comissão de higiene e

¹⁶ O Rotary Club é uma instituição filantrópica que atende as pessoas carentes, com aparelhos ortopédicos, cadeiras de rodas, entre outras (BITTAR, 1999). O Educandário ficou sob sua responsabilidade por dez anos, finalizando esse período no ano de 1973. Durante esses anos a diretoria do Educandário era a mesma diretoria do Rotary Club, sendo as campanhas de arrecadação realizadas em benefício das duas instituições (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1965 a 1971).

primeiros socorros, comissão do jardim de infância e comissão de culinária. As responsáveis por cada comissão faziam parte da diretoria do Educandário, e tinham como objetivo cuidar mais especificamente das tarefas que lhe foram confiadas. (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1965 a 1971).

A maior complexidade e a maior organização das tarefas administrativas levaram à elaboração do regimento interno do Educandário Getúlio Vargas, aprovado em 1968. Constava, em seu artigo 4º, que o diretor interno deveria ser de preferência homem e professor, sendo suas atribuições citadas no artigo 6º, tais como manter a administração interna e a disciplina dos internos maiores de 12 anos, incentivar entre os meninos o gosto pelas atividades da terra e manter sob seu controle a dispensa e o almoxarifado da instituição. No parágrafo único do artigo 8º, a assistente geral deveria ser do sexo feminino e ligada ao magistério, com conhecimentos gerais sobre psicologia infantil, pois seria de sua responsabilidade as crianças menores de 12 anos e as moças, bem como deveria dirigir os serviços de cozinha, lavanderia, berçário, corte e costura. Foi previsto no artigo 14º que os horários de aulas e atividades escolares seriam determinadas pela diretoria do Educandário, e no artigo 15º consta que os programas extra-curriculares seriam organizados pelo diretor interno e pela assistente geral, para que todo o tempo dos internos fosse preenchido, evitando-se assim a ociosidade. No artigo 18 consta que, se necessário, o educandário poderia firmar convênio com o Poder Público (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1965 a 1971).

Nota-se, assim, que a organização interna do Educandário Getúlio Vargas foi se tornando mais complexa; e passou a exigir, por um lado, uma dedicação maior da diretoria, para além do voluntariado; e por outro, maior consolidação entre os funcionários, técnicos, dedicados exclusivamente às tarefas envolvidas na administração da instituição.

1.2.4 A relação do Educandário Getúlio Vargas com a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra

Como já observado, a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra foi fundada em 1932, por Alice Tibiriçá, e tinha como objetivo inicial coordenar as atividades das Sociedades já existentes e estimular a criação de mais Sociedades em outras regiões, visando ampliar a campanha em todo

o território nacional, conforme já se relatou anteriormente. O objetivo da Federação e de suas filiadas era angariar fundos para a assistência aos leprosos e suas famílias, mas esse objetivo modificou-se a partir de 1935, com a posse da nova presidente da Federação, Eunice Weaver.

Durante sua gestão, Eunice Weaver buscou apoio governamental firmando um acordo entre a Federação e o governo federal, onde a Federação ficaria responsável, especificamente, pela criação e instalação dos preventórios para os filhos sadios dos leprosos e o governo ficaria com a responsabilidade de atender os doentes e os comunicantes. Com esse acordo, a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra passou a ser considerada parte fundamental do Plano Nacional de Combate à Lepra, de 1935; e a única instituição filantrópica autorizada a angariar fundos para a campanha de combate a lepra. Todas as sociedades filantrópicas do país que quisessem continuar nessa campanha deveriam se filiar a Federação. Até mesmo a verba do governo federal destinada aos filhos sadios dos leprosos era enviada à Federação, que era a responsável por fazer o repasse entre suas filiadas (SANTOS, 2006).

As Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra eram subordinadas à Federação e eram responsáveis por manter e orientar os trabalhos nos preventórios de sua cidade. Era a Federação que definia o regulamento dos preventórios e as Sociedades filiadas tinham como objetivo a manutenção do preventório de sua responsabilidade, que deveria funcionar de acordo com esse regulamento, além de manter a Federação sempre informada sobre o andamento de suas atividades. Ainda com o intuito de orientar o trabalho de suas filiadas, a presidente da Federação fazia visitas a todos os preventórios do país.

O Educandário Getúlio Vargas ficou sob a responsabilidade da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra de Campo Grande. Portanto, o Educandário seguia as normas previstas no regulamento dos preventórios e recebia uma verba anual para a sua manutenção. Com relação a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, nos foi relatado em entrevista, por um membro da diretoria, tanto em relação ao passado da instituição como ao seu presente:

Somos filiados a Federação, enviamos relatórios anuais contendo todas as atividades desenvolvidas no Educandário. Seguimos o regulamento formulado pela Federação e recebemos uma verba anual para ajudar na manutenção da instituição (ENTREVISTA A, 2009).

Sendo assim, eram freqüentes as visitas de representantes da Federação ao Educandário para verificar a situação de funcionamento do mesmo e orientar seus trabalhos, conforme se verá a seguir.

Após a primeira visita por ocasião de sua inauguração, em 1943, o Educandário Getúlio Vargas recebeu a visita da Presidente da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, Eunice Weaver, em 1950. Durante todo o período em que ocupou o cargo de Presidente da federação, Eunice Weaver realizava visitas a todos os educandários do país, periodicamente, para verificar qual era a situação dos mesmos. Durante essas visitas, os responsáveis pelo Educandário faziam uma explanação da situação do preventório deixando-a a par de todas as atividades realizadas, bem como dos problemas mais urgentes. Os assuntos relacionados ao cotidiano do Educandário eram sempre discutidos e resolvidos pelos membros da diretoria da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra de Campo Grande, porém quando algo era muito grave ou quando havia uma discordância entre os membros, tais assuntos eram levados ao conhecimento da presidente da Federação para serem resolvidos por ela.

Novamente em visita ao Educandário, em 1952, Eunice Weaver expôs a necessidade da visita do médico pediatra pelo menos duas vezes por semana, devido ao grande número de crianças internadas no preventório. Também solicitou a vacinação com BCG, principalmente nos recém-nascidos que para lá eram levados. Outra dificuldade evidenciada por Eunice Weaver era que as crianças que nasciam no leprosário eram imediatamente encaminhadas para o preventório, independente do horário de seu nascimento e muitas vezes chegavam sem nenhuma identificação, cabendo ao Educandário ter que ir ao leprosário para saber a origem da criança. Por esse motivo, a Presidente da Federação decidiu organizar esse encaminhamento para os preventórios, colocando algumas regras para tal.

Naqueles anos muitos recém-nascidos morriam após alguns dias ou meses de vida, devido à precariedade da situação em que viviam. Frente a isso, Eunice Weaver pediu para ser informado ao Diretor do leprosário São Julião que daquele momento em diante a instituição não receberia mais os recém nascidos no período da noite, e somente poderiam ser internados no Educandário aqueles que viessem acompanhados da guia e da ficha de identidade, quer viessem do leprosário ou do dispensário (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1941 a 1963).

Frente ao papel mediador da Federação junto aos poderes públicos, durante esse primeiro período de funcionamento do Educandário Getúlio Vargas (1943-1972), a relação com a Federação era constante. Por isso, periodicamente, a presidente da Federação fazia visitas ao Educandário para verificar sua situação e orientar os trabalhos internos no preventório.

1.2.5 A relação do Educandário Getúlio Vargas com o Estado

O Plano Nacional de Combate a Lepra, de 1935, baseava-se no tripé: leprosário, dispensário e preventório, como já vimos anteriormente. Ficou sob a responsabilidade do Governo Federal a construção e manutenção dos leprosários, os dispensários ficaram sob a responsabilidade dos serviços sanitários estaduais e os preventórios ficaram sob a responsabilidade das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra congregadas na Federação (SANTOS, 2006).

Sendo assim, nesse primeiro período de funcionamento do Educandário Getúlio Vargas a participação do Estado foi pequena. Apenas em alguns momentos o governo estadual e municipal contribuiu com a instituição. Como já relatado anteriormente, a verba federal destinada aos preventórios era enviada para a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, e esta fazia o repasse para as suas filiadas. Já as contribuições dos governos estaduais e municipais, de caráter eventual, eram feitas diretamente à Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra de Campo Grande, conforme será visto a seguir.

Nos primeiros anos de funcionamento do preventório, em meados da década de 1940, o Educandário Getúlio Vargas enfrentava dificuldades com relação ao abastecimento de água do prédio, então foi solicitado ao prefeito da cidade auxílio para tal problema. Este contribuiu cedendo o carro de água diariamente, porém a gasolina deveria ser custeada pela Sociedade de Assistência aos Lázaros. Apesar dessa providência ter sido de caráter provisório, esse problema no abastecimento da água só foi solucionado no início dos anos 1950. Num outro exemplo da relação do Educandário com o governo local, em 1966 o prefeito da cidade doou ao Educandário 100 mudas de árvores para serem plantadas no preventório e mais uma quantia em dinheiro.

Dois anos depois, em 1968, uma equipe formada por psicólogas aplicou um teste para verificar o desenvolvimento intelectual das crianças do Educandário.

Segundo as psicólogas o resultado foi insatisfatório, sendo assim, sugeriram a reorganização e atualização do ensino, a contratação de professores especializados no jardim de infância, uma recreação melhor orientada e a nomeação de uma coordenadora para supervisionar ou suplementar o trabalho da diretora da escola do Educandário. Então a supervisora chefe da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Campo Grande passou a orientar os professores do Educandário, quinzenalmente; a prefeitura também doou 20 carteiras individuais para a escola da instituição.

Com a aprovação do regimento interno do Educandário, em 1968, começou uma nova relação do Educandário com o Estado, já que foi previsto no artigo 18 do regimento que, se fosse necessário, o Educandário poderia firmar convênio com o poder público. Sendo assim, no ano seguinte, o Educandário firmou convênio com a Prefeitura para dar assistência educacional para o mesmo. Em seguida a Secretaria de Ensino pediu para o Educandário legalizar a parte jurídica da escola para a mesma ser municipalizada, respeitando-se o patrimônio do Educandário. Com a municipalização da Escola, o Educandário contratou duas professoras que ficaram responsáveis pelo acompanhamento das tarefas escolares com as crianças, no contra turno do horário escolar (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1965 a 1971).

Como se pôde observar nesse primeiro capítulo, o Educandário Getúlio Vargas foi fundado para atender os filhos sadios dos leprosos, em regime de internato. A manutenção do Educandário ficou dependente da verba anual enviada pela Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra e das verbas angariadas com as campanhas, junto aos munícipes de Campo Grande. A participação governamental foi pequena. Durante todo esse primeiro período, de 1943 a 1972, as doações da população da cidade de Campo Grande, foram fundamentais para manter o preventório. Todas as festas realizadas na instituição, os presentes que as crianças recebiam nas épocas de Natal e dia das crianças, bem como as reformas no prédio do Educandário foram feitas com as verbas de doações. Da mesma forma, durante todo o período, a administração da entidade esteve a cargo de voluntárias, pertencentes a extratos sociais direta ou indiretamente ligados às classes dominantes de Campo Grande.

CAPÍTULO II

O Educandário Getúlio Vargas (1973 – 1992)

Viu-se no capítulo anterior que ao longo da história da assistência aos leprosos surgiu a necessidade de se criar instituições preventoriais para atender os filhos sadios dos doentes que eram retirados da convivência com seus pais. Neste segundo capítulo o trabalho investigativo continua sobre os aspectos históricos. Ao longo desse segundo capítulo, serão relatados como os avanços no tratamento da lepra influenciaram diretamente no atendimento oferecido pelos preventórios, principalmente no caso do Educandário Getúlio Vargas, no período de 1973 a 1992. Será realizado um histórico sobre o funcionamento do Educandário ao longo desse período, apresentando o perfil dos internos, o perfil do atendimento, a organização interna da instituição, a relação entre o Educandário Getúlio Vargas e a Federação das Sociedades Eunice Weaver¹⁷; e também a relação do Educandário com o Estado.

2.1 Os avanços no tratamento da lepra e a nova fase de atendimento do Educandário Getúlio Vargas (1973 – 1992)

A falta de conhecimentos sobre a lepra e suas formas de tratamento resultou no isolamento compulsório dos doentes, que foi intensificado com o Plano Nacional de Combate a Lepra, de 1935, assim como o controle dos comunicantes que eram obrigados a fazer exames periódicos. Os filhos sadios dos leprosos, além de terem que viver nos preventórios, eram ainda considerados comunicantes, o que os levava a serem submetidos a exames e ficar sob constante controle do Estado, conforme já relatado no capítulo anterior.

Desde o início do século XX, já aparecia nas discussões internacionais sobre a lepra a orientação de se retirar as crianças sadias do convívio com os doentes como forma de se prevenir o contágio. Como a lepra era considerada incurável, o

¹⁷ Conforme já relatado no primeiro capítulo, o nome da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra mudou para Federação das Sociedades Eunice Weaver no ano de 1970. A Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra de Campo Grande passou a se chamar Sociedade Eunice Weaver de Campo Grande.

afastamento era a forma utilizada para se evitar a disseminação. Na busca de tratamentos mais eficazes para a doença, muitas foram às tentativas de se chegar à sua cura. Foram utilizadas ao longo da história várias plantas, veneno de cobras, todos sem resultados positivos (NASCIMENTO, 2001).

Após muitas pesquisas, na década de 1970 chegou-se à cura da lepra, mas para o doente ser curado deveria seguir um tratamento rigoroso, durante mais ou menos cinco anos. Já na década de 1980 chegou-se a um tratamento mais rápido para se curar a lepra, denominado "poliquimioterápico"¹⁸, que é utilizado até os dias atuais. Com esse avanço no tratamento da lepra, o Educandário perdeu parte de seu público original e expandiu seu atendimento a outras crianças, continuando, contudo, com o regime de internato e colocando como seu objetivo maior a profissionalização dos internos.

Dessa forma, assim como a construção dos preventórios estava ligada ao combate à lepra, foi também o avanço no tratamento de tal doença que determinou a mudança no público atendido nessas instituições. A partir de meados dos anos 1970, o Educandário passou a atender outras crianças que não eram filhas de leprosos, oferecendo, nos mesmos moldes de atendimento do período anterior, assistência educacional, médica, odontológica, atividades recreativas e iniciação profissional.

Ao mesmo tempo, em 1970, Campo Grande foi considerada a cidade com maior índice populacional do Estado de Mato Grosso, superando a capital, Cuiabá. Vários bairros foram se formando nas periferias de Campo Grande, contribuindo para a formação de várias favelas (MENEZES, 2007). Muitas pessoas vinham de outros Estados em busca de emprego, mas muitas vezes não conseguiam e acabavam buscando alternativas para conseguirem sustentar sua família; e uma delas era solicitar vaga para seus filhos em internatos como o Educandário Getúlio Vargas.

No ano de 1977 o Congresso Nacional aprovou a divisão do Estado de Mato Grosso. De acordo com Bittar (2004), desde o início do século XX, os sulistas lutavam pela divisão do Estado e criação do Estado de Mato Grosso do Sul, tendo Campo Grande como sua capital. Sendo assim, Campo Grande tornou-se a capital do novo Estado e após a divisão um número de imigrantes, ainda maior que nos anos anteriores, vieram para a cidade em busca de emprego, sendo que no ano de 1980,

¹⁸ Tratamento composto pelas drogas: dapsona, descoberto nos fins da década de 1940; clofasimina, que passou a ser utilizado no tratamento da lepra na década de 1970; ripanficina, que é considerado o medicamento mais efetivo para a doença, já que uma dose mata 99,9% da bactéria *M. Leprae* (CUNHA. 2005).

30% da população era composta por imigrantes; e o crescimento desordenado trouxe a formação de favelas, na proporção que crescia a cidade. Com relação ao Educandário Getúlio Vargas, a divisão do Estado contribuiu para melhorar o diálogo com as autoridades governamentais, que ficaram mais próximas da instituição, sendo possível firmar convênios que ajudaram na manutenção do Educandário. Conforme os convênios foram se tornando mais necessários para a instituição, o Estado aumentou a interferência nas atividades do Educandário, conforme se tratará adiante.

2.1.1 Perfil dos internos atendidos no Educandário Getúlio Vargas

Conforme já referido, o Educandário Getúlio Vargas tinha como objetivo, quando foi fundado em 1943, atender apenas os filhos dos leprosos. Mas, com o avanço no tratamento da doença, os leprosos já não eram mais obrigados a viverem isolados; não precisavam mais de uma instituição para cuidar de seus filhos. E, para continuar com o atendimento em regime de internato, o Educandário expandiu seu atendimento para outras crianças, de ambos os sexos, não filhas de leprosos, nos anos de 1970.

Segundo a presidente da Sociedade Eunice Weaver de Campo Grande, a partir do ano de 1969 o Educandário passou a receber crianças vítimas de violência, abandono e miséria social.

O Educandário não recebe as crianças de forma aleatória. Antes de tudo elas são submetidas a uma triagem que envolve psicólogos, médicos, dentistas, para o levantamento da identidade (se são filhos de hansenianos ou de pais carentes) e das condições físicas e mentais (ROSA, 1999, p. 73).

Como se pode observar na citação, não seria qualquer criança atendida no educandário, havia previsão no estatuto da Sociedade Eunice Weaver de Campo Grande, com critérios seletivos voltados à escolha das crianças. Constava no estatuto, que seriam atendidas pela instituição primeiramente os filhos sadios dos leprosos, em segundo lugar os filhos de portadores de outras doenças contagiosas, e, por fim, menores desamparados, sem distinção de sexo, nacionalidade, cor ou religião. Além disso, constava que a instituição prestaria atendimento especializado aos internos portadores de alguma deficiência (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1973 a 1988).

Quanto à procedência dos internos, em entrevista relatou-se que: “As crianças eram encaminhadas pelos leprosários e pela secretaria de saúde. A partir da década de 1970 as próprias famílias solicitavam vaga no Educandário. No fim da década de 1980 o juizado de menores começou a encaminhar as crianças” (ENTREVISTA A, 2009). Pode-se observar na tabela 4:

Tabela 4 – Procedência e quantidade de internos atendidas no Educandário Getúlio Vargas – 1973 a 1992¹⁹

Período	São Julião		Campo Grande		Interior (MS)		Outros		N.D. ¹		Quantidade de atendidos	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
1973-1982	0	0,0	109	55,0	68	31,5	39	18,0	0	0,0	216	100
1983-1992	0	0,0	139	62,0	37	16,5	44	19,5	5	2,0	225	100

¹ N.D- procedência não determinada.

Fonte: Educandário Getúlio Vargas. 1943.

Como inicialmente o Educandário Getúlio Vargas estava ligado ao leprosário São Julião, os recém nascidos eram retirados de suas mães ao nascer e encaminhados ao preventório. Mas esta dinâmica mudou com os avanços no tratamento da doença, pois os portadores da doença não eram mais obrigados a viverem isolados, desde o ano de 1962, com o decreto nº 968, que proibiu o isolamento dos doentes. Como já observado, o isolamento foi acabando aos poucos, já que alguns doentes não tinham onde morar e acabavam permanecendo nos leprosários. Assim sendo, apenas a partir do início dos anos de 1970 que o leprosário São Julião não encaminhou mais crianças para o Educandário. Essa situação era bastante diferente do período de 1943 a 1972, onde 139 internos foram encaminhados pelo leprosário.

No período de 1973 a 1982, foram atendidos 216 internos, sendo 109 (55,0%) internos oriundos da cidade de Campo Grande; 68 (31,5%) vindos do interior do Estado de Mato Grosso do Sul e 39 (18,0%) internos vindos de outros Estados. No período seguinte que foi de 1983 a 1992, o Educandário atendeu 225 internos, sendo 139 (62,0%) da cidade de Campo Grande; 37 (16,5%) oriundos do interior do Estado de Mato Grosso do Sul e 44 (19,5) internos vindos de outros Estados.

¹⁹ Todas as tabelas seguem os mesmo padrões das tabelas anteriores.

Pode-se observar que com a expansão do atendimento a outras crianças, não filhas de leprosos, o número de atendidos por período aumentou. Em comparação, o número de internos atendidos no período de 1963 a 1972 da tabela 1, com os períodos seguintes da tabela 4, revela que no período de 1963 a 1972 o Educandário atendeu 91 internos, todos filhos de portadores da doença lepra. Já no período seguinte, de 1973 a 1982, o Educandário atendeu 216 internos, alguns filhos sadios de leprosos que já estavam internados na instituição, e também outras crianças. No período seguinte, 1983 a 1992, o número de internos aumentou um pouco mais, sendo atendidos ao longo desses anos 225 internos. Somados os dois últimos, aumentou em 50,5% o número de atendimento entre 1973 a 1992, quando comparado com os atendimentos do período anterior (1943 – 1972).

Com a expansão do atendimento a outras crianças, a procura por vagas aumentou. Como o Educandário, além do internato, oferecia ensino profissionalizante, algumas famílias da cidade de Campo Grande se dirigiam ao Educandário com interesse em vagas para seus filhos; então era comum que esses internos, depois de alguns anos, retornassem para seus familiares. A exemplo dessa situação, onde a família solicitava a vaga, em entrevista com uma ex-interna da instituição, deu-se o relato de que seu pai fez a solicitação da vaga no Educandário. Sendo assim, a mesma morou na instituição entre os anos de 1995 a 2006²⁰, durante esse período recebeu visita de seus pais nos finais de semana e passava as férias com eles. (ENTREVISTA C, 2009).

A mesma dinâmica continuou sendo utilizada no que se refere à saída dos internos que já haviam alcançado a maioridade. Continuou não permitida a saída do abrigado para viver na rua; este só recebia a permissão para deixar o Educandário quando tinha um emprego ou um lar seguro para viver. “As meninas só deixam o internato quando se casam ou quando vão assumir um emprego. Os meninos, após o serviço militar” (ROSA, p. 74. 1999). Confirmando essa informação, em entrevista com um membro da diretoria, explicou-se que:

A diretoria do Educandário tinha autonomia para autorizar a saída do interno, mas comunicava ao juizado de menores a saída. As crianças saíam quando a família solicitava, quando eram adotadas, quando

²⁰ Embora a ex-interna tenha vivido no Educandário em período posterior ao considerado na pesquisa, sua experiência foi relatada visto que a instituição continuou atuando na mesma dinâmica até o fechamento do internato, em 2006.

alcançavam a maioridade e estavam empregadas, e no caso das meninas, quando se casavam (ENTREVISTA A, 2009).

Quanto à saída dos internos do Educandário, podemos observar na tabela 5.

Tabela 5 – Saída dos internos no Educandário Getúlio Vargas – 1973 a 1992

Período	Retirado por familiares		Retirado pessoa autorizada		Transferido		Maioridade		Falecimento		Fuga		N.D ¹	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
1973-1982	163	75,5	9	4,0	2	1	33	15,0	2	1,0	0	0,0	7	3,0
1983-1992	181	80,0	12	5,0	0	0	24	10,5	1	0,5	1	0,5	6	2,5

¹ N.D. causa da saída não determinada.

Fonte: Educandário Getúlio Vargas, 1943.

Assim como no período anterior, de 1943 a 1972, os familiares continuaram sendo quem mais retirava os internos do Educandário. Durante o período de 1973 a 1982, 163 (75,5%) internos retornaram para suas famílias de origem; apenas 9 (4,0%) foram retirados por pessoa autorizada, 2 (1,0%) internos foram transferidos para outras instituições; 33 (15,0%) internos saíram ao alcançar a maioridade e 2 (1,0%) casos de falecimento foram registrados. No período seguinte, de 1983 a 1992, foram retirados por familiares 181 (80,0%) internos; 12 (5,0%) foram retirados por pessoa autorizada; 24 (10,5%) saíram após alcançar a maioridade, e apenas um caso de falecimento e um de fuga foram registrados.

Comparado o período de 1973 a 1992 ao período de 1943 a 1972, pode-se observar que o número de falecimentos diminuiu, já que o leprosário São Julião, no final da década de 1960 e início da década de 1970, não encaminhou mais os recém-nascidos para o Educandário, sendo estes os casos que aumentavam o índice de falecimento dos internos.

Durante todo esse período de 1973 a 1992 o Educandário Getúlio Vargas continuou atendendo meninos e meninas, assim como no período de 1943 a 1972, com dormitórios separados e algumas atividades específicas para cada sexo e idade.

2.1.2 Perfil do atendimento oferecido pelo Educandário Getúlio Vargas

Apesar da expansão do atendimento a outras crianças, os internos continuaram recebendo os mesmos atendimentos médico, odontológico e religioso

no próprio Educandário, como no período anterior, com algumas mudanças, conforme será observado a seguir.

No campo sanitário, os internos continuaram recebendo atendimento médico e odontológico na instituição. A preocupação com a prevenção da lepra, contudo, não era mais a principal razão desse atendimento.

Com relação à escolarização, essa se dava, cada vez mais, fora da instituição, sendo realizado pelo educandário o acompanhamento escolar dos internos. Para tal, duas assistentes sociais começaram a trabalhar no Educandário no ano de 1975, com organização de uma biblioteca, atividades recreativas com as crianças da creche, uma hora de educação física diária com os internos e a criação de um coral. Ainda nesse ano, a responsável pelo acompanhamento escolar dos internos relatou a necessidade de uma nova orientação na recreação da creche e as professoras de acompanhamento escolar reclamaram da dificuldade que estavam tendo em atender os internos que tinham necessidades educativas especiais junto às demais crianças. Visando resolver o problema, no próximo ano foi criada uma sala separada para atender esses internos (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1973 a 1988).

Nesse mesmo ano, as psicólogas que atendiam as crianças internas relataram que alguns pontos precisavam ser trabalhados para melhorar o relacionamento e o desempenho escolar dos internos. Um deles se referia à falta de contato com pessoas fora do Educandário; segundo as psicólogas, as crianças precisavam ter esse contato, pois ao saírem da instituição teriam que conviver em sociedade. Outro ponto questionado foi a diferença no tratamento das crianças da creche e das demais, pois, para as psicólogas, as crianças da creche recebiam muita atenção dos funcionários que as atendiam e quando passavam para a 1^o série essa relação mudava completamente, prejudicando o desenvolvimento desses internos. Também foi solicitado pelas psicólogas que os internos comessem a ter orientação sexual, tanto para instruí-las, como para deixar a diretoria e as psicólogas a par das dúvidas dos internos com relação à sexualidade (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1973 a 1988).

Os internos continuaram a ter todo o tempo ocupado com alguma atividade. Como já observado, quando retornavam da escola onde estudavam, realizavam suas tarefas com a orientação de uma professora. Depois se dirigiam às oficinas que eram oferecidas, além de realizarem suas tarefas domésticas. Cada interno tinha suas

ocupações estabelecidas. Sobre a rotina dentro do educandário relatou-se em entrevista com uma ex-interna:

Eu acordava, arrumava minha cama, tomava café da manhã, fazia minhas tarefas da escola, ia para a oficina de biscoito, almoçava e ia para a escola. Depois da escola eu jantava e ia brincar no pátio até dar a hora de dormir. No sábado todos nós lavávamos o prédio (ENTREVISTA C, 2009).

Quando perguntamos sobre como era mantida a disciplina dentro da instituição, nessa mesma entrevista nos foi relatado: “nós tínhamos que obedecer as regras. O diretor e a diretora cuidavam disso e quem não cumpria as regras não podia brincar depois do jantar. E não podia ir para casa dos pais no fim de semana” (ENTREVISTA C, 2009).

Com o intuito de educar pelo trabalho, nos anos de 1970, as meninas mais velhas internadas no Educandário aprenderam a fazer flores artificiais, que eram comercializadas na cidade. Quando não estavam ocupadas com os estudos, as meninas se dedicavam à confecção das flores e os meninos ajudavam na conservação da limpeza da instituição, bem como na plantação do café²¹ e da horta, que era por eles cultivada. A Secretaria da Agricultura dava as orientações de como cuidar do café, as demais despesas com a plantação ficaram por conta do Educandário.

No mesmo sentido, em 1977, as internas do Educandário aprenderam a fazer balas de coco, que estavam sendo comercializadas na cidade, além das flores artificiais. No entanto foi necessário organizar um lugar apropriado para a oficina das balas de coco, com o intuito de aumentar sua produção e, também, para ter uma maior higiene na produção das balas, sem atrapalhar o trabalho da cozinha. Assim sendo, foi realizada uma reforma em um dos pavilhões do Educandário para ser estruturada a oficina. Foram angariados donativos para essa reforma, e dos outros pavilhões que necessitavam de reparos urgentes. O fogão e os móveis da oficina de balas foram comprados com a renda da venda das próprias balas, bem como a

²¹ Seguindo a mesma orientação de educar pelo trabalho e visando também trazer recursos financeiros para a instituição, foram plantadas no Educandário mudas de café, sob a orientação de três agrônomos, e o cultivo seria feito pelos internos maiores com a orientação de profissionais. Segundo a diretoria do Educandário, naquele momento, essa atividade, além de ser uma nova ocupação para os internos e despertar o gosto pela arte de plantar, ainda traria recursos financeiros que auxiliariam na manutenção do estabelecimento. Essa atividade foi realizada com doações, assim como as festividades dentro do Educandário continuaram sendo realizadas com donativos e promoções realizadas pela Sociedade Eunice Weaver de Campo Grande (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1973 a 1988).

compra de roupas íntimas para os internos. Também foram realizados passeios para o cinema e futebol (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1973 a 1988).

Em setembro do ano de 1978, o Educandário recebeu a oferta de vagas para um curso de doméstica²², porém as vagas não foram aceitas uma vez que as internas estavam ocupadas nas oficinas de flores artificiais e balas de coco, e as outras meninas ainda não tinham idade para frequentar o curso.

Como desse trabalho dependia parte da manutenção da entidade, outras iniciativas da mesma natureza se deram nos anos seguintes. Em 1980 chegou material para ser utilizado na oficina de sacolas de papel, possibilitando assim o início da nova oficina, que teria como objetivo ocupar o tempo dos meninos adolescentes. Visando essa ocupação para os meninos, foi debatida a possibilidade de se montar uma oficina de caixas de papelão, para além de ensinar os meninos tal ofício, as caixas seriam oferecidas nos mercados da cidade. Como existia dúvida se haveria ou não lucros com tal atividade, um dono de livraria da cidade ofereceu ao Educandário a utilização de suas instalações e máquinas pelo prazo de 90 dias, a fim de testarem se geraria o lucro esperado.

Nesse momento, surgiu a necessidade de se construir um espaço coberto para os internos brincarem nos dias de chuva, já que a sala de televisão e de jogos não comportava todos, além do problema da diferença de idade, o que gerava vários tumultos e atrapalhava as atividades dirigidas (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1973 a 1988).

No ano seguinte, 1981, os internos mais velhos foram transferidos para estudar no período noturno, em uma escola municipal de Campo Grande, possibilitando assim que produzissem mais nas oficinas em que estavam, já que trabalhariam o dia inteiro. Naquele momento o Educandário contava com as oficinas de balas de cocos, biscoitos e flores artificiais para as moças e oficinas de sacolas e de sabão caseiro para os moços. Todos esses produtos eram comercializados na cidade. Embora os internos e internas que trabalhavam nas oficinas do Educandário

²² Algumas pessoas da cidade estavam questionando se o Educandário tinha meninas para serem empregadas domésticas em casas de família. As meninas eram engajadas nas oficinas de balas, biscoitos, flores e ajudavam na boutique, portanto não eram preparadas para serem empregadas domésticas. Além disso, só poderiam deixar o Educandário para morarem com suas famílias, ou quando casavam, não sendo permitida a saída do Educandário para serem empregadas domésticas, pois uma vez que saíssem da instituição não podiam mais voltar. Uma das integrantes da diretoria declarava que por mais que não fosse objetivo do Educandário formar empregadas domésticas, as meninas deviam aprender tais atividades, pois ao saírem da instituição também seriam donas de casa e se, por opção, quisessem trabalhar como empregadas domésticas teriam os conhecimentos necessários (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1973 a 1988).

tivessem, em 1985, cadernetas de poupança, a boutique que vendia os produtos feitos por eles estava com as vendas fracas, seus lucros só estavam dando para sua própria manutenção.

Por isso em 1989 foi inaugurada uma padaria no Educandário, atividade há tempos sonhada pela diretoria, que teria como objetivos: profissionalizar os internos, suprir o consumo próprio do Educandário e, por fim, a comercialização do produto. A diretoria do Educandário esperava que tal atividade possibilitasse a tão almejada auto-suficiência financeira da instituição. Ainda nesse mesmo ano, pela primeira vez, os internos maiores de 16 anos participaram das eleições para a presidência da República (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS. 1988 a 2007).

No fim do ano de 1990 a situação financeira do Educandário era bastante grave, e para conter algumas despesas, todos os internos que estudavam em escolas distantes foram matriculadas na escola construída ao lado do Educandário. E, também para diminuir os gastos, alguns internos saíram para passar as férias na casa de seus familiares e outros saíram definitivamente por solicitação da própria família. O restante dos internos que não foram procurados por sua família, ou que não as tinham, permaneceram na instituição. Foram encaminhados projetos para vários órgãos governamentais da cidade pedindo ajuda financeira.

Em 1991, além disso, o Educandário contava com o trabalho de voluntárias que davam assistência na parte recreativa nos finais de semana para os internos. A assistência religiosa estava sendo oferecida por catequistas. A educação religiosa continuou presente no atendimento dado aos internos no Educandário Getúlio Vargas no período de 1973 a 1992. Em 1973 as crianças recebiam educação religiosa e eram preparadas para a 1^o comunhão. Todas as reuniões da diretoria, bem como as festividades dentro da instituição, eram iniciadas com uma oração ou com uma missa. Nesse mesmo período a Congregação Salesiana enviou uma religiosa destinada a completar a educação dos internos no Educandário (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1988 a 2007). Em entrevista com um membro da diretoria relatou-se que: “O educandário segue a religião católica. Sempre foi oferecido ensino religioso, missa aos domingos na própria instituição, crisma e cerimônia de casamento quando algum interno se casava” (ENTREVISTA A, 2009). Também foi relatado, em entrevista, que moradores da cidade participavam dessas missas, além de participarem de outros eventos que aconteciam no Educandário.

2.1.3 A organização interna do Educandário Getúlio Vargas

Em 1973, foi apresentada pela Federação das Sociedades Eunice Weaver a nova organização funcional da entidade, cuja proposta era abrir as portas dos educandários para a sociedade, desvinculando-se de qualquer outra entidade filantrópica²³. Com a nova organização funcional, a diretoria do Educandário deveria ser composta por pessoas que não estivessem ligadas a nenhuma outra entidade filantrópica e deveriam permanecer no mínimo dois anos na diretoria a fim de dar continuidade aos trabalhos, já que com apenas um ano isso não era possível, pois com a troca da diretoria ocorriam novas mudanças na administração interna da instituição. Dentro do plano de ação imediata ficou estabelecido que a Federação enviaria um técnico do Rio de Janeiro, de sua confiança, para permanecer alguns dias no Educandário, a fim de orientar seus trabalhos (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1973 a 1988).

Também foi aberta a possibilidade de desmembramento do terreno do Educandário a fim de torná-lo rentável. A Federação julgava não ser necessário que os preventórios ficassem com tantas terras sem produzir, pois já havia sido provado que lavoura ou aviário de grande porte não davam resultados positivos para a entidade. O que se deveria ter na instituição era, segundo a federação, uma horta ou uma pequena granja apenas para o consumo interno do preventório. Na ocasião também foram discutidas a precária situação financeira do Educandário e a frustração dos membros da diretoria por não conseguirem dar maior atenção às crianças internas, devido à necessidade de arrecadar verbas, o que acabava demandando a maior parte do tempo. Sendo assim, as representantes do Educandário fizeram um apelo para que a Federação enviasse uma verba para a reforma da instituição, que estava em péssimas condições; e uma verba mensal para que se formasse a nova diretoria da Sociedade Eunice Weaver de Campo Grande, desvinculada do Rotary Club. Nesta mesma reunião, foi formada a nova diretoria, já sem vínculo com a outra instituição. Esta diretoria permaneceria apenas cinco meses para procurar soluções para os problemas daquele momento, deixando o Educandário em condições de ser entregue à nova diretoria, que deveria permanecer por no mínimo dois anos (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1973 a 1988).

²³ O Educandário Getúlio Vargas esteve sob a responsabilidade do Rotary Club Centro de Campo Grande, dos anos de 1963 a 1973, conforme relatamos no capítulo 1.

Dois meses após essa reunião com a Federação, chegou ao Educandário um técnico vindo do Rio de Janeiro para verificar as necessidades mais urgentes da instituição. Observando as necessidades institucionais, o técnico sugeriu o aumento do número de funcionários. Como a diretoria do Educandário não estava satisfeita com a direção interna do Educandário, foi anunciado em jornal a procura de um administrador ou administradora, uma enfermeira e uma assistente social para atender os meninos de 7 a 10 anos de idade que necessitavam de uma orientação mais direta. Em virtude das péssimas condições do pavilhão dos meninos, ficou decidido que os meninos de 7 a 10 anos passariam para um dormitório anexo ao pavilhão das meninas. Essa mudança exigiu a contratação de mais uma assistente para morar no Educandário.

Em 1974 foi reeleita a diretoria da Sociedade Eunice Weaver de Campo Grande, porém nenhuma integrante aceitou assumir por dois anos conforme combinado com a presidente da Federação, sendo assim assumiram por apenas um ano. Um dos prováveis motivos para isso era devido a instável situação da instituição. A cozinha, por exemplo, necessitava de reformas urgentes e ficou decidido que se realizaria uma promoção para angariar fundos para tal reforma, bem como para a construção de um pavilhão para os meninos. Foi realizada uma rifa de um carro para a construção do pavilhão dos meninos, já que o mesmo exigia maiores recursos. Em novembro deste ano o aviário do Educandário foi reformado e foi preparada a terra para o plantio de uma horta visando complementação da alimentação dos internos (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1973 a 1988).

Visando um maior contato com os internos e também um maior controle das atividades dentro do Educandário, foi formada uma comissão pela diretoria da Sociedade, no ano de 1976, com a colaboração de algumas voluntárias, para atuarem diretamente com os internos, ensinando-lhes diversos trabalhos e intensificando o diálogo com os mesmos, a fim de melhorar a comunicação. Estas voluntárias ajudavam a diretoria a solucionar os problemas cotidianos de relacionamento entre os internos (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1973 a 1988).

Em 1977, a diretora da escola²⁴ que ficava dentro do terreno do Educandário relatou que as condições do prédio eram precárias, necessitando de reformas para continuar funcionando e pediu ainda que a entrada da escola mudasse para o outro

²⁴ No ano de 1968 a escola que pertencia ao Educandário Getúlio Vargas foi municipalizada, conforme já relatado no capítulo anterior.

lado da rua, o que não foi permitido uma vez que a entrada solicitada ficaria dentro da área do Educandário que estava sendo preparada para a lavoura. Apesar de a Federação ter feito o apelo em reunião para não serem mais plantadas lavouras nos Educandários, a diretoria do mesmo insistia em tal atividade. Quanto à reforma do prédio, como a escola estava sob a responsabilidade municipal e não da Sociedade Eunice Weaver, a mesma nada poderia fazer a não ser matricular os alunos do Educandário em outras escolas da cidade. Para o transporte dos internos seria usada a Kombi da instituição.

Para ajudar na manutenção, no ano de 1981 o Educandário estava contando com dois convênios com a Legião Brasileira de Assistência (LBA); com a renda da oficina de balas e biscoitos; com a oficina de sacolas e sabão, que não geravam tanto lucro como a oficina de balas e biscoitos, mas contribuía; e contava ainda com algumas doações de particulares. Particulares e empresas faziam contribuições mensais à Sociedade Eunice Weaver de Campo Grande. As doações continuaram sendo a grande fonte de manutenção do Educandário Getúlio Vargas nesse período, assim como no período anterior (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1973 a 1988).

Em 1982, foi locado um salão para ser a boutique “Com Açúcar e Com Afeto”, nome escolhido pela diretoria para serem comercializados produtos do Educandário, tais como sabão, balas, biscoitos, sacolas e panos de prato bordados. Para esse último produto foi organizado um grupo de voluntárias para ensinarem as meninas a bordarem nos panos. O resultado da boutique era satisfatório e contribuía para a manutenção do Educandário. Muitas voluntárias ajudavam a confeccionar os produtos junto aos internos. O Educandário firmou outro convênio com a LBA em 1986 que beneficiou financeiramente as oficinas de balas, sacolas e flores. A oficina de sacolas foi ampliada para aumentar e facilitar sua produção.

Ainda no ano de 1990 a diretoria da Sociedade Eunice Weaver de Campo Grande colocava como principal objetivo do Educandário a profissionalização dos internos. Nesse mesmo ano, as máquinas de sacolas de plásticos que eram usadas na oficina foram vendidas, já que tal oficina não estava dando lucro. O dinheiro da venda das máquinas foi usado na padaria do Educandário que estava funcionando bem, atingindo os objetivos iniciais que eram de profissionalizar os internos e suprir o consumo da instituição. A comercialização ainda não era possível naquele momento, mas quatro meninos internos que foram profissionalizados na padaria do

Educandário já estavam empregados em outras padarias. O Educandário tentou comercializar o produto da padaria em 1992, mas, devido à crise financeira que o país enfrentava, todos pediam prazo para o pagamento; sendo assim ficou decidido adiar essa experiência para um momento mais oportuno (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS. 1988 a 2007).

No final desse período, portanto, a manutenção da instituição e, principalmente, o regime de internato, eram cada vez mais dispendiosos, sendo difícil a sua permanência.

2.1.4 A relação do Educandário Getúlio Vargas com a Federação das Sociedades Eunice Weaver

A partir da década de 1970 a relação da Federação com a Sociedade Eunice Weaver de Campo Grande, mantenedora do Educandário Getúlio Vargas, deixou de ser tão freqüente como no período anterior, quando a presidente da Federação realizava visitas de dois em dois anos ao Educandário. Sendo assim, a diretoria do Educandário Getúlio Vargas ganhou maior autonomia para administrar as atividades dentro da instituição nessa nova fase de atendimento.

A presidente da Federação das Sociedades Eunice Weaver fez nova visita ao Educandário no ano de 1978, para verificar a situação do mesmo e discutir algumas questões tais como a distribuição das verbas da Federação e a idade determinada para o fim do internamento nos educandários. Sobre as verbas, a Federação explicou à diretoria do Educandário que existiam 27 educandários carentes filiados, sendo assim as verbas deveriam ser igualmente distribuídas entre essas instituições. A única maneira para se arrecadar mais verbas para o Educandário Getúlio Vargas, além da realização das campanhas de arrecadação, era a venda de parte de suas terras. O espaço onde estava localizada a escola deveria ser vendido para o Estado; caso ele não quisesse comprar, o terreno deveria ser oferecido para um particular (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1973 a 1988).

Na visita, a presidente da Federação elogiou o trabalho da diretoria do Educandário, dizendo que há quatro anos e meio atrás ficou muito preocupada com a situação do preventório, mas que neste momento estava muito satisfeita em ver as mudanças, portanto entregaria à presidente do preventório um título de Sócia

Benemérita da Federação²⁵. Outra questão discutida foi se todos os internos no Educandário precisavam mesmo de internamento e se havia uma triagem para a verificação, já que de acordo com a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (Funabem) não era admitido que se abrigasse maior de 16 anos nos educandários (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1973 a 1988). Apesar da Federação dizer que a Funabem não admitia maiores de 16 anos nos educandários, a diretoria do Educandário Getúlio Vargas continuava atendendo a esses adolescentes, como sempre o fez, apenas deixando sair da instituição aqueles que já estavam empregados.

Novamente o Educandário recebeu a visita da presidente da Federação, em novembro de 1980. Daquele momento em diante todos os educandários deveriam enviar uma ata mensal para a Federação, comunicando a situação de cada educandário. Devido à inflação que o país enfrentava, o Educandário Getúlio Vargas pedia um apoio financeiro maior da Federação. A Federação prometeu ajudar no que fosse possível, mas relatou as vantagens de se firmar convênio com a Funabem para as reformas, compra de equipamentos e manutenção, o que não implicaria no recebimento de mais crianças. O outro convênio da Funabem, que implicava na aceitação de mais crianças, também apresentava vantagens, mas a presidente da Federação recomendava que o Educandário só aceitasse crianças de até seis anos de idade, pois a seu ver as mais velhas já chegavam com hábitos e vícios difíceis de serem corrigidos, já que o Educandário não era uma casa correcional. Apesar da fiscalização feita pela Funabem, existiam vantagens nos convênios.

A grande preocupação da diretoria do Educandário em firmar convênio com a Funabem era que essa fiscalização implicaria em mudanças na maneira de conduzir os trabalhos dentro do Educandário. Firmar esse convênio implicava abrir as portas da administração para a Funabem e aceitar as mudanças propostas. Ou seja, as decisões administrativas internas do Educandário não seriam mais exclusivas da diretoria da Sociedade Eunice Weaver de Campo Grande, implicando assim em menor autonomia (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1973 a 1988).

No ano de 1981, o Educandário recebeu uma carta da Federação sobre a nova orientação adotada pelo governo em relação aos educandários, sugerindo a

²⁵ O título de Sócio Benemérito são concedidos aos que tenham prestado relevantes serviços à Federação das Sociedades Eunice Weaver (ESTATUTO DA SOCIEDADE EUNICE WEAVER DE CAMPO GRANDE, 1998).

entrega dos mesmos para a Funabem, bem como a entrega das crianças internas para o convívio com os familiares, pois o governo não aprovava que os filhos fossem mantidos afastados de seus pais. O Educandário passava novamente por uma crise financeira. As promoções realizadas para angariar recursos financeiros estavam comprometidas, as pessoas alegavam que já estavam contribuindo com outras entidades filantrópicas. Nesse momento, pela primeira vez em todos os anos de existência do Educandário, não foi alcançada a meta com a realização de uma atividade para arrecadar fundos financeiros para a manutenção da entidade. O resultado insatisfatório das promoções realizadas era o reflexo da crise financeira que o país estava atravessando (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1973 a 1988).

Por isso, já no ano de 1983, a diretoria do Educandário vendeu um hectare de terra que ficava no loteamento do bairro Coronel Antonino. Com essa venda, a Federação das Sociedades Eunice Weaver convocou o Educandário, juntamente com os outros Educandários do país, para discutirem sobre algumas modificações no Estatuto da Federação, incluindo uma cláusula onde os valores obtidos com as vendas das terras deveriam ser divididos em duas partes: 50% ficaria para o Educandário e 50% para a Federação, que seria utilizado para fundar um ambulatório para os doentes leprosos. A diretoria do Educandário Getúlio Vargas não concordou com a Federação em ter que dividir o dinheiro da venda de parte das terras, pois segundo a presidente do Educandário, a luta para manter a instituição era grande e sempre conseguiram isso graças ao apoio da cidade e não da Federação. E se fosse necessário vender uma parte do terreno do Educandário isso seria feito visando a continuidade do trabalho de educação e instrução profissional aos internos. Sendo assim, a diretoria julgou ser melhor enviar uma carta pedindo a desvinculação do Educandário Getúlio Vargas da Federação das Sociedades Eunice Weaver. Tal carta foi enviada em março de 1984 e em junho desse mesmo ano recebeu a resposta, dizendo que a presidente da Federação faria uma visita ao Educandário Getúlio Vargas para discutir pessoalmente o pedido de desvinculação.

Em setembro de 1984 a presidente da Federação fez uma visita ao Educandário para discutir o pedido de desvinculação. A Federação não era a favor do pedido, pois naquele momento existia uma corrente que dizia que não existiam mais leprosos, devido ao tratamento da doença. Sendo assim, não seria mais necessário existirem os preventórios, então, o governo federal queria tirar os educandários da Federação, bem como desativar os leprosários. Os prédios que eram Educandários

seriam ocupados pela Funabem para dar atendimento às crianças abandonadas. Para continuar oferecendo atendimento e não perder seus prédios, a Federação pensou em uma saída que seria fundar ambulatórios, pois quando o governo quisesse acabar com a obra da Federação das Sociedades Eunice Weaver, a mesma teria essa justificativa de continuar com os ambulatórios. Para alcançar esse objetivo era preciso arrecadar verbas, e o dinheiro da venda das terras dos educandários que possuíam muitos hectares seria utilizado para esse fim, além de serem utilizados os juros do dinheiro para a manutenção dos educandários.

Segundo a Federação, esse não era o caso do Educandário Getúlio Vargas que não possuía tantas terras quanto outros do país, e se ocorresse a venda das terras e a diretoria do Educandário quisesse contribuir com a Federação seria ótimo, mas se não quisessem tudo bem, já que o dinheiro estava sendo empregado para o bem estar das crianças internas (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1973 a 1988). A presidente da Federação agiu dessa maneira com a Sociedade Eunice Weaver de Campo Grande, pois não queria que acontecesse a desvinculação da Federação. Sendo assim, o Educandário continuou vinculado à Federação.

2.1.5 A relação do Educandário Getúlio Vargas com o Estado

No período de 1973 a 1992, a participação do Estado foi maior do que no período de 1943 a 1972. Alguns convênios foram firmados com o Educandário, porém as doações continuaram sendo a grande fonte de manutenção da instituição. Conforme relatado anteriormente, com a divisão do Estado de Mato Grosso, em 1977, Campo Grande tornou-se a capital do novo estado, Mato Grosso do Sul, e isso contribuiu para melhorar o diálogo entre o Educandário e as autoridades governamentais, tornando-se possível firmar mais convênios com o Estado. Porém, esses convênios foram se tornando cada vez mais necessários para a manutenção do Educandário, resultando assim, em maior intervenção governamental nas atividades da instituição.

Em 1975, foi feito um requerimento ao governo estadual, pedindo a nomeação da dentista que já estava atendendo diariamente as crianças no Educandário; e em 1976 o governo estadual cedeu uma professora para fazer o acompanhamento escolar das crianças internas (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1973 a 1988).

No ano de 1979 ocorreu uma reunião da diretoria, com a presença do representante da Secretaria Estadual de Recursos Humanos; a diretoria havia solicitado a contribuição da Secretaria para a manutenção do Educandário. Porém, o representante disse que a contribuição que a secretaria poderia dar não resolveria os problemas da instituição, e sugeriu que o Educandário fizesse um convênio com a Funabem e a Legião Brasileira de Assistência (LBA); observando que tal convênio implicaria na aceitação de mais crianças. Sendo assim, a diretoria ficou de discutir melhor a questão. A condição de ter que aumentar o número de internos gerava receios na diretoria, pois se considerava que o tempo dispensado às atividades era já escasso considerando apenas os que já estavam na instituição. A diretoria também temia distúrbios futuros que poderiam ser gerados a partir do comportamento dos que iam chegar, com geração de insuportável carga de trabalho dentro do Educandário. Passados três meses, a diretoria resolveu firmar um convênio apenas com a LBA, que beneficiou 20 crianças de 0 a 6 anos de idade, com um valor fixo pago por mês durante um ano (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1973 a 1988).

Ainda em 1979, devido a falta de recursos financeiros, algumas crianças estavam sem cama, mal acomodadas; faltava materiais e agasalhos e havia problemas com os estudos dos internos, que só estavam contando com a orientação de uma professora. Ainda existia excesso de pedidos de internamento de outras crianças não filhas de hansenianos. A diretoria do educandário temia não poder continuar oferecendo o internato se algo não fosse feito para aumentar a arrecadação para a manutenção da instituição. Segundo a diretoria, chegou-se a essa situação porque o dinheiro de uma herança deixada para a instituição, que ficava em um banco da cidade rendendo juros, foi utilizado para reformas e outras construções na instituição. Outro fato que contribuiu para tal situação foi que a festa de arraial que era realizada nos anos anteriores no mês de junho, não foi realizado no ano em questão. Sendo assim, foi solicitado recurso financeiro do governo do Estado, mas essa ajuda só aconteceria se o Educandário aceitasse um número maior de crianças não filhas de hansenianos, já que o tratamento para a doença não exigia mais o isolamento, e era cada vez mais crescente o número de famílias carentes que solicitavam vagas no Educandário.

Também foi solicitado à Secretaria de Promoção Social certidões de nascimento das crianças que não as possuíam, título de eleitor, carteira de identidade e de trabalho para os internos que já possuíam idade suficiente para obtenção de tais

documentos. Nesse momento, foi contratado um funcionário para cuidar da limpeza exterior do Educandário, já que todos os meninos mais velhos estavam empregados, trabalhando fora da instituição (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1973 a 1988).

Em 1980, foram firmados alguns convênios para ajudar na manutenção do Educandário, tais como: convênio com a Secretaria de Saúde do Estado, que se comprometeu a fornecer os medicamentos para as crianças que os necessitavam, bem como três médicos para dar assistência aos internos; convênio com a Secretaria de Planejamento do Governo Estadual, para recebimento de uma quantia mensal para as reformas; convênio com o Governo Estadual para o recebimento do aluguel do terreno do educandário onde estava localizada a escola; e convênio com a Secretaria de Educação para ceder duas professoras visando o acompanhamento escolar das crianças internas. Além dessas duas professoras do convênio, o Educandário contava com mais uma professora para acompanhar e orientar as crianças com deficiências

Já no ano de 1987 o secretário de Educação do Estado procurou a diretoria do Educandário Getúlio Vargas para solicitar a compra de um hectare de terra do Educandário para ser construída uma escola estadual, já que a escola localizada dentro do Educandário e que ficava sob os cuidados do município estava em situação precária e sem condições de reforma. O secretário explicou que contaria com o projeto do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) para a construção da nova escola, mas tal projeto só destinava verbas para construções em terrenos do Estado. Após dois anos de muitas negociações, ocorreu a venda do terreno para a construção da escola (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS. 1973 a 1988).

Da mesma forma, em 1988, a representante do Funabem e a representante da Secretaria de Ação Social e Comunitária visitaram o Educandário para obter algumas informações sobre o seu funcionamento. Perguntaram quais eram os critérios do Educandário para a admissão das crianças. A resposta a essa pergunta foi que em primeiro lugar eram aceitos os filhos dos hansenianos; em segundo lugar as crianças encaminhadas pela Secretaria de Assistência ou outra Secretaria e em terceiro lugar filhos de pais extremamente carentes, pais presos, e outros casos extremos que batiam na porta do Educandário e sensibilizavam a diretoria. Perguntaram qual era a capacidade de atendimento do prédio, se havia um regimento interno e quem fazia a triagem. Naquele momento o Educandário atendia 150

crianças mal acomodadas, quanto ao regimento interno ele existia e era seguido, e quanto à triagem o Educandário não contava com assistente social para fazê-la. A representante da Funabem disse que era muito importante fazer essa triagem para saber realmente quem precisava ser internado. Quanto ao desligamento dos internos, quiseram saber qual era o percentual de crianças que retornavam para suas famílias. A diretoria do Educandário respondeu que muitas crianças retornavam para suas famílias, mas que naquele momento 40,0% das crianças abrigadas eram órfãs (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1988 a 2007).

A Secretaria de Ação Social e Comunitária criticou o Educandário, dizendo que os internos deveriam procurar emprego fora da instituição. E, se o preventório queria ser auto-suficiente, os internos que ali trabalhavam deveriam ser recompensados. Questionou ainda, se a unidade de produção do Educandário era para gerar renda para os internos ou para a manutenção da instituição. Respondendo a questão, a diretoria relatou que o objetivo era a profissionalização dos internos e que todos os que trabalhavam no Educandário eram remunerados e tinham uma caderneta de poupança para depositar seu dinheiro. Aqueles que produziam mais eram incluídos em folha de pagamento como funcionários, para que tivessem os direitos trabalhistas garantidos. Muitos estavam trabalhando fora do Educandário porque no mesmo não havia emprego para todos. Todos os internos estudavam em escolas fora do Educandário, os que tinham mais de 14 anos estudavam no período noturno. Estes podiam optar em trabalhar em outros locais, naquele momento 14 meninos e 4 meninas estavam trabalhando fora do Educandário. Com isso afirmava-se que os internos tinham contato freqüente com a cidade. Desta forma, as representantes da Funabem e da Secretaria de Ação Social e Comunitária concluíram que a instituição estava de acordo com os requisitos legais em vigor (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1973 a 1988).

Em 1990, contudo, o Educandário Getúlio Vargas recebeu uma intimação para dentro de 90 dias adequar a instituição às normas do Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa adequação seria fazer o registro do Educandário junto à Secretaria de Ação Social e Comunitária, bem como transformar o Educandário em uma casa provisória, ou seja, que atendesse as crianças por pequenos períodos, e não por longos anos, como acontecia desde a fundação da instituição. Esse tempo de permanência da criança seria determinado pelo juizado de infância e não mais pela

diretoria do educandário (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1988 a 2007).

Em entrevista com membro da diretoria relatou-se que:

Antes do ECA nós tínhamos autonomia para receber os internos e conduzir nossos trabalhos. Após a aprovação do Estatuto somente o poder judicial pode encaminhar as crianças, além de estabelecer que o Educandário só poderia atender no máximo 40 crianças por vez, e por um período curto de internação. Isso influenciaria na educação dos internos, pois com pouco tempo não conseguiríamos realizar o trabalho que sempre realizamos com eles. Para continuarmos oferecendo o internato teríamos que aceitar receber crianças infratoras, mas isso nós não aceitamos, pois nosso trabalho sempre foi o de promoção, prevenção e proteção (ENTREVISTA A, 2009).

A diretoria do Educandário não concordava com tal situação e recorreu contra essa intimação, ganhando mais um tempo para se adequar ao Estatuto. Esse assunto gerou muita polêmica, pois a diretoria não queria mudar a forma de atendimento às crianças. De acordo com a diretoria, o Educandário fazia um trabalho de prevenção da marginalidade e não de correção. Assim, a diretoria julgou ser necessário contratar uma assistente social para representá-la nos programas ligados ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ainda sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, em entrevista realizada por Rosa (1999), a presidente do Educandário relatou que:

O Estatuto da Criança e do Adolescente insiste em que a criança não deve ser separada dos pais. Eu pergunto às autoridades: onde está o projeto que ajuda os pais a manter consigo as crianças? Se as famílias tivessem condição de tomar conta das crianças, o Educandário nem precisaria existir. Mas estamos num País de terceiro mundo, onde a miséria, a desigualdade social, a indiferença dos poderosos para com os desfavorecidos da sorte geram revoltas cada vez maiores. Como querem mandar as crianças para as casas de onde foram rejeitadas? Onde está o projeto de ajuda familiar, que possa substituir os educandários? Outra solução aventada seria colocar as crianças numa família substituta, mas eu pergunto: para que tirá-los do local onde usufruem de um clima de família, cercado de amor e entregá-los a estranhos desinteressados de sua sorte? (p. 79).

A citação da entrevista traz claramente o descontentamento da Diretoria do Educandário com as determinações do Estatuto e com as atitudes governamentais, que, segundo a presidente da instituição, eram negativas e exibiam descaso para com as obras sociais. Ainda nessa mesma entrevista, a presidente do Educandário relatou que no início dos anos 1970 o Ministério da Saúde cortou as verbas destinadas à doença lepra e isso acarretou grandes problemas na manutenção da instituição, já que

essa verba fazia parte do orçamento. Com isso, as doações de particulares e os eventos para arrecadar verbas continuaram sendo cada vez mais determinantes para a manutenção do Educandário.

Como o Educandário localizava-se em uma área cada vez mais urbana, a diretoria estava sendo pressionada, inclusive pela prefeitura, para vender algumas de suas terras, para serem abertas ruas de ligação à Avenida Rodoviária. Nesse mesmo período a padaria estava sendo desativada devido à falta de recursos para mantê-la. Em 1993 o Educandário solicitou ajuda ao Banco do Brasil para fazer as reformas nos pavilhões do Educandário, e o banco colaborou com a instituição, doando uma verba para as reformas.

Ainda no ano de 1993 foram comemorados os cinquenta anos de funcionamento do Educandário Getúlio Vargas. Algumas palavras ficaram registradas sobre o trabalho na instituição:

[...] levamos adiante o desafio que nos propusemos desde o longínquo ano de 1973, que é dar aos 140 menores que aqui vivem, estudando e trabalhando, em ambiente que possa se aproximar o mais possível de um lar, não tem sido fácil por vários motivos, dentre eles a dificuldade maior para obter recursos não só oficiais, mas também de empresas privadas e de pessoas sensíveis, que infelizmente, também se vêem atingidas pela crise econômica e moral que afeta nosso país. Porém esse desafio maior que nos estimula a continuar lutando, porque, acima de tudo acreditamos no que fazemos, e o fazemos pela vontade imensa de acolher o outro, descobrindo assim a beleza de amar. Nada mais gratificante que encontrar, ao longo desses anos, aqueles que por aqui passaram e que hoje são cidadãos que produzem e colaboram para o crescimento de nossa cidade. Nada mais gratificante do que rever aqueles rostos que vimos meninos, e vimos crescer e que hoje já possuem suas próprias famílias, aqui retornarem para passear, matar a saudade sim, já que aqui formamos uma família, verdadeira comunidade. Passamos no momento por uma adaptação com as novas leis do ECA, que é contrário ao regime de internato. Até concordamos em muitos pontos, mas, no nosso caso, em que tudo é feito com muita seriedade, nos questionamos: como estariam esses menores sem o porto seguro que é esta casa? Sim, senhoras e senhores, porque a inexistência do internato requer um ambiente sadio para acolher a volta do menor após o dia que passou na creche ou na instituição ocupacional. Espero que chegue o dia em que não seja preciso haver creches ou abrigos para receberem desprotegidos nesse Brasil (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1988 a 2007, p. 40 e 41) ²⁶.

Os integrantes dessa diretoria do ano de 1993 tomaram posse no ano de 1973 e continuaram, em sua maioria, durante os anos de 1990. Essa citação retrata bem o pensamento da diretoria em relação a seus trabalhos no Educandário e as

²⁶ Essa diretoria assumiu a direção do Educandário no ano de 1973, por esse motivo relataram o início de seus trabalhos até aquele momento da comemoração dos cinquenta anos da instituição.

mudanças exigidas para a adequação da instituição ao Estatuto da Criança e do Adolescente. A diretoria do Educandário acreditava na modalidade do trabalho desenvolvido junto às crianças, por isso não queria mudar seu atendimento. Para ela, se o Educandário se transformasse em uma casa provisória não seria possível continuar educando e profissionalizando as crianças internas, nos moldes até então realizados.

Segundo a diretoria do Educandário, o Estado deveria se interessar em auxiliar na manutenção da instituição, pois a mesma abrigava as crianças que estariam perambulando pelas ruas se não fosse a existência do internato. Além disso, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, as crianças têm direito à saúde, à educação, a um lar, à alimentação e ao lazer; e tudo isso, segundo a diretoria, recebiam no Educandário. Para a diretoria, isso justificava o trabalho e a contribuição da instituição para a sociedade campo-grandense (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS. 1988 a 2007).

Concluindo: pode-se verificar, nesse segundo capítulo, que assim como o tratamento da lepra determinou a criação dos preventórios, os avanços no tratamento da doença também determinaram a expansão do atendimento a outras crianças nessa nova fase.

O educandário continuou oferecendo internato com atendimento médico, odontológico e religioso, assim como no período inicial. E colocou como objetivo principal da instituição a profissionalização dos internos. Em entrevista com um funcionário do Educandário relatou-se: “O Educandário sempre ofereceu a educação profissional e todos os demais ensinamento necessários à vida, para que os internos aprendessem a conduzir suas vidas quando fossem morar sozinhos, ou quando retornassem às suas famílias”(ENTREVISTA B, 2009).

Dadas as novas configurações da sociedade capitalista e do Estado, no entanto, no final dos anos 1980 o trabalho dos internos passou a ser fortemente criticado pelos órgãos estaduais e com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, essa crítica foi intensificada, já que esse documento proibiu o trabalho das crianças, permitindo apenas aos adolescentes, maiores de 14 anos de idade, participarem das oficinas profissionalizantes.

CAPÍTULO III

O Educandário Getúlio Vargas e as Políticas Públicas para a Infância

Nos capítulos anteriores verificou-se como foi produzido historicamente o atendimento no Educandário Getúlio Vargas desde a sua fundação, em 1943, até o ano de 1992. Nesse capítulo será apresentada a relação entre o internato para crianças e as propostas do Educandário Getúlio Vargas, bem como a relação entre as políticas públicas para a infância e o atendimento no Educandário Getúlio Vargas.

Para atingir o objetivo, foram historicizadas essas políticas e as suas determinações no processo de internação de crianças e adolescentes em instituições especiais, e analisou-se a implicação de tais políticas no caso específico do Educandário Getúlio Vargas.

3.1 O internato para crianças e adolescentes e as propostas do Educandário Getúlio Vargas

Observou-se, no decorrer dessa pesquisa que a prática de se internar crianças e adolescentes em instituições especiais é uma questão histórica que passou e ainda passa por diversas transformações em sua forma de atendimento. Muitas instituições foram formadas para atender os vários públicos que foram se formando e a participação do Estado nessa questão foi se fortalecendo com o passar do tempo, determinando novas formas de se atender essas crianças, conforme se verá a seguir.

No Brasil, de acordo com Rizzini (2004), a internação de crianças em instituições especiais, do tipo internato, virou tradição. Ao longo da história brasileira, desde o período colonial (1500-1822), muitos filhos, tanto de famílias ricas, como de famílias pobres, passaram pela experiência de viverem em internatos. Em meados do século XIX, os filhos de famílias de baixa renda passaram a ser alvo da intervenção do Estado e de instituições religiosas e filantrópicas. Já, o internato para os filhos de famílias com rendimentos elevados deixou de existir após a metade do século XX. Sendo assim, o internato foi o principal instrumento de assistência às crianças, principalmente as advindas de famílias de baixa renda.

O termo internato era utilizado para designar todas as instituições de acolhimento voltadas ao atendimento de órfãos, carentes ou jovens delinquentes e sobre isso Abdala e Cruz (2001), colocam que os críticos descreviam os internatos como prisões onde a infância não encontrava espaço para a sua expressão e desenvolvimento. As crianças dos internatos eram privadas de viver sua própria singularidade, já que o trabalho era coletivo, institucional, homogeneizado.

Dando seus primeiros passos na direção da proteção à criança, o Estado criou, em 1919, o Departamento Nacional da Criança, que seria o órgão supremo de controle de todas as atividades de assistência àqueles que necessitavam de internamento em instituições. Esse Departamento organizou o I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. Conforme Kramer, o Congresso tinha por objetivo:

[...] tratar de todos os assuntos que, direta ou indiretamente, se referiam à criança, tanto do ponto de vista social, médico, pedagógico e higiênico, em geral, como, particularmente em suas relações com a Família, a Sociedade e o Estado (1992, p.54).

A idéia de que a criança é a renovação da sociedade era reforçada, por isso o investimento no seu atendimento foi reconhecido como importante. Esse departamento deveria desenvolver estudos sobre a situação das crianças para levantar a necessidade de serem estabelecidas soluções para os problemas que atrapalhavam o desenvolvimento do país. Sendo assim, a partir da década de 1920, a intervenção do Estado na assistência à infância passou a ser crescente.

Com a instauração do Estado Novo (1937), a assistência à infância passou a ser uma questão de defesa nacional. Segundo Faleiros (2009), o governo Getúlio Vargas tinha um projeto centralizador e intervencionista, sendo assim, foram nomeados interventores federais em todos os estados e municípios. E para desestruturar os poderes regionais, as questões econômicas e sociais passaram a ser questões nacionais. O governo Vargas buscou se articular com o setor privado para resolver as questões sociais, destinando verbas para as instituições particulares.

Com relação a essa articulação entre o Estado e o setor privado, no capítulo 1, apresentou-se como isso aconteceu no caso do combate a lepra, com o Plano Nacional de Combate a Lepra (1935), culminando na construção dos preventórios para os filhos dos leprosos, dentre eles, o Educandário Getúlio Vargas (1943). A construção dos preventórios foi fruto da articulação entre o governo federal e a Federação das Sociedades Eunice Weaver.

Visando a centralização da assistência à infância, foi criado pelo governo Getúlio Vargas, em 1941, o Serviço de Assistência aos Menores (SAM). Tal órgão foi fortemente criticado na época, pois sua finalidade de atender as crianças abandonadas não estava acontecendo de fato. O que acontecia era que as crianças advindas de famílias que tinham recursos financeiros é que estavam sendo internadas nos melhores educandários do órgão. Com a expansão nacional, em 1954, havia 300 estabelecimentos articulados ao SAM, porém os mesmos não tinham nenhum vínculo contratual com o serviço. Tais estabelecimentos recebiam uma verba per capita por cada interno, e eram livres de qualquer fiscalização por parte do SAM. Com essas facilidades para receber a verba, muitas pessoas se interessavam em manter um internato (RIZZINI, 2004).

As instituições criadas pelo SAM deveriam ter como foco as crianças órfãs, abandonadas, e as que cometiam infrações penais, oferecendo educação moral, cívica, física e profissional. De acordo com Müller (2006), estava estabelecido que as crianças assim que chegavam ao SAM deveriam passar pelo Setor de Triagem e permanecer por lá um determinado período, para, a partir do resultado dessa observação, serem encaminhadas para a internação em uma das instituições do SAM. Cada instituição deveria ser destinada a um tipo de público, de acordo com a idade, o sexo e o motivo da internação. Porém, muitas eram as irregularidades que aconteciam. No Setor de Triagem, estas não eram feitas e as crianças eram encaminhadas diretamente às instituições, sem critérios pré-estabelecidos, nem mesmo de idade; e em qualquer horário do dia ou da noite. Sendo assim, as instituições ficavam superlotadas e sem condições de funcionamento adequado.

A exemplo dessa situação das instituições, Müller (2006) aponta que no Instituto Profissional Quinze de Novembro, que fazia parte da rede oficial do SAM:

Foram várias as deficiências encontradas no espaço físico, tais como: infiltração nos prédios, salas e refeitórios; interdição da piscina e da praça de esportes; fechamento da lavanderia; entupimento da rede de esgoto e fossas abertas; fiação da rede elétrica exposta nas salas; não existência de bebedouros, banheiros nas oficinas, nem armários individuais; a irrigação da plantação era feita com água da fossa e do esgoto desviados do Hospital Geral; e o maquinário das oficinas não garantia proteção aos meninos: as serras elétricas não guardavam distância mínima regular; as polias e correias das máquinas e as chaves elétricas estavam desprotegidas (p. 179).

Além desses problemas na estrutura física do prédio, existiam problemas referentes ao ensino e a aprendizagem dos internos, como por exemplo, o trabalho

era colocado em primeiro lugar em relação à formação profissional, sendo assim, ao serem desligados da instituição, os internos não tinham nenhuma profissão. Outra grande crítica à instituição era a realização de severos castigos aos internos. Assim como o Instituto Profissional Quinze de Novembro, outras instituições do SAM apresentavam sérios problemas no espaço físico, superlotação de internos, entre outros. Segundo Müller (2006), as condições precárias dos internatos do SAM, permitiu o caracterizar “como um espaço meramente repressivo, segregador, punitivo, de permanente desrespeito à dignidade e aos direitos humanos” (p. 190).

Segundo Abdala e Cruz (2001), após a criação do SAM (1941), as estatísticas apontaram um avanço significativo no número de delinquentes. Então, com esses resultados negativos, o Estado propôs a criação de uma nova instituição que buscasse superar o atendimento oferecido pelo SAM. Assim, em 1964, foi criada a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (Funabem) que tinha como objetivo formular e implantar a Política de Bem-Estar do Menor (PNBEM), cujo foco era a valorização da família e a “integração” da criança na sociedade. As práticas de internação, propostas pelo SAM, deveriam ser minimizadas.

Apesar do SAM ter atuado até o ano de 1963, período em que o Educandário Getúlio Vargas já estava funcionando, não houve qualquer registro de uma ligação entre tais instituições. Possivelmente, o Educandário Getúlio Vargas não recebeu nenhuma renda per capita do SAM, devido a sua especificidade naquele momento ser de atendimento aos filhos sadios dos leprosos.

Com relação à atuação da Funabem, por ser um órgão normativo, sua finalidade era o planejamento e a coordenação de ações assistenciais voltadas para a infância, e não o atendimento direto às crianças em instituições especiais do tipo internato. Porém, como a Funabem foi criada para substituir o SAM, a rede oficial, composta por 13 internatos, mais a rede financiada, composta por outros 46 internatos, passaram a ser responsabilidade da Funabem. Os internatos da rede oficial passaram a ser utilizados para a experimentação de novos modelos de internato, que seriam criados nos estados brasileiros (RIZZINI, 2004).

Além disso, a Funabem tinha como finalidade realizar estudos e pesquisas sobre os menores e as formas de atendimento nos internatos. Segundo Rizzini (2004), para isso foram criados 18 centros de triagem, 10 centros de reeducação e 30 centros de prevenção, além de oferecer diversos convênios para os internatos, bem como a capacitação e treinamento para os dirigentes das instituições. Apesar do novo

discurso, de acordo com pesquisas da época, a internação continuou sendo o recurso mais usado.

Com relação aos convênios, no ano de 1979, o Educandário Getúlio Vargas solicitou a contribuição da Secretaria Estadual de Recursos Humanos de Mato Grosso do Sul para a manutenção da instituição. Sendo assim, o representante da Secretaria sugeriu que o Educandário fizesse um convênio com a Funabem para receber ajuda financeira. Porém, a diretoria do Educandário não aceitou firmar nenhum convênio com o órgão, já que para isso teria que aceitar as orientações e a fiscalização da Funabem (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1973 a 1988).

Com o aumento no número de internos atendidos pelo Educandário Getúlio Vargas, a partir da década de 1970, quando a instituição passou a receber outras crianças, não filhas de hansenianos, era cada vez mais freqüente a solicitação de ajuda financeira da diretoria do Educandário ao Estado. Como o Educandário Getúlio Vargas não aceitava firmar convênio com a Funabem, para não ficar sujeito à sua fiscalização e orientação, ficava cada vez mais difícil a sua manutenção.

No início dos anos de 1980, o governo federal queria ocupar os educandários filiados à Federação das Sociedades Eunice Weaver, bem como, desativar os leprosários, uma vez que essas instituições não tinham mais função, pois a doença lepra já tinha cura. Os prédios que eram os educandários seriam ocupados pela Funabem para dar atendimento às crianças abandonadas. Por se tratar de uma instituição filantrópica, o governo federal não conseguiu tomar os prédios filiados à Federação das Sociedades Eunice Weaver (EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS, 1973 a 1988).

A prática de internar crianças começou a ser fortemente questionada a partir de meados da década de 1980. No auge do período da ditadura militar (1964 – 1984), onde a política de segurança nacional adotara a medida de internação como forma de combater todos que ameaçassem a ordem do país, esse questionamento não seria aceito; com isso muitas foram as instituições criadas para atender os diferentes públicos, tidos como ameaça. No entanto, com o processo de redemocratização do país, na década de 1980, o questionamento a essa prática da internação tornou-se possível. Nesse contexto, tanto os movimentos sociais como os próprios internos começaram a demonstrar insatisfação com tal situação (RIZZINI, 2004).

Segundo Mendonça (2002):

A redemocratização dos anos 80 implicou na redefinição das políticas sociais que reordenaram o sistema de proteção social a partir de princípios como descentralização, participação social e a universalização da atenção, visando reduzir a exclusão social e garantir a equidade, no plano dos direitos (p. 115).

Para atender a essas mudanças, a Funabem desenvolveu um projeto que visou rever sua atuação e promover a sua reestruturação no ano de 1987, seguindo as novas diretrizes do Ministério da Previdência e Assistência Social. Atendendo a essa reestruturação do órgão, no final da década 1980 a Funabem transformou-se no Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA), tendo como finalidade apoiar a nova legislação para a infância que seria aprovada no ano de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (RIZZINI, 2004).

Apesar de algumas especificidades no atendimento às crianças, de uma maneira geral, os internatos mantinham muitas características em comum, como por exemplo, oferecer atendimento médico, educacional e profissional na própria instituição, dificultando assim, o contato com a sociedade. Tanto as instituições do tipo internato criadas pelo Estado, como nas criadas pela iniciativa privada (como no caso do Educandário Getúlio Vargas) o trabalho dos internos era visto como instrumento para torná-los indivíduos úteis a sociedade. Segundo Rizzini (2009), o trabalho era um poderoso meio para disciplinar os internos. No caso do Educandário Getúlio Vargas, foram apresentados no capítulo 1 e 2, fatos históricos que demonstraram como foi se configurando o ensino profissional dos internos, sempre em conformidade com as necessidades da sociedade em cada momento.

3.2 A relação entre as políticas públicas para a infância e o Educandário Getúlio Vargas.

No tópico anterior observou-se como foram criadas as instituições do tipo internato ao longo do século XX. Neste tópico será verificado como a intervenção do Estado, por meio das legislações voltadas para a assistência à infância, foi se configurando ao longo da história. No caso do Educandário Getúlio Vargas, desde a sua fundação em 1943 até por volta do final da década de 1980, a intervenção do Estado foi bastante pequena, sendo assim a diretoria da instituição tinha autonomia para desenvolver suas atividades. Não existia a interferência direta do Estado nas entidades filantrópicas, pois as mesmas seriam submetidas às diretrizes se aceitassem

as ofertas dos órgãos públicos. Caso não concordassem com algumas imposições de tais órgãos, porém, poderiam recusar a ajuda financeira e seguir com seus trabalhos. Sendo assim, cada instituição tinha uma forma específica de trabalho. Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, a interferência do Estado passou a ser mais direta em todas as instituições que ofereciam internato para crianças e adolescentes, uma vez que tal legislação regularizou e padronizou esse tipo de atendimento, conforme será observado.

No momento histórico de fundação do Educandário Getúlio Vargas, em 1943, a legislação vigente em relação à criança e ao adolescente era o Código de Menores, chamado Código Mello Mattos, aprovado em 1927, em referência ao autor que criou a lei²⁷. Não seria qualquer criança atendida pelo código, mas sim os menores²⁸, abandonados e delinquentes. O código definia como abandonado e delinquentes os filhos de pessoas que moravam em cortiços e subúrbios, crianças mal alimentadas e privadas de escolaridade, vivendo em situações de carências sociais e econômicas, que as levavam a ganhar a vida nas ruas, em contato com a criminalidade, tornando-se, segundo o código (1927), em pouco tempo, delinquentes.

Entre outras preocupações, o capítulo terceiro da parte especial do código Mello Mattos (1927) era destinado aos internatos para menores:

Art. 189. Subordinado ao Juiz de Menores haverá um Abrigo, destinado a receber provisoriamente, até que tenham destino definitivo, os menores abandonados e delinquentes;

Art. 190. O Abrigo compor-se-ha de duas divisões, uma masculina e outra feminina; ambas subdividir-se-hão em seções de abandonados e delinquentes; e os menores serão distribuídos em turmas, conforme o motivo do recolhimento, sua idade e grau de perversão;

Art. 191. Os menores se ocuparão em exercícios de leitura, escrita, contas, lições de cousas e desenho, em trabalhos manuais, ginástica e jogos desportivos;

Art. 192. Qualquer menor, que de entrada no Abrigo será recolhido a um pavilhão de observação, com aposentos do isolamento, depois de inscrito na secretaria, fotografado, submetido á identificação, e examinado pelo médico e por um professor; e ali será conservado em observação durante o tempo necessário (BRASIL, 1927).

²⁷ José Cândido de Albuquerque Mello Mattos foi o primeiro juiz de menores da América Latina. Nasceu em Salvador/BA, em 19 de março de 1864 e faleceu em 3 de janeiro de 1934, na Cidade do Rio de Janeiro. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife em novembro de 1887 e atuou como promotor, advogado criminal e professor (ARAÚJO; COUTINHO, 2009).

²⁸ O Código de Menores (1927) definia como *menores* as crianças que tinham idade inferior a 18 anos, e que estavam em situação de abandono ou delinqüência.

Segundo Motti (2001), o código tinha uma visão higienista e repressora, acreditando que o isolamento social era necessário, pois a criança precisava ser reeducada para, posteriormente, ser reintegrada na sociedade. Os internos, portanto, eram privados de sua liberdade. As crianças consideradas pelo código abandonadas ou delinquentes passaram a ser objeto da ação do Estado, colocando o Juiz com poder absoluto em relação à família. Dessa forma, o Estado podia intervir na família que fosse considerada incapaz de cuidar de seus filhos.

O pressuposto da política de tutela era que se a família não tivesse condições de criar seus filhos, o Estado devia criá-los em instituições especiais. Estava previsto no artigo 36 do Código de Menores (1927) que a família que não tinha condições de criar seus filhos deveria se comprometer a interná-los em instituições educacionais, caso contrário, perderiam a guarda dos seus filhos. Sendo assim, muitos pais recorriam aos internatos existentes, para não perderem a guarda dos filhos e por acreditarem que assim estariam garantindo uma boa educação para os mesmos (MOTTI, 2001).

Os pais que contraíam doenças contagiosas perdiam a guarda de seus filhos, pois eram considerados uma ameaça a saúde, tanto dos seus filhos, quanto a de outras pessoas. No caso da doença lepra, a partir dos anos de 1935, com o Plano Nacional de Combate à Lepra, foi possível colocar em prática o isolamento dos doentes previsto na legislação sanitária federal de 1920. Ao serem isolados nos leprosários, os doentes eram separados de seus filhos que não tinham sido contaminados. Dessa forma essas crianças passavam a ser consideradas abandonadas. Buscando solucionar esse problema, começaram a ser criados os preventórios, também conhecidos como educandários, para atender especificamente os filhos dos leprosos, conforme relatamos no capítulo 1.

Sendo assim, o Educandário Getúlio Vargas seguiu as determinações do Código Mello Mattos (1927). Por ser uma instituição filantrópica, no entanto, e seu atendimento ser específico para os filhos sadios dos leprosos, e não para outras crianças, o Educandário seguia as orientações da Federação das Sociedades Eunice Weaver, conforme também relatado no capítulo 1. Como inicialmente a instituição tinha caráter preventivo em relação à lepra, as crianças que chegavam a mesma, eram recolhidas ao pavilhão de observação (previsto no art. 192 do Código de Menores), onde permaneciam em isolamento por alguns dias até serem examinadas por um médico, e se não tivessem contraído a doença, eram inseridas junto aos demais

internos. Caso contrário, eram encaminhadas ao Leprosário São Julião para receber tratamento (medida de higienização/quarentena).

Com relação ao trabalho infantil, o código Mello Mattos (1927) proibia o trabalho das crianças menores de 12 anos de idade e dos menores de 14 anos de idade que não tinham completado a instrução primária. Sobre a questão do ensino profissional, o código colocava que esse ensino não poderia passar de três horas diárias para as crianças menores de 14 anos de idade, e todas as oficinas dos internatos deveriam ter um quadro onde seriam registradas as condições de trabalho de cada criança: horário de início e término dos trabalhos, assim como as horas de descanso.

Reafirmando a incapacidade da família pobre em educar seus filhos, em 1979 foi aprovado o novo Código de Menores. Esse código, assim como o primeiro Código de Menores (1927) também não era destinado a todas as crianças, mas sim para os menores em situação irregular que, não muito diferente do antigo código, colocou o Estado como interventor nas famílias por sua condição de pobreza. As condições precárias de vida das famílias caracterizavam a situação irregular e as mesmas eram vistas como responsáveis pelas suas irregularidades, principalmente as financeiras (RIZZINI, 2004).

Este documento não especificou como deveria ser o atendimento nos abrigos como o Código de 1927, mas colocou que essas instituições seriam criadas pelo Poder Público e deveriam estar de acordo com a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, oferecendo obrigatoriamente escolarização e profissionalização para os internos. Além disso, determinava que todas as instituições particulares de assistência à criança só poderiam funcionar depois de serem registradas no órgão responsável pelos programas de bem-estar do menor. Esse código não provocou mudanças no atendimento prestado pelo Educandário Getúlio Vargas, uma vez que o mesmo já oferecia escolarização e profissionalização aos internos.

De acordo com Rizzini (2004), no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, as críticas a esse tipo de instituição ficavam cada vez mais fortes. Nesse momento histórico, foram realizados muitos seminários, publicações e discussões, na tentativa de serem encontradas novas formas, que não o internato, para serem utilizadas na assistência à infância que necessitava da intervenção do Estado. Nesse contexto de discussões à respeito da infância, foi introduzido na Constituição

brasileira o artigo 227 que se refere à Doutrina de Proteção Integral e o Princípio da Prioridade Absoluta no atendimento aos direitos da criança e do adolescente.

Os movimentos sociais que reivindicavam uma melhor atenção à população infantil se fortaleceram e a pressão para o fechamento dos internatos ficou cada vez maior. Todo esse processo resultou em uma legislação em defesa dos direitos da criança e do adolescente, aprovado no processo de redemocratização do país, na segunda metade dos anos de 1980: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Segundo Bazílio (2006), diferentemente do Código de Menores de 1979, o texto do novo Estatuto (1990) incorporou a ação dos movimentos sociais. Além disso, pelo menos na teoria, o ECA rompeu com o princípio da infância em situação irregular e colocou como princípio a proteção integral²⁹ à infância. O texto do Estatuto descreve todos os direitos do conjunto de crianças e adolescentes menores de 18 anos de idade, e não apenas aos chamados menores abandonados ou delinquentes, como nos códigos anteriores. Além disso, determina os deveres tanto do Estado como da família e da sociedade, para promover esses direitos.

Ainda segundo Bazílio (2006), na redação do Estatuto houve um esforço no sentido de diminuir o poder e a interferência do juiz da infância, que havia sido aumentado no código de 1979. Muitas das medidas protetivas (descritas no artigo 101 do ECA, como encaminhamento a pais e responsáveis; orientação, apoio e acompanhamento temporário; inclusão em programas comunitários, em abrigos, entre outras) que antes eram competência apenas do juiz, passaram a ser também competência dos conselhos tutelares, que são compostos por cinco membros escolhidos pela comunidade local, para mandato de três anos, sendo possível uma recondução, tendo como objetivo zelar pelos direitos das crianças e dos adolescentes (artigo 132).

Dentre os vários direitos estabelecidos nessa legislação, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) instituiu mudanças em relação às instituições do tipo internato. Como já referido no tópico anterior, o termo internato se referia a

²⁹ A doutrina de proteção integral admitida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente visa assegurar todos os direitos fundamentais da criança e do adolescente, proporcionando-lhes o seu pleno desenvolvimento. Conforme aponta Motti (2001), as crianças e adolescentes não são mais consideradas como menores incapazes, mas sim como pessoas em desenvolvimento, como sujeitos de direitos. Nessa legislação todas as crianças e adolescentes têm direitos assegurados, independente de sua situação. A família não é mais a única responsável pelas crianças e adolescentes, o estatuto determina em seu artigo 4º que, com absoluta prioridade, a família, a comunidade, a sociedade em geral e o Poder Público tem o dever de assegurar a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes previstos no estatuto (BRASIL, 1990).

todas as instituições de acolhimento voltadas ao atendimento de órfãos, carentes ou delinqüentes. O ECA, no seu texto legal, mudou essa denominação geral, estabelecendo 7 modalidades de atendimento, referentes a cada situação em que a criança se encontra:

Art. 90. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de:

- I - orientação e apoio sócio-familiar;
- II - apoio sócio-educativo em meio aberto;
- III - colocação familiar;
- IV - abrigo;
- V - liberdade assistida;
- VI - semi-liberdade;
- VII - internação.

Parágrafo único. As entidades governamentais e não-governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida neste artigo, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária (BRASIL, 2005, p. 18).

Para que tenham autorização para funcionar, as instituições precisam fazer sua inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, definindo qual seria o seu regime de atendimento, dentre esses elencados no artigo 90. As instituições que antes da aprovação do ECA prestavam atendimento às crianças e adolescentes nos moldes de internato tiveram que se adequar as novas normas vigentes, para obterem a autorização de funcionamento e receberem ajuda financeira do Estado.

O Estatuto da Criança e do Adolescente dividiu as modalidades de atendimento à criança em: medidas de proteção, voltadas para as crianças e adolescentes órfãos, abandonados, vítimas de violência física, sexual e psicológica e que, portanto, não estão sob a guarda de seus pais; e medidas sócio-educativas voltadas para os adolescentes que se encontram em conflito com a lei, antes chamados de delinqüentes.

Para a compreensão sobre quais foram as mudanças provocadas no Educandário Getúlio Vargas após a aprovação do ECA, será tratado o antigo regime de abrigo previsto no Estatuto, por ser o regime que está voltado para crianças não infratoras, já que este foi o público atendido pelo Educandário, durante o período em que ofereceu tal atendimento. Sendo assim, o abrigo é uma das medidas de proteção integral, prevista no artigo 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, para atender

crianças e adolescentes órfãos, abandonados, vítimas de violência física, sexual e psicológica:

Art. 92. As entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios:

- I - preservação dos vínculos familiares;
 - II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
 - III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;
 - IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
 - V - não desmembramento de grupos de irmãos;
 - VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
 - VII - participação na vida da comunidade local;
 - VIII - preparação gradativa para o desligamento;
 - IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo.
- Parágrafo único. O dirigente de entidade de abrigo é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito. (BRASIL, 2005, p.19).

A partir desse artigo 92, as instituições que se inscrevessem como abrigo, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, deveriam seguir os princípios acima citados. Caso contrário, perderiam a autorização para o funcionamento. Sobre a fiscalização, no artigo 95 do ECA consta que tanto as entidades governamentais, quanto as não-governamentais, referidas no artigo 90, serão fiscalizadas pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares. Sendo assim, todas as instituições que ofereciam internato para crianças e adolescentes tiveram que se adequar as normas, pois ficaram sujeitas a essa fiscalização. Assim como os demais internatos existentes naquele momento, o Educandário Getúlio Vargas tinha que se adequar a essas normas e, não poderia mais internar as crianças por longos anos, a não ser que aceitassem mudar a modalidade de atendimento para crianças e adolescentes que cometeram ato infracional.

Como o Educandário Getúlio Vargas tinha tradição na internação de crianças e adolescentes, essa questão de não poder mais mantê-los por longos anos morando na instituição, constituiu-se em um dos grandes entraves para a adequação às normas do ECA. Mesmo que já tivessem alcançado a maioridade, a diretoria do Educandário não permitia a saída dos internos para viverem na rua, nesse caso continuavam vivendo na instituição até arrumarem um emprego, então era muito comum as crianças e adolescentes ficarem longos anos morando na instituição. Como o ECA colocou o atendimento às crianças e adolescentes que não cometeram ato infracional como uma medida de proteção provisória e excepcional, sendo utilizada apenas como forma de transição para a colocação em família substituta, não

implicando privação de liberdade (parágrafo único do artigo 101), o período de internamento deveria ser curto. Isso significa que as crianças e adolescentes não deveriam mais ficar longos anos morando nas instituições, nem tampouco serem colocadas nas mesmas se tivessem familiares para cuidá-las. A direção do Educandário não aceitava essa imposição por acreditar que em pouco tempo não seria possível manter os internos nos mesmos moldes que sempre o fizeram desde a sua fundação, em 1943.

A questão do encaminhamento das crianças também foi outro entrave à regulamentação do Educandário. Desde a abertura das vagas do Educandário a outras crianças, no início dos anos 1970, quem autorizava a internação era a própria direção da instituição. Muitas famílias se dirigiam ao Educandário para internar seus filhos e cabia a diretoria aceitar ou não a criança. Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, no entanto, essa autorização só poderia ser dada pelo juizado da infância e da adolescência. Além de que, como já observado anteriormente, o ECA colocou como direito da criança, a convivência familiar e comunitária, desaprovando assim a internação de crianças que tem familiares em condições de cuidá-las. A prática das próprias famílias internarem suas crianças foi proibida, uma vez que apenas o juizado tem a autorização para encaminhar as crianças.

Com relação ao trabalho dos internos, o ECA proibiu qualquer trabalho infantil (crianças menores de 11 anos de idade). Os menores entre 12 e 14 anos de idade podem trabalhar na condição de aprendiz (art. 60), devendo receber uma auxílio financeiro pelos seus trabalhos (art. 64). O adolescente que tiver mais de 14 anos de idade poderá trabalhar, mas seus direitos trabalhistas e previdenciários deverão ser assegurados (art. 65). Como no Educandário Getúlio Vargas todas as crianças e adolescentes tinham suas obrigações, seja na organização e limpeza dos prédios, seja nas oficinas profissionalizantes, que geravam lucro e contribuíaam na manutenção da instituição, esse foi um ponto que precisou de algumas mudanças para se adequar as normas do ECA, acima citados.

De acordo com Rizzini (2004), de modo geral, o Estatuto da Criança e do Adolescente teve vários avanços na sua implementação, assim como apresentou vários entraves. Com relação à normatização das instituições de atendimento, pela falta de pesquisas científicas, segundo a autora, fica difícil avaliar as transformações promovidas pelo ECA.

No caso do Educandário Getúlio Vargas, foi possível averiguar e apresentar, em momentos anteriores, essas transformações. Como observado ao longo desse capítulo, em relação aos dois Códigos de Menores anteriores (de 1927 e de 1979), o Estatuto da Criança e do Adolescente foi a legislação que provocou grandes mudanças no atendimento oferecido pelo Educandário Getúlio Vargas. Viu-se que apesar de existirem legislações voltadas para a assistência à infância antes de 1990, as instituições particulares tinham certa autonomia para promover suas atividades, como por exemplo, no caso do Educandário Getúlio Vargas, era a diretoria da instituição que autorizava a entrada e saída de internos; determinava o número de vagas; os dias e os horários de visitas dos pais, entre outras questões, conforme relatado no capítulo 2. Essa situação era possível uma vez que a instituição se mantinha com verbas particulares, arrecadadas por campanhas. Assim, não precisava firmar convênio com os órgãos públicos, pois estes implicavam em aceitar a orientação e fiscalização de tais órgãos.

À medida que as doações foram ficando cada vez menores, sobretudo a partir dos anos 1980 em diante, o Educandário Getúlio Vargas precisou cada vez mais da participação do Estado na manutenção da instituição, passando a firmar convênios, que implicavam em maior controle por parte do poder público, principalmente dos governos locais.

Após a aprovação do ECA, para receberem ajuda financeira do Estado as instituições deveriam estar de acordo com a legislação, e no caso específico do Educandário Getúlio Vargas, a diretoria não aceitou algumas mudanças impostas pelo Estatuto, como por exemplo, mudar o atendimento para casa provisória (atendendo crianças por um curto período de tempo, determinado pelo juizado da infância e não mais pela diretoria do Educandário). E, também não aceitou mudar o regime de atendimento para crianças e adolescentes que cometeram ato infracional, sendo o único caso previsto pelo ECA em que poderia haver internação por um período mais prolongado.

Desta forma, após vários anos buscando alternativas para dar continuidade ao atendimento que era oferecido pela instituição, no ano de 2006 o Educandário Getúlio Vargas encerrou o atendimento em regime de internato. Atualmente o Educandário oferece creche e acompanhamento escolar às crianças e aos adolescentes no período contrário ao que estão na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do objeto e objetivos da dissertação, ao longo desta pesquisa foi analisada a história do atendimento prestado pelo Educandário Getúlio Vargas, desde a sua fundação, em 1943 até o ano de 1992. Para isso, constatou-se que a partir da década de 1930, com o governo Getúlio Vargas, foi efetivado o planejamento e a execução de uma política nacional para o combate à lepra, que gerou a necessidade de se criarem instituições específicas para atender a esse público, como o leprosário, para isolamento dos doentes e a partir dessa instituição, surgiu a questão de como atender os filhos sadios dos leprosos, pois os cuidados sanitários executados naquele momento histórico recomendavam separá-los de seus pais para não contraírem tal doença, evitando assim a sua disseminação. Para que essas crianças não permanecessem nas ruas das cidades foram criados os preventórios, também conhecidos como educandários, que tinham como função abrigar essas crianças.

Com o surgimento do Plano Nacional de Combate a Lepra, em 1935, o Estado assumiu a manutenção dos leprosários e o cuidado com a transmissão da doença (dispensários), enquanto uma entidade filantrópica, a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, ficou responsável pela criação e manutenção dos preventórios, para atender os filhos dos leprosos, que foram sendo construídos em todo o Brasil. A Federação, sendo a única entidade autorizada a angariar fundos para a campanha, foi reconhecida como de utilidade pública, e passou a ser fundamental no combate à doença.

No caso do Educandário Getúlio Vargas, portanto, a justificativa de sua existência foi o atendimento que se deu a partir dessa necessidade de oferecer abrigo aos filhos sadios dos leprosos em Campo Grande, cidade então pertencente ao estado de Mato Grosso, tendo sido instalado em 1943. Sendo assim, na primeira fase de funcionamento da instituição (1943 a 1972), o atendimento se destinou a essa população. Como o Educandário tinha caráter preventivo em relação à lepra, sua localização era afastada do centro da cidade, e todos os atendimentos eram oferecidos aos internos dentro da própria instituição, reforçando ainda mais o caráter de isolamento. O contato dos internos com a sociedade campo-grandense acontecia apenas quando os adolescentes saíam para estudar ou para fazer algum curso

profissionalizante. Já as crianças menores recebiam todo o atendimento na própria instituição, o que tornava quase inexistente o contato com a sociedade.

Desde o ano de fundação do Educandário, em 1943, até por volta de 1972, as doações foram fundamentais para a manutenção da instituição, uma vez que a participação do Estado era mínima em suas receitas. Apenas em alguns momentos o governo estadual e municipal contribuiu com a instituição. Com isso, a diretoria do Educandário, embora com relativa subordinação à Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, tinha autonomia em relação ao Estado, principalmente considerando os governos locais, para prestar seus serviços. Cada instituição tinha uma forma específica de trabalho, pois só eram submetidas diretamente às exigências dos governos locais quem aceitasse as ofertas de ajuda dos mesmos. Caso não concordassem com algumas imposições, era só recusar a ajuda e seguirem com seus trabalhos.

Por outro lado, no entanto, era por meio da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra que o governo federal auxiliava os preventórios, e isso estabelecia certa relação de dependência das instituições frente à Federação e, por conseguinte, face ao Estado que as financiava. Nesse caso havia controle por parte da Federação sobre o tipo de atendimento e sobre a organização interna das suas filiadas, entre elas a de Campo Grande. Como se viu no decorrer dessa pesquisa, no primeiro momento de funcionamento do Educandário Getúlio Vargas (1943 a 1972) as visitas de representantes da Federação eram freqüentes, e o atendimento oferecido pela instituição seguia as orientações previstas no regulamento dos preventórios, elaborado pela própria Federação.

À medida que as doações foram diminuindo, no decorrer, sobretudo dos anos 1980 em diante, o Educandário precisou cada vez mais da participação do Estado na manutenção da instituição, passando a firmar convênios que implicavam em maior controle estatal, principalmente dos governos locais, implicando isso em menor autonomia da instituição.

Além disso, com relação à organização interna da instituição, quando a necessidade de atendimento aos filhos dos leprosos foi suprida, devido aos avanços no tratamento da doença, por volta dos anos de 1970, para continuar funcionando, o Educandário abriu suas portas para outras crianças que não estavam sob os cuidados de suas famílias, e que, portanto, necessitariam de abrigo, oferecendo os mesmos tipos de atendimento do período anterior. No segundo período de funcionamento do

Educandário (1973 a 1992), mudanças significativas aconteceram. Com a expansão do atendimento a outras crianças, a procura por vagas aumentou, já que a instituição, além do internato, oferecia ensino profissionalizante e isso fazia com que as famílias solicitassem as vagas. Ao mesmo tempo, como a preocupação com a prevenção da doença lepra já não era a razão principal da existência da instituição, a relação do Educandário com a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra deixou de ser tão intensa, o que deu mais espaço para a diretoria do Educandário conduzir seus trabalhos que, simultaneamente, passaram a sofrer maior intervenção do Estado, visto que aumentaram os convênios com o poder público local.

Se o objetivo inicial da instituição foi a prevenção da doença lepra, voltou-se com mais intensidade para a profissionalização dos internos, no segundo período de funcionamento (1973 a 1992). No caso da profissionalização, num primeiro momento, os internos se voltaram para a aprendizagem de prática agrícolas. Considerando o surgimento de atividades industriais na cidade, começaram a ser realizadas oficinas de diversos trabalhos no Educandário, para profissionalização dos internos. Além disso, o trabalho sempre foi visto como um importante instrumento disciplinador, e também utilizado como uma das fontes de renda para a manutenção da instituição, desta forma, sempre se pensava em oficinas que gerassem algum lucro.

Era fundamental, além disso, que as crianças e adolescentes tivessem todo o seu tempo ocupado. Quando não estavam voltados para os estudos escolares estavam participando de alguma atividade profissionalizante, pois se acreditava que a educação deveria ser voltada para o trabalho e para a religião, a ociosidade era vista como caminho para a criminalidade. O ensino religioso sempre foi oferecido no Educandário.

Percebe-se também a importância que as atividades profissionalizantes foram assumindo à medida que o Ministério da Saúde cortou as verbas destinadas à doença lepra no início dos anos de 1970, junto com a escassez também de verbas antes acessadas por meio da filantropia, o que obrigou a instituição a lançar mão de seus próprios meios para a sua manutenção. Assim, no final do segundo período de funcionamento do Educandário (1973 a 1992), a manutenção da instituição e o regime de internato eram cada vez mais dispendiosos e as doações, que foram fundamentais para a manutenção no primeiro período de funcionamento (1943 a

1972) eram cada vez mais escassas. Por volta da década de 1980, para evitar firmar convênio com o Estado e, conseqüentemente, impedir uma maior intervenção na condução dos trabalhos do Educandário, suas terras começaram a ser desmembradas para serem vendidas e levantar fundos para a manutenção do prédio. Essa foi, contudo, uma solução temporária e a instituição teve que firmar mais convênios com o Estado, além de serem cada vez mais significativos os lucros vindos do trabalho dos internos nas oficinas.

Por volta do fim da década de 1980, o trabalho dos internos passou a ser fortemente criticado pelos órgãos estaduais e com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, essa realidade começou a mudar, já que esse documento proibiu o trabalho das crianças, permitindo apenas aos adolescentes maiores de 14 anos de idade participar do ensino profissionalizante.

Também nesse período o Estado passou a interferir de forma mais direta em todas as instituições de atendimento à infância, pondo fim em grande parte da autonomia na condução de seus trabalhos, antes existentes. E assim como outras instituições, o Educandário Getúlio Vargas teve que se adequar as novas exigências legais contidas no ECA. O Estatuto da Criança e do Adolescente regulamentou o atendimento em todas as instituições de internato para crianças e adolescentes, proibindo a internação de crianças que não cometeram nenhum ato infracional. Além disso, uma dessas exigências era a não internação de crianças por longos anos, como era comum no Educandário. As instituições que não se regularizassem seriam impedidas de oferecer atendimento às crianças.

É importante lembrar que apesar de terem existido outras legislações voltadas para a assistência à infância, anteriores ao ECA, como o Código de Menores de 1927 e o Código de Menores de 1979, somente com o Estatuto o Estado passou a interferir de forma mais direta em todas as instituições voltadas para a infância.

No caso específico do Educandário Getúlio Vargas, a diretoria não aceitou mudar o atendimento para casa provisória (abrigo de crianças por um curto período de tempo, determinado pelo juizado da infância e não mais pela diretoria do Educandário). E, também, não aceitou mudar o regime de atendimento às crianças e adolescentes que cometeram ato infracional – o único caso previsto pelo ECA em que poderia haver internação por um período mais prolongado. Sendo assim, após vários anos procurando dar continuidade à organização até então sustentada pela

instituição, não puderam mais oferecer o atendimento em regime de internato, encerrando esse tipo de serviço no ano de 2006.

Concluindo, observa-se que ao início desta pesquisa ao realizar o levantamento bibliográfico referente ao tema em questão, constatou-se que a abordagem que parte das relações entre as instituições de internato para crianças e adolescentes e as necessidades da sociedade, principalmente partindo do conhecimento da história dessas instituições, carece de pesquisas. Além disso, ainda existe uma lacuna no que se refere à cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, pois não se encontrou pesquisas sobre o tema.

Portanto, ao desenvolver esta pesquisa sobre a histórica de uma dessas instituições de Campo Grande, o Educandário Getúlio Vargas, acredita-se ter contribuído para ajudar a preencher essa lacuna. No entanto, a questão da internação de crianças e adolescentes em instituições especiais é um tema amplo e que ainda necessita de muitas pesquisas, principalmente no que se refere a outras questões que não foram respondidas nesta. Embora o trabalho tenha apontado pontos importantes, muito ainda há que se pesquisar sobre essas instituições e suas relações com o Estado, sobretudo o financiamento das mesmas, apontando principalmente os impactos do Estatuto da Criança e do Adolescentes no atendimento oferecido, tanto pelas instituições governamentais, como pelas não governamentais. Além de carecerem de pesquisas sobre a trajetória de outras instituições semelhantes de Campo Grande/MS, não esquecendo o tema que leva à relação entre filantropia e Estado.

Outro tema que mereceria uma abordagem mais aprofundada relaciona-se à organização interna dessas instituições, considerando sua proposta de atendimento em tempo integral aos seus internos. Esse tema, inclusive, remete-nos necessariamente à crença na redenção pelo trabalho, questão comum às instituições que, na sociedade capitalista, trataram do atendimento à criança, sobretudo aquela vinda da classe trabalhadora.

ANEXOS

Roteiro para entrevista A (membros da direção)

Questões específicas

1. Como era a relação do Educandário com o governo, nas decisões, no financiamento e na prestação de serviços (escola e creche)?
2. A educação escolar era oferecida pelo próprio Educandário, ou as crianças freqüentavam as escolas?
3. Quem encaminhava as crianças para o Educandário, além da diretoria do Hospital São Julião?
4. Quem autorizava a saída do Educandário (juiz de menores, pais, etc)? Quando e por que as crianças/adolescentes saíam?
5. Que tipo de atendimento era oferecido aos internos, nos vários momentos em que esteve em contato com a instituição? (quando recebia só os filhos dos hansenianos; quando passou a receber outras crianças).
6. O que você entende por educação dos internos e como vê a relação entre educação e trabalho no atendimento prestado pelo Educandário?
7. Como era e como ainda é a relação com a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra/Sociedade Eunice Weaver?
8. Como era a relação do Educandário com a religião, com a educação religiosa para os internos?
9. Como era a relação dos internos com suas famílias e da diretoria com as famílias?

10. O Educandário prestava uma assistência diferenciada de outras instituições?
Que diferença era essa?

11. - O que mudou com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos anos 1990?

Roteiro para entrevista B (funcionários)

Questões específicas

1. O que você entende por educação dos internos e como vê a relação entre educação e trabalho no atendimento prestado pelo Educandário?
2. Como era a relação dos internos com suas famílias?
3. O Educandário prestava uma assistência diferenciada de outras instituições? Que diferença era essa?
4. Como era a organização interna do Educandário para receber as crianças e adolescentes? Que profissionais as atendiam?
5. Como era a relação entre os internos, os funcionários e a “comunidade local”?
6. Como eram reguladas as atividades dos funcionários? Havia um regimento interno ou um conjunto de normas que dizia como o funcionário deveria atuar?
7. Como funcionavam as oficinas? Como os internos eram escolhidos para participar?
8. Qual era a rotina dos internos? O que era feito durante um dia de atividades? Existia uma divisão por idade e sexo?
9. Como era mantida a disciplina dentro da instituição? Existiam normas a serem seguidas pelos internos? Como tomavam conhecimento dessas normas (oralmente, por outros internos, por escrito)?

Roteiro para entrevista C (ex-internos)

Questões específicas

1. Que tipo de atendimento era recebido pelos internos, nos momentos em que você viveu na instituição?
2. Como era a educação que você recebeu no Educandário? Você estudou em escolas fora do Educandário? Recebeu educação profissional e religiosa?
3. Como era sua relação com seus familiares? E a relação dos outros internos com suas famílias?
4. O Educandário prestava uma assistência diferenciada de outras instituições? Que diferença era essa?
5. Como era a organização interna do Educandário para atender as crianças e adolescentes? Que profissionais atendiam os internos?
6. Como era a sua relação com os outros internos, os funcionários e a “comunidade local”?
7. Como era a sua rotina no Educandário? Que atividades você realizava?
8. Como era mantida a disciplina dentro da instituição? Existiam normas a serem seguidas? Existiam pessoas encarregadas de cuidar da disciplina?
9. Como você resumiria esses anos em que viveu no Educandário?

REFERÊNCIAS

ABDALA, C. K. CRUZ, M. R. **Abrigos de Proteção**: manual de orientação. Secretaria de Estado de Assistência Social, Cidadania e Trabalho. Superintendência da política de assistência social. Coordenadoria de ações integradas da criança, do adolescente e da família. [S. L. :S. N.], 2001.(Texto de utilização interna do órgão).

ARAÚJO, D. C. de, COUTINHO, I. J. S. S. **80 anos do Código de Menores. Mello Mattos: a vida que se fez lei**. Portal Jurídico Jus Navisgandi. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10879>. Acessado em 10 de agosto de 2009.

BAZÍLIO, L. C. **Avaliando a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente**. In: BAZÍLIO, L. C. KRAMER, S. Infância Educação e Direitos Humanos. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BITTAR, M. **Da promoção a assistência social**. In: Campo Grande 100 anos de construção: Matriz Editora, 1999.

BITTAR, M. **Dos campos grandes à capital dos ipês**. Campo Grande, MS: Editora Alvorada, 2004.

BRASIL. **Código de Menores - Mello Matos**: Decreto n. 17.943 A – de 12 de outubro 1927.

_____. **Código de Menores**: Lei n° 6.697, de 10 de outubro de 1979.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA**: Lei n° 8.069 de 13 de julho de 1990. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. **Tratado de Leprologia**. Ministério da Educação e Saúde. Serviço Nacional de Lepra: Rio de Janeiro. 1950.

CORRÊA, A. N. S. **A criação do Estado de Mato Grosso do Sul**. In: Campo Grande 100 anos de construção: Matriz Editora, 1999.

CUNHA, V. S. **O Isolamento Compulsório em Questão**. Políticas de Combate à Lepra no Brasil (1920-1941). Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. 2005.

EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS. **Ata de Fundação**. Campo Grande-MS: 1943.

EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS. **Livro de Atas de Reuniões de 1941 a 1963.** Campo Grande/MS: 1941 a 1963.

EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS. **Livro de Atas de Reuniões de 1965 a 1971.** Campo Grande/MS: 1965 a 1971.

EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS. **Livro de Atas de Reuniões de 1973 a 1988.** Campo Grande/MS: 1973 a 1988.

EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS. **Livro de Atas de Reuniões de 1988 a 2007.** Campo Grande/MS: 1988 a 2007.

EDUCANDÁRIO GETÚLIO VARGAS. **Registro Geral das Crianças Entradas no Educandário Getúlio Vargas.** Campo Grande/MS: 1960.

ENTREVISTA A. Campo Grande: 16/mar.2009. Entrevista concedida a Renata de Oliveira França Ferreira.

ENTREVISTA B. Campo Grande: 16/mar.2009. Entrevista concedida a Renata de Oliveira França Ferreira.

ENTREVISTA C. Campo Grande: 16/mar.2009. Entrevista concedida a Renata de Oliveira França Ferreira.

ESCORSIM, S.M. **A filantropia no Brasil: entre a caridade e a política de assistência social.** Revista Espaço Acadêmico, nº 86, julho de 2008.

FALEIROS, V. P. **Infância e processo político no Brasil.** In: RIZZINI, I. PILLOTTI, F. A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência a infância no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

HOUAISS, A; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro. Instituto Antônio Houaiss de lexicografia. Editora Objetiva, 2009.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.

LONDOÑO, F. T. **A Origem do Conceito do Menor.** In: PRIORE, M. (org.) História da Criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

MARCÍLIO, L. M. **História Social da Criança Abandonada.** 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MARTINEZ, A. L. M. **Adolescentes no momento de saída do abrigo: um olhar para os sentidos construídos.** Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. 2006.

MARX, K. **Contribuição à crítica da Economia Política.** 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MENDONÇA, M. H. M. **O desafio da política de atendimento à infância e à adolescência na construção de políticas públicas equitativas.** CAD. Saúde Pública. 18 (suplemento): 113-120. Rio de Janeiro. 2002.

MENEZES, C. A. S. **Moderna gestão e planejamento para o crescimento urbano.** In: Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande/MS- ARCA. Revista nº13. Campo Grande. 2007.

MONTEIRO, Y.N. **Violência e Profilaxia: Os Preventórios Paulistas para filhos de Portadores de Hanseníase.** Saúde e Sociedade: 7(1): 3-26, 1998.

MONTES, D. C. **O significado da experiência de abrigo e a auto-imagem da criança em idade escolar.** Universidade São Paulo. 2006.

MORAES, C. S. V. **A Normatização da Pobreza: Crianças Abandonadas e Crianças Infratoras.** Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. Revista Brasileira de Educação. Nº 15. 2000.

MOTTI, J. A. (org). **10 anos de Estatuto: A construção da cidadania da criança e do adolescente.** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001.

MÜLLER, T. M. P. **A fotografia como instrumento e objeto de pesquisa: imagens da imprensa e do estado do cotidiano de crianças e adolescentes do serviço de atendimento ao menor- SAM- (1959-1961).** Programa de pós-graduação em educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ. Tese de doutorado, Rio de Janeiro. 2006.

NASCIMENTO, H. B. **A Lepre em Mato Grosso: caminhos da segregação social e do isolamento hospitalar (1924 -1941).** Cuiabá: instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFMT. Dissertação de mestrado, 2001.

NEGRÃO, A. M. M. **Infância, educação e direitos sociais: "Asilo de órfãs".** Universidade Estadual de Campinas. 2002.

OLIVA, P. P. **O desvendamento do real numa instituição de abrigo para crianças e adolescentes.** Revista Virtual Textos & Contextos, n 3, dez, 2004.

Disponível em: <http://www.pucrs.br/textos/anteriores/ano3/desvendamento.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2007.

RAMOS, R. C. **A Arte de Construir Cidadãos: As 15 Lições da Pedagogia do Amor**. 1 ed. São Paulo: Celebris, 2004.

RIZZINI, I. **A Institucionalização de Crianças o Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: ED. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

_____. Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: RIZZINI, I. PILLOTTI, F. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência a infância no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, I. RIZZINI, I. NAIFF, L. BAPTISTA, R. **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006.

ROSA, M. G. S. **Deus quer, o homem sonha, a cidade nasce: Campo Grande cem anos de história**. Campo Grande, MS: FUNCESP, 1999.

SANTOS, S. D. M. **Filhos da Lua: A ausência de relações sociais de reconhecimento em crianças que vivem em instituições de atendimento à infância**. Universidade Estadual de Campinas. 2006.

SANTOS, V. S. M. **Entidades Filantrópicas e Políticas Públicas no Combate a Lepra: Ministério Gustavo Capanema (1934-1945)**. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. 2006.

SILVA, E. R. A. AQUINO, L. M. C. **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. IPEA. 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/Destaques/abrigos/introdu%E7%E3o_capit1e2.pdf> Acesso em 02 de abril de 2007.

SILVA, R. Os Filhos do Governo: **A Formação da Identidade Criminosa em Crianças Órfãs e Abandonadas**. 2 ed. São Paulo: Editora Ática. 1998.

SOUSA, A. R. R. **Abrigar... brincar: um estudo sobre as vivências lúdicas entre educadoras e crianças de um abrigo**. Universidade Federal de Uberlândia. 2006.

VICENTE, C. M. **Abrigos: Desafios e Perspectivas**. CECIF. 2005. Disponível em: http://www.cecif.org.br/abrigos_desafios.htm. Acesso em: 10 de abril de 2007.

WEINGARTNER, A. A. S. **Campo Grande: o impulso do desenvolvimento nas rotas de gado, nos trilhos do trem e nos caminhos do Mercosul.** In: Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande/MS- ARCA. Revista nº 5. Editora: UFMS. Campo Grande. Outubro de 1995.